

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Estefani Gabrieli Alves de Souza

**MULHERES, PANDEMIA E ENSINO SUPERIOR: um estudo sobre os desafios de
permanência de mulheres nos cursos de graduação da UEMS, Unidade de
Paranaíba/MS durante o período pandêmico**

Paranaíba/MS

2023

ESTEFANI GABRIELI ALVES DE SOUZA

**MULHERES, PANDEMIA E ENSINO SUPERIOR: um estudo sobre os desafios de
permanência de mulheres nos cursos de graduação da UEMS, Unidade de
Paranaíba/MS durante o período pandêmico**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, *Stricto Sensu*, nível mestrado, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lucelia Tavares Guimarães

Paranaíba/MS

2023

S714m Souza, Estefani Gabrieli Alves de

Mulheres, pandemia e ensino superior: um estudo sobre os desafios de permanência de mulheres nos cursos de graduação da UEMS, unidade de Paranaíba/MS durante o período pandêmico / Estefani Gabrieli Alves de Souza. – Paranaíba, MS: UEMS, 2023.

158 p.

Dissertação (Mestrado) - Educação - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Lucelia Tavares Guimarães

1. Ensino superior 2. Pandemia 3. Mulheres 4. Cuidado 5. Graduação I. Guimarães, Lucelia Tavares. II. Título.

CDD 23 ed. 378.198098171

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Aline Perdomo Soutelo, inscrita sob o CRB Provisório nº 714 - 1ª Região.

ESTEFANI GABRIELI ALVES DE SOUZA

**MULHERES, PANDEMIA E ENSINO SUPERIOR: um estudo sobre os desafios de
permanência de mulheres nos cursos de graduação da UEMS, Unidade de
Paranaíba/MS, durante o período pandêmico**

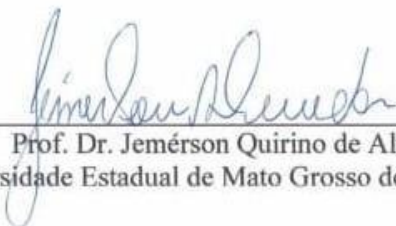
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título
de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovado em 13/12/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Lucelia Tavares Guimarães
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Orientadora



Prof. Dr. Jemerson Quirino de Almeida
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dra. Adriana Regina de Jesus
Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Participação por videoconferência

A minha irmã, Sara, por me mostrar na prática, que
mulheres levantam mulheres. Sem o seu suporte
nada disso seria possível. Juntas até o fim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha família, pelo suporte, pela compreensão e cuidado durante todos os anos de mestrado. Agradeço também os meus amigos, em especial minhas amigas do curso de Psicologia, que foram essenciais para que eu me mantivesse centrada em meus objetivos, e me apoiando sempre que necessitei.

Faço um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Dra. Lucelia Tavares Guimarães, pelos ensinamentos, espaços seguros de discussão, e autonomia concedida a mim, desde a graduação em Pedagogia, até a conclusão do presente trabalho.

Agradeço a todos os professores do PGEDU, que contribuíram significativamente com minha formação e capacitação. Agradeço também, a Professora Me. Raissa Nunes Pinto, pelo acolhimento e suporte durante a realização de meu estágio de docência, em que aprendi imensamente com sua supervisão. Aproveito também para estender os agradecimentos ao Professor Dr. Marsiel Pacífico, coordenador do curso de Pedagogia durante a realização de meu estágio.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, Vinicius Garcia, pelo apoio desde o início do curso, durante as disciplinas e pelo suporte no início de minha carreira profissional, e Keysa Secatti, pela parceria na escrita de diversas produções científicas. Ambos são profissionais brilhantes, e agora professores mestres excepcionais.

Dedico um agradecimento especial às mulheres entrevistadas durante essa pesquisa, que foram tão genuínas e comprometidas, e agradeço a confiança em mim para dar visibilidade às suas histórias.

RESUMO

SOUZA, Estefani Gabrieli Alves de Souza. **Mulheres, pandemia e ensino superior**: um estudo sobre os desafios de permanência de mulheres nos cursos de graduação da UEMS, Unidade de Paranaíba/MS durante o período pandêmico. 2023. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2023.

A pesquisa realizada consistiu em um estudo estabelecendo uma relação entre os desafios de permanências de mulheres estudantes dos cursos de graduação da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) da Unidade de Paranaíba durante a pandemia do COVID-19, e os trabalhos de cunho de cuidado desempenhados por elas, de modo a gerar sobrecarga dificultando assim, atividades de estudos. O objetivo primordial do trabalho consistiu em compreender como o período pandêmico afetou a permanência de mulheres nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, especificamente na unidade universitária de Paranaíba/MS, cidade de realização da pesquisa, levando em consideração o período pandêmico e o ensino remoto, aliados aos trabalhos femininos de cuidado, gerando sobrecarga e pouco espaço para dedicação às atividades de estudo. Buscou-se investigar, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, de que forma o período pandêmico apresentou desafios ou dificuldades à essas estudantes, além de realizar a compreensão por meio da Teoria do *Care* e com base nas teorias feministas marxistas, de que modo as demais atividades desempenhadas pelas mulheres cotidianamente nos espaços domésticos, sendo os seus próprios, ou por meio da terceirização, principalmente as relativas ao cuidado, se configuraram como impedimentos para que conseguissem se dedicar às atividades de estudo. O aporte teórico utilizado se fundamenta no Materialismo Histórico-Dialético embasado em Marx e seus colaboradores, além de buscar compreensão por meio da Teoria do *Care* e com base nas teorias feministas marxistas. Por meio da pesquisa foi possível constatar, tendo em mente os objetivos estabelecidos pela pesquisa, que o período pandêmico afetou de forma significativa a trajetória dessas mulheres, criando e acirrando ainda mais desafios, e isso se deve ao fato da extensa história de designação às mulheres o trabalho de cuidado, por meio da divisão desigual e sexual do trabalho que consequentemente atuam diretamente no acúmulo de trabalho, e assim, na redução de tempo para os estudos.

Palavras-Chave: Ensino Superior; Pandemia, Mulheres; Cuidado; Graduação.

ABSTRACT

The research carried out consisted of a study establishing a relationship between the challenges of permanency for women students on undergraduate courses at UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) of the Paranaíba Unit during the COVID-19 pandemic, and the work of care performed by them, in order to generate overload, thus making study activities difficult. The primary objective of the work focused on carrying out initially documentary research in order to verify the actions of the Brazilian State, from bodies such as the Ministry of Education (MEC) and UEMS regarding the organization of Emergency Remote Education (ERE) and the measures taken to guarantee permanence, in addition to seeking to understand the role of patriarchy based on Marxist feminism, in the construction of a structure that assigns women the role of care, and consequently making it difficult to remain in higher education. To this end, a bibliographical study was carried out, and subsequent interviews with students from undergraduate courses at the aforementioned university unit, so that, through semi-structured interviews, it was investigated how the pandemic period presented challenges or difficulties in the permanence of these women. The theoretical contribution was based on the use of theoretical references from studies based on Historical-Dialectic Materialism based on Marx and his collaborators, in addition to seeking understanding through the Care Theory and based on Marxist feminist theories. Through the research, it was possible to verify, keeping in mind the objectives established by the research, that the pandemic period significantly affected the trajectory of these women, creating and intensifying even more challenges, and this is due to the fact that the extensive history of assigning women the care work, through the unequal and sexual division of labor that consequently acts directly on the accumulation of work, and thus, on the reduction of time for studies.

Key words: Higher Education; Pandemic, Women; Care; Graduation.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAEI - Auxílio para Acesso Emergencial à Internet

CAAEE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CAUES - Comitê Multidisciplinar de Ações de Urgências e Emergências em Saúde

Cefets - Centros Federais de Educação Tecnológica

CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CEPEGRE - Centro de Pesquisa em Estudos de Estudo, Pesquisa e Extensão em Gênero, Raça e Etnia

CERNA - Centro de Recursos Naturais

COE - Centro de Operações de Emergências

COE-MEC - Comitê Operativo de Emergência do Ministério de Educação

COUNI - Conselho Universitário

COVID-19 - Coronavírus

CRIE-MS - Conselho de Reitores das Instituições Federais de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul

Deed - Diretoria de Estatísticas Educacionais

DEX/PROEC - Pro-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, Divisão de Extensão

DOE - Diário Oficial do Estado

EaD - Ensino a Distância

ERE - Ensino Remoto Emergencial

Fenatrad - Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMS - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

IFs - Institutos Federais

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MEC - Ministério da Educação

MS - Mato Grosso do Sul

MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social

OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG - Organização Não Governamental
ONU – Mulheres - Organização das Nações Unidas – Mulheres
PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PROE - Pró-reitoria de Ensino
PROINCA - Programa de Inclusão do Calouro
PROSEGUR - Comitê Gestor do Programa de Saúde e Segurança da Economia
PVUI - Programa Vale Universidade Indígena
SBPC - Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência
Secad - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SED - Secretaria Estadual de Educação
SEDHAST - Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho
SES/MS - Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul
SOC - Secretaria dos Órgãos Colegiados
SOF - Sempre Viva Organização Feminista
SPM - Secretaria de Promoção de Políticas para as Mulheres
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação
UCDB - Universidade Católica Dom Bosco
UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Uniderp - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
UU - Unidade Universitária
UUF - União Universitária Feminina

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Percentual de mulheres e homens no ensino superior entre 1970 e 2000	25
Quadro 2: quantitativo de homens e mulheres ingressantes em curso de graduação entre 2018 e 2021.....	28
Quadro 3: quantidade de mulheres e homens concluintes de cursos de graduação de acordo com o censo demográfico de 2010.....	29
Quadro 4: Percentual de matriculados por sexo nos 20 maiores cursos em números de matrículas do país... ..	30
Quadro 5: Quantitativo de mulheres ingressantes, matrículas e concluintes de cursos de graduação no ano de 2011 em comparação com o ano de 2021... ..	54
Quadro 6: Quantitativo de mulheres ingressantes em cursos de graduação entre os anos de 2018 e 2021.....	55
Quadro 7: Quantitativo de mulheres e homens ingressantes, matriculadas e concluintes de cursos de graduação no ano de 2011 em comparação com o ano de 2021... ..	56
Quadro 8: Percentual de matrículas em cursos de licenciatura... ..	58
Quadro 9: Passos para a aplicabilidade da análise de conteúdo em entrevistas.....	81
Quadro 10: Características pessoais das entrevistadas.....	97
Quadro 11: Renda familiar das entrevistadas.....	98
Quadro 12: Objetivos reformulados da pesquisa.....	99
Quadro 13: Perfil agrupado das entrevistadas por curso.....	101
Quadro 14: Entrevistadas e sua situação acadêmica atual.....	104
Quadro 15: temas x frequência.....	105
Quadro 16: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de pedagogia enquadradas no eixo 1.....	106
Quadro 17: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de pedagogia enquadradas no eixo 2.....	109
Quadro 18: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de pedagogia enquadradas no eixo 3.....	111
Quadro 19: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de Ciências Sociais enquadradas no eixo 1.....	114

Quadro 20: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de Ciências Sociais enquadradas no eixo 2.....	116
Quadro 21: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de Ciências Sociais enquadradas no eixo 3.....	117
Quadro 22: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de Direito enquadradas no eixo 1.....	119
Quadro 23: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de Direito enquadradas no eixo 2.....	121
Quadro 24: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de Direito enquadradas no eixo 3.....	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: “Perfil” da Função Docente de Instituição de Educação Superior, por Categoria Administrativa (Pública e Privada) – Brasil – 2021... ..	57
Figura 2: “Perfil” do Vínculo Discente dos Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino (Presencial e a Distância) – Brasil – 2021... ..	57
Figura 3: Principais ações e eventos que contaram com a presença de representantes da UEMS (presenciais e remotas) da UU de Paranaíba em 2020.....	76
Figura 4: Principais parcerias e convênios firmados e/ou em execução pela UU de Paranaíba em 2021.....	77

Sumário

INTRODUÇÃO.....	16
1. CONCEITUANDO O OBJETO DE PESQUISA: mulheres, pandemia e o patriarcado	22
2. A IMPOSIÇÃO DO CUIDADO: o trabalho como categoria central	37
2.1. O <i>care work</i> como uma atividade exclusivamente feminina... 37	
2.1.1. Apontamentos à luz da dialética proposta por Marx... ..	42
2.2. As mulheres em uma sociedade capitalista neopatriarcal... 46	
2.3. O trabalho doméstico feminino: um trabalho por amor?.....	49
3. UNIVERSIDADE, MULHERES E PANDEMIA: o que se acirrou?	53
3.1. As mulheres na universidade: um panorama atual... ..	54
3.2. Pandemia e Ensino Superior: a opressão do Ensino Remoto... ..	60
3.3. Mulheres universitárias durante o período pandêmico... ..	62
3.4. Os reflexos da pandemia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.	67
3.4.1. O ano de 2020	67
3.4.2. O ano de 2021... ..	70
3.5. A UEMS de Paranaíba/MS: o de 2020 e 2021 na pandemia... ..	74
4. DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....	77
4.1. Metodologia e detalhamento da pesquisa... ..	77
4.2. Metodologia de análise adotada.....	80
4.3. O perfil das estudantes	83
4.3.1. As estudantes de cada curso: curso de Pedagogia... ..	83
4.3.2. Curso de Ciências Sociais.....	90
4.3.3. Curso de Direito.....	93
4.4. O processo de coleta e análise de dados... ..	96
4.4.1. Os sujeitos da pesquisa... ..	96

4.4.2. Análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material, regras de enumeração.....	98
4.4.2.1 Pré-análise.....	98
4.4.2.2. Exploração do material e regras de enumeração.....	101
4.4.2.3. Análise quantitativa e qualitativa.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS.....	129
APÊNDICES	144

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é resultante de um acúmulo de vivências e conhecimentos adquiridos durante meu percurso acadêmico. Assim, estudar os desafios de permanência de mulheres na universidade, em específico um período vivenciado por mim, se trata de uma culminância de estudos anteriores, que serviram para amparar diretamente o trabalho realizado por meio de tal pesquisa.

Ao concluir a graduação, tópicos já pesquisados anteriormente como diversidade e gênero seguiram sendo alvo de interesse de pesquisa. Principalmente no tocante à posição da mulher na sociedade capitalista, a partir de uma ótica que enxerga as discussões sobre gênero e sexualidade como um debate fundamental para o processo de ensino, e como uma problemática social como um todo, visualizando as divergências de direitos entre homens e mulheres, que se iniciam principalmente, em ambientes como a escola.

Além disso, a escolha do tema desta pesquisa se justifica pelo contato no âmbito familiar, com casos de privação de direitos básicos a mulheres, como o acesso à educação. Essa experiência pessoal se tornou um dos motivos que me incentivaram a iniciar um processo de problematização das divergências entre os gêneros e a consequente opressão da mulher.

Com base nos argumentos apresentados, compreender o papel da mulher na sociedade serviu de motivação para um entendimento mais abrangente sobre como essas estruturas se formam e o que ocasiona a inserção de mulheres (ou a falta delas) em determinados papéis. A partir disso, entende-se que as explorações e opressões sofridas historicamente e contemporaneamente pelas mulheres, são resultantes de conflitos perpassados pelas relações sociais, de modo com que tenham um papel correlato à inferioridade.

Para compreender a opressão por meio da ótica marxista, ponto de vista adotado como referência aqui, é necessário entender como esse processo se configura em seu aspecto mais amplo, ou seja, como a classe dominante funciona e quais os agravantes dessa estrutura formada por divisões.

Inicialmente entende-se que a classe dominante possui um conjunto de ideias, que se estabelecem como vigente e justificam o papel de dominação de acordo com os preceitos de cada sociedade. Essas ideias e ideais prevalecem socialmente tanto no aspecto material, como no espiritual, de forma prevalecente (Engels; Marx, 2009).

Em conformidade com cada formato de sociedade, os indivíduos se entrelaçam em relações predeterminadas, que são relacionadas com o grau em que suas forças materiais se

encontram, ou seja, o seu capital. Ao se pensar na totalidade dessas relações, assim se estabelecem as estruturas econômicas, como esclarece Marx (2008, p.47) “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. [...]”

A partir de tal concepção, a figura da mulher, como denuncia a visão marxista, passa a ser colocada em segundo plano com a instauração da propriedade privada, como aparece nas discussões propostas por Engels, em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, publicado pela primeira vez em 1884.¹

Em “A ideologia alemã” (2009), Marx e Engels criticam radicalmente o papel atribuído às mulheres e as crianças que compõem a família são os de serem escravas do homem. Ainda que de forma rudimentar e incipiente a figura da mulher já aparece subjugada ao homem.

Contudo, é impreciso apontar que a emancipação das mulheres é necessária apenas no sentido econômico, visto que a produção (aquilo que é material), está atrelada à uma série de ideais permeados na sociedade capitalista, o que faz com que surja a necessidade de uma revolução de valores e costumes (Cisne; 2018)

Ao atribuir “funções” às mulheres para que assim sejam validadas, aqui sendo essas atribuições, o cuidado, a reprodução e a manutenção do bem-estar da prole, cria-se uma visão da mulher enquanto “coisa”, o que alguns autores denunciam como coisificação ou sexagem (Cisne, 2018; Guillaumin, 2005). E assim, na lógica marxista, a mulher passa a ser propriedade privada exclusiva do homem.

Desse modo, a mentalidade de inferioridade da mulher é instaurada socialmente, de modo a afetá-las em todos os aspectos que dizem respeito à vida cotidiana em sociedade, seja no meio familiar, profissional, ou educacional, interesse primordial de tal pesquisa.

Estabelecida a mentalidade em que o homem exerce papel significativamente mais importante na sociedade do que a mulher, esse pensamento se alastra, criando uma consciência de que por serem julgadas como menos capazes e inferiores, a sociedade capitalista patriarcal limita acesso, oportunidade e permanência das mulheres em diversos espaços, tais como à educação.

Sabe-se que o processo de educação formal no Brasil iniciou-se a partir da chegada dos responsáveis pela colonização, que era de cunho religioso, e almejava restritivamente o ensino de doutrinas religiosas alinhadas ao pensamento colonizador, e a formação da elite brasileira por meio de missões e formação de colégios pelo país (Stamatto, 2002).

¹ Para as discussões apresentadas no presente trabalho foi utilizada a versão lançada no Brasil, em 1984, pela Editora Civilização Brasileira.

Nesse cenário, as mulheres, como delineado por Stamatto (2002, p.2) “[...] ficaram exclusas do sistema escolar estabelecido na colônia. Podiam, quando muito, educar-se na catequese. Estavam destinadas ao lar: casamento e trabalhos domésticos, cantos e orações, controle de pais e maridos [...]”

De acordo com Stamatto (2002), as mulheres, durante o período colonial tiveram um ensino restrito em que podiam apenas realizar estudos em casa, com o auxílio de um preceptor, ou em conventos, de modo a dedicar suas vidas ao caminho religioso. Gradualmente e arduamente esse formato foi se modificando, e as mulheres passaram a ter acesso a conhecimentos matemáticos, e a se desviarem da obrigatoriedade de dar seguimento com a vida religiosa como único caminho.

Já em 1808, ocorre a chegada da Corte ao Brasil, em que diversas medidas são tomadas no que se refere a estrutura política e social da época e mudanças ocorrem no ensino, em que são abertos, alguns dos primeiros cursos de ensino superior, que eram marcados por serem cursos destinados a homens (Stamatto, 2002).

Observa-se que o acesso à educação pelas mulheres, sempre foi dificultada e em grande parte da história, até mesmo impossibilitada. Ainda que gradualmente as mulheres passaram a ocupar tais espaços, o fato de não receberem o mesmo tratamento e o mesmo conjunto de direitos que homens possuem desde o nascimento, é o cerne da questão.

No referente ao ensino superior, as mulheres representam uma participação significativa quando o assunto se trata de acesso e ingresso à universidade. Já quando o debate é feito sob a ótica da vivência e permanência no meio acadêmico, as mulheres possuem uma realidade bem diferente.

Conforme os apontamentos de Martins *et. al.* (2022), o ensino superior brasileiro é demarcado pelo colonialismo e elitismo até os dias atuais, o que vai além e se estende até a fatores, como a discriminação por raça e gênero, tornando, assim, um espaço que deveria ser permeado por conhecimento e cultura, um local de opressão, ao que as mulheres estão sempre envoltas.

Entende-se que houve avanços no tocante à produção científica por mulheres, mesmo que representem maior parcela com relação a quantidade em inúmeras áreas de conhecimento das universidades, são constantes os entraves perpassados por tal público, como a persistente desvalorização, discriminação, assédio e desmoralização, o que faz da universidade um local de difícil permanência e ascensão para mulheres (Martins *et. al.*, (2022).

Tais impasses, unidos ao período pandêmico, resultou em uma acirramento cada vez

mais grave de sobrecarga das mulheres, e o aumento dos desafios de permanecer estudando e se dedicando formação acadêmica, em meio ao caos instaurado pela pandemia da doença causada pelo coronavírus 2019, que foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, e se tratava de um vírus de veloz propagação e com altíssima infectividade, que aliadas a falta de uma vacina capaz de combatê-lo, fez com que fossem necessárias medidas extremas e mudanças radicais nos estilos de vida da população mundial (Malta *et. al.*, 2020).

No Brasil, algumas das medidas tomadas foi o fechamento de escolas, universidades e demais instituições de ensino, bem como estabelecimentos considerados não essenciais. Em alguns locais, as autoridades públicas optaram pelo bloqueio total, acompanhado de punições em casos de descumprimento das ordens instauradas, ao que os trabalhadores, (aqueles que a realidade e a função os permitia), realizassem suas atividades de casa (Malta *et. al.*, 2020).

Com base no exposto, a temática elencada para a pesquisa está centrada nos desafios de permanência de mulheres no ensino superior, a partir de uma ótica que visualiza a mulher em uma posição de desprivilégio social, e que a subjuga a papéis previamente estabelecidos. Papéis esses, centrados principalmente com relação ao cuidado, visto que as mulheres historicamente enfrentam dificuldades de permanência na Universidade, por se tratar de uma ocupação que demanda esforço tanto físico como mental, unido ao cuidado dos filhos, da casa, e possivelmente uma atividade remunerada, tornando assim inviável a permanência nos cursos de graduação (Baltieri, 2022).

Por se tratar de um momento em que grande maioria das atividades de estudo e trabalho foram modificadas se tornando *on-line*, ainda que em alguns municípios tenha-se optado pela estratégia de pontos de coletas de materiais, as aulas remotas foram a realidade em grande parte dos casos, e por meio do ponto de coletas de atividades. Desse modo, o que anteriormente era realizado em espaços específicos, foi unificado em apenas um local, os lares dos indivíduos. Por ser um ambiente doméstico, a posição da mulher é historicamente atribuída ao cuidado de tal espaço, no que se refere a cuidados gerais da residência, acompanhamento diário dos filhos e demais demandas.

Pensando nessa estrutura estabelecida pela pandemia, de acirramento dos desafios perpassados por muitas mulheres durante esse período, entende-se que esse público se tornou ainda mais vítima de uma sobrecarga de trabalho. Ao se analisar por uma perspectiva que compreende a divisão desigual de trabalho, pode-se configurar assim, como uma problemática de gênero, pelo fato de tal distribuição ser fruto de uma lógica calcada em preceitos sexistas, que se originam em nossa sociedade patriarcal, ao que Cisne (2012, p.109),

destaca a respeito da divisão sexual do trabalho,

[...] a divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho. Essa divisão segmenta os trabalhos de homens e mulheres e hierarquiza tais trabalhos de forma a subalternizar os considerados naturalmente femininos em relação aos considerados masculinos [...]

Assim, ao inserir essa perspectiva no que se refere às mulheres pertencentes ao espaço acadêmico, especificamente estudantes de graduação, presume-se o agravamento de dificuldades que permeiam esse processo. Isso porque além dos desafios em se adaptar a uma nova realidade, em que o ensino passou por um processo de reformulação, é preciso verificar ainda que o tempo se tornou ainda mais limitado para essas mulheres em virtude das obrigações impostas por conta da nova configuração estruturada pela pandemia, em que todos os aspectos relativos à manutenção do bem-estar e o cuidado familiar, ou de terceiros (no caso das mulheres que desempenham serviços de cuidados remunerados) foram automaticamente atribuídas ainda mais apenas às mulheres

A respeito de tais encargos excessivos às mulheres durante o período pandêmico, identifica-se o recorte feito por gênero nas atribuições em âmbito familiar levando a prejuízos para a vida de diversas mulheres, que buscam permanecer desempenhando as atividades acadêmicas e concluir uma graduação.

Nesse sentido, a presente pesquisa visou a compreensão de quais as justificativas apresentadas no meio científico para as ocorrências, em que mulheres constantemente sofrem empecilhos por conta de seu gênero. Desse modo, as discussões presentes, se fundamentam no feminismo materialista, que conforme Hirata (2018), expõe, se trata de uma visão que visualiza as relações de poder, e categorias como a exploração, opressão e a dominação da mulher.

Para isso, foram levantadas discussões sobre o lugar da mulher na produção e reprodução social, para considerar como a pandemia afetou os estudos dessas mulheres, compreendendo a problemática da pesquisa a partir do Materialismo Histórico Dialético, que amparou as discussões resultante da questão de classe como um dos possíveis desafios, além de dar base para a interpretação da pesquisa como um todo.

De acordo com os argumentos discorridos, entende-se que as mulheres historicamente possuem empecilhos que dificultam, interferem, e em muitos casos impedem de permanecer desenvolvendo atividades de estudos de forma efetiva na universidade. Ainda

que o ingresso seja assegurado a esse público, e que a realidade seja de universidades compostas, em sua maior parte, por mulheres, existe uma divisão muito nítida entre o que é o “local” da mulher, e quais são os dos homens.

Assim, tem-se um grupo que é majoritário (em números), mas que é constantemente oprimido, seja por meio dos cursos de graduação que cabem a mulher ou não, seja com a impossibilidade ou a dificuldade extrema de ter uma ascensão social plena, ou seja, apenas de permanecer na universidade, o que se demonstra uma dificuldade levando em consideração as demais atribuições concedidas às mulheres, especialmente, relativas ao cuidado, ou a manutenção do lar, cuidado dos filhos, e de outros sob sua tutela (Baltieri, 2022).

Assim, a pesquisa em questão se volta à especificidade do ensino superior, visualizando casos de desafios de permanência de mulheres no processo de ensino durante o período pandêmico. Por se tratar de um momento atípico da história, em que por conta das enormes proporções tomadas pela pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19), as aulas foram transferidas para o formato remoto, o que acarretou uma série de desafios tanto para discentes como docentes, e acirrou ainda mais problemas já existentes no dia a dia e na vida acadêmica de grande parte das mulheres (Baltieri, 2022).

A partir desse contexto, optou-se pela realização de entrevistas para compreender se houve casos de mulheres que tiveram que lidar com desafios, para conciliar suas demandas, aliadas às atividades acadêmicas interferindo em suas trajetórias como estudantes dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul da Unidade de Paranaíba durante a pandemia.

Assim, o objetivo primordial do trabalho consiste em investigar, por meio da realização de entrevistas, de que forma o período pandêmico afetou a permanência de mulheres nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, especificamente na unidade universitária de Paranaíba/MS, cidade de realização da pesquisa.

Entre os objetivos específicos da pesquisa estão, realizar a compreensão por meio da Teoria do *Care* e com base nas teorias feministas marxistas, de que modo as demais atividades desempenhadas pelas mulheres cotidianamente nos espaços domésticos, sendo os seus próprios, ou por meio da terceirização, principalmente as relativas ao cuidado, se configuraram como impedimentos para que conseguissem se dedicar às atividades de estudo.

Além do mencionado, objetivou-se a realização de análise documental a fim de verificar as ações do Estado brasileiro, a partir de órgãos públicos tais como o Ministério da Educação (MEC) e da UEMS no que tange a organização do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e as medidas tomadas para garantir a permanência de estudantes na Universidade. E

por fim, entrevistar mulheres que correspondam à problemática da pesquisa, com o intuito de compreender como os desafios apareceram em suas vida acadêmica durante o período pandêmico.

Assim, o trabalho está dividido em 4 seções: a primeira se trata da conceituação inicial do objeto de pesquisa, o referencial teórico adotado e as problematizações iniciais realizadas. A segunda seção busca discutir a categoria trabalho, com enfoque no cuidado como uma atividade exclusivamente feminina. Na terceira seção, são feitos apontamentos no sentido de inserir a mulher na universidade durante o período pandêmico, de modo a demonstrar como os desafios das mulheres nesse campo foram acentuados. Na quarta e última seção são apresentadas a metodologia de pesquisa e da análise, e o detalhamento da coleta e interpretação de dados.

1. CONCEITUANDO O OBJETO DE PESQUISA: mulheres, pandemia e o patriarcado

A seção inicial do presente trabalho possui como objetivo primordial, realizar um apanhado geral, de modo a demonstrar a construção do objeto de pesquisa, perpassando assim, pelas categorias centrais do trabalho, as fundamentando, e apontando as problematizações iniciais.

A partir disso, cabe pontuar que a sociedade atual é permeada por mitos e preconceitos que foram originados e instituídos socialmente em épocas passadas, mas que ainda perduram até a contemporaneidade. Esse padrão é muito presente ao se pensar a respeito da posição da mulher nos espaços em que ocupa, visto que constantemente são determinados papéis e tarefas que as cabem ou não (Saffioti, 2013).

Saffioti (2013), ao situar o papel da mulher na sociedade brasileira, traz questões importantes por meio da historicidade feita a partir de uma perspectiva escravocrata-senhorial, em que as mulheres negras ficavam incumbidas de funções reprodutivas e de servir como instrumento de prazer. As mulheres brancas, ainda que em uma posição social inevitavelmente mais confortável, eram submetidas ao matrimônio com pouca idade, por possuírem ainda características como a ingenuidade e imaturidade.

Nesses moldes, compreende-se que nessas funções que as mulheres desempenhavam não havia espaço para a educação, visto que os seus afazeres estavam restritos e limitados a apenas servir como uma ferramenta para o senhor, e desse modo permaneceu durante séculos. Ribeiro (2000) aponta que apenas na segunda metade do século XVII os conventos surgiram

no Brasil, fazendo assim com que algumas mulheres tivessem acesso a conhecimentos, como a leitura, escrita e música, contudo não se tratava de um sistema formal de educação.

Como mencionado, a mulher recebe suas funções ao nascer, que são determinadas por seu gênero, e além de se tratar de atribuições de cunho reprodutivo e do cuidado, ainda impõem inúmeras limitações às mulheres. Ao retratar a realidade da sociedade capitalista, Federici (2017), expõe que

[...] na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e acumulação de trabalho. Nesse sentido, é bem merecida a importância que adquiriu o corpo, em todos os seus aspectos – maternidade, parto, sexualidade – tanto dentro da teoria feminista quanto na história das mulheres [...] (p. 34).

Ao receber a oportunidade de ingresso no processo de escolarização, inúmeras dificuldades foram perpassadas por esse público, visto que conforme Beltrão e Alves (2009), inicialmente, ao gênero feminino a educação primária possuía intuito de fortalecer valores morais e sociais como fundamento para a constituição da mulher enquanto mãe e esposa. Além disso, a educação secundária consistia em ofertar cursos voltados para o magistério, o que remetia ao ato de ensinar, e conseqüentemente, atrelado ao cuidar, não tendo acesso a outras formações por muitas décadas (Beltrão; Alvez, 2009).

No que se refere ao acesso ao Ensino Superior, sabe-se que as mulheres tiveram a oportunidade de começar a frequentar a Universidade apenas ao fim do século XIX, como esclarecem Blay e Conceição (1991), que a primeira mulher a se graduar foi uma médica, formada pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1887.

Já em 1929, foi criada a União Universitária Feminina (UFF), que se tratava de uma associação composta por estudantes de instituições de ensino superior, liderada pela engenheira Carmen Velasco Portinho, em que levantaram pautas sobre o ingresso e a permanência de mulheres no ensino superior de forma efetiva, as levando a concluir e exercera profissão em que foram graduadas, assim como os homens (Costa; Dieguez, 2021).

A respeito da UFF, as autores ainda pontuam,

Sabemos que o espaço do ensino superior ainda é para uns poucos e que as desigualdades educacionais continuam, não apenas na perspectiva de

gênero. Se hoje, em números absolutos, as mulheres já são maioria nos bancos universitários, isso não significa igualdade se consideradas outras variáveis como: raça/cor, idade, nível socioeconômico, cursos que realizam, além das múltiplas jornadas cotidianas enfrentadas pelas mulheres estudantes, especialmente das classes menos abastadas (Costa; Dieguez, 2021).

Observa-se nitidamente a relevância que essas mulheres altamente privilegiadas tiveram historicamente por se tratar de um grupo de importância social, que advogava a favor de avanços, e que representaram mudanças positivas para as mulheres em diversos aspectos, inclusive no que diz respeito ao ingresso e permanência de mulheres na universidade, contudo, cabe salientar, que se tal grupo não era interseccionado por marcadores de raça e classe social.

Pode-se considerar que na década de 1930, a quantidade de mulheres inseridas no ensino superior ainda era mínima, como pontua Heleieth Saffioti (2013, p. 307), “[...] era reduzido o número de elementos do sexo feminino que, antes de 1930, se deixaram absorver pelo segundo sistema de ensino, nele diplomando-se [...]”, o que motivou muitos dos movimentos realizados pela União Universitária Feminina.

No aspecto universitário, muito foi debatido sobre as oportunidades conquistadas pelo movimento, como a possibilidade de intercâmbio, por meio de bolsas de estudo no exterior, em que as mulheres podiam realizar pesquisas e se aperfeiçoarem em suas áreas. Contudo, é imprescindível pontuar, que ainda que de fato a década de 1930 tenha apresentado significativos avanços para a inserção de mulheres no processo de ensino superior, esse acesso se tratava de algo restrito a mulheres privilegiadas, sendo intituladas de “senhoras diplomadas” (Costa; Dieguez, 2021)

Entre 1945 e 1964, houve movimentos com a intenção de democratizar o ensino, período que ficou conhecido como Pacto Populista. Beltrão e Alves (2009), ressaltam que apenas em 1961, com o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), as mulheres tiveram oportunidades equivalentes de acesso ao ensino superior. Entretanto, nessa década, o cenário brasileiro encontrava-se em conflitos travados por disputas ideológicas, entre conservadores, empresários e proprietários de terras que demandavam pautas “anticomunistas”, enquanto do outro lado, estava a esquerda, composta por partidos trabalhistas e estudantes. Com o golpe militar de 1964, direitos foram cassados, pessoas foram presas, torturadas ou exiladas, e o que antes tinha sido conquistado, fora censurado, o que representou uma perda enorme para as mulheres (Pinto, 1996).

Nesse período, os movimentos feministas começaram a ganhar mais força e impacto em suas reivindicações inicialmente nos Estados Unidos e posteriormente em outros países do Ocidente. Dessa forma, surge a segunda onda do feminismo que tem seu início em um período pós-guerra, em que as questões concernentes ao âmbito doméstico sofreram com intervenções de esfera pública, o que suscitou a busca por direitos por meio de pautas como a violência social e doméstica (Marques; Xavier, 2018).

Com essa nova leva de discussões trazidas pela segunda onda do feminismo, passou-se a ter um maior enfoque, conforme os apontamentos feitos por Marques e Xavier (2018). Por conseguinte, os papéis de gênero na sociedade se tornaram objeto de debate, especialmente após o lançamento de obras escritas por mulheres feministas, que colocaram em foco o gênero a partir de construções sociais. Além disso, outras demandas apontadas nesse período referem-se à liberdade sexual e ao aborto.

No Brasil, o primeiro grupo feminista apareceu em 1972, e desse modo, de acordo com Alves e Alves (2013, p.115) “[...] os temas relacionados ao feminismo passaram a fazer parte dos eventos e fóruns nacionais, como ocorreu na reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, no ano de 1975”.

Na década de 1980, o Brasil superou o hiato educacional de gênero das décadas passadas. Nesse momento, no ensino superior a quantidade de mulheres e homens que haviam concluído os cursos, estavam em pé de igualdade, até que no ano de 1991, dados apontavam distribuições muito semelhantes entre ambos (Beltrão; Alves, 2009). Esses dados podem ser representados pelo levantamento comparativo entre os anos de 1970, 1980, 1991, 2000, apresentados pelo Censo demográfico do IBGE, entre homens e mulheres:

Quadro 1: Percentual de mulheres e homens no ensino superior entre 1970 e 2000:

Ano	Mulheres	Homens
1970	1,7%	2,8%
1980	5%	4,3%
1991	6,4%	4,6%
2000	6,8%	5,3%

Fonte: dados originais dos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 do IBGE.

Guedes (2008), situa uma melhora nos índices de escolaridade de mulheres, principalmente a nível superior, visto que em 1970, tratava-se de um público referente a 25%

composto de mulheres, que se modificou para 53% em 2000. Assim, percebe-se que tais mudanças são desdobramentos de um processo de construção de identidade feminina por meio do processo de escolarização, ao que ainda pontuam:

Enquanto a primeira geração de mulheres [...] ainda é profundamente marcada por um sistema patriarcal, que estrutura sua identidade social no papel de mãe e esposa, a geração recém-formada captada no Censo 2000 já vivencia uma realidade em que a participação feminina no mercado de trabalho e o sucesso profissional são encarados como atributos desejáveis e legitimados socialmente (Guedes, 2008, p.129).

Contudo, é importante salientar, que mesmo com o ingresso das mulheres na universidade, e conseqüentemente com mais oportunidades de trabalho e ascensão social, não significa que todos os problemas das mulheres foram resolvidos, e que o patriarcado simplesmente deixou de existir. O que ocorreu foi um avanço necessário para a história das mulheres, mas que ainda são e serão necessárias diversas mudanças e batalhas travadas.

Ainda que o ensino superior tenha sido expandido e se tornado mais acessível às mulheres nas últimas décadas, a obtenção de uma graduação, seguia sendo considerada como uma forma de elevação social, visto que se tratava de um privilégio exclusivo daqueles que tinham acesso e condições de permanência e conclusão, e, portanto, a conclusão de uma graduação ainda possuía caráter excludente. Nas palavras de Tragtenberg (2002, p. 2) “[...] trata-se de ‘um complô de belas almas’ recheadas de títulos acadêmicos, de um doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, da produção de um saber a serviço do poder, seja ele de que espécie for”.

Desse modo, entende-se a complexidade que a inserção e permanência das mulheres no ensino superior representam, e se configura com um espaço amplo de discussões visto que se trata de um percurso permeado por desigualdades e discriminações.

Nesse sentido, no Brasil durante a década de 1990 ocorreram reformas que impactaram de forma positiva o acesso a educação para todos, com programas como Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (1990), Brasil: um Projeto de Reconstrução Nacional (1991), ainda que se tratando de um período regido por políticos conservadores e reacionários, como o governante da época, Fernando Collor de Mello, representaram a grosso modo, um rascunho para o que viriam a ser avanços efetivos para a educação (Yanaguita, 2011).

Já nos anos 2000, foram criadas instituições que davam atenção a questões de gênero no debate político, como a Secretaria de Promoção de Políticas para as Mulheres (SPM) e a

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), que passaram a dar visibilidade ao debate em nível nacional (Pereira; Nunes, 2018).

Para Pereira e Nunes (2018), existe atualmente no Brasil uma mercantilização do Ensino Superior, que é regida pelos interesses neoliberais, que visam a expansão do mercado, ao que se perde de vista como prioridade, o ensino de qualidade, por meio de privatizações, e consequentes, precarizações, fazendo com que assim, inevitavelmente,

É nesse cenário que discursos reacionários sustentam o projeto de limitar o acesso ao ensino superior, findar as políticas inclusivas, reduzir vagas nas universidades públicas, extinguir programas e cursos, entre outras barbáries, remetendo ao tempo em que o ensino era destinado à uma pequena parcela da elite brasileira e que servia apenas ao interesse da mesma (Pereira; Nunes, 2018, p.8).

Desse modo, cada vez mais projetos e políticas voltadas para sanar esse déficit, se tornam escassas e inexistentes, ou por vezes, com pouco enfoque e parco investimento. Entretanto, o debate se aprofunda ainda mais, ao se pensar em questões sobre como o acesso e o ingresso, não garantem necessariamente a permanência dos grupos minoritários no ensino superior, fazendo com que a ausência de políticas para esse fim, sejam ainda mais preocupantes (Pereira; Nunes, 2018, p.8).

Um dos avanços para essa finalidade foi a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que foi instaurado pela Portaria Normativa Nº39, de 12 de dezembro de 2007, e implementado em 2008, que visava apoiar os estudantes em diversos aspectos da vida acadêmica, como saúde, transporte, alimentação, cultura, entre outros, visto que todos esses pontos se tratam de desafios e dificuldades perpassadas por grande parcela dos universitários (Brasil, 2007).

Em 2010, com o Decreto nº 7.234, de 19 de julho, o PNAES sofreu modificações em sua estrutura, em que passa a ter enfoque maior na permanência dos estudantes no ensino superior e inclusão social, o que representam ganhos para esse público, contudo, as mudanças passam a ter caráter mais restrito, e individualizante, visto que se trata de um benefício que pode ser usufruído apenas pelo próprio estudante (Imperator, 2017).

Ainda que o PNAES (BRASIL, 2007), apresente assistência no que se refere às creches, não há uma delimitação de suporte às mulheres, ou algo que indique um recorte específico para gênero, visto que apenas a existência de creches para as mães não se configura como uma atenção específica a todas mulheres, e nem mesmo a mulher de forma

individual, visto que nem todas mulheres são mães.

A partir de dados estabelecidos pelo IBGE (2010), é declarado que “Em 1996, entre as pessoas que freqüentavam estabelecimentos de ensino superior, 55,3% eram mulheres, passando para 57,5%, em 2006. Nota-se que os homens estão perdendo espaço no processo de escolarização, pelo menos, no que tange a taxa de escolarização superior.” A partir do quadro abaixo observa-se que nos últimos anos esses quantitativos permanecem, ao que atualmente, a mulher ocupa uma posição favorável no processo de ensino superior, como consta no Censo da Educação Superior de 2021:

Quadro 2: quantitativo de homens e mulheres ingressantes em curso de graduação entre 2018 e 2021:

	MULHERES	HOMENS	TOTAL
2018			
MATRICULADOS	3.551.116	2.843.128	6.394.244
CONCLUINTES	589.383	401.032	990.415
2019			
Matriculados	3 430 115	2 723 445	6 153 560
Concluintes	551 521	382 516	934 037
2020			
Matriculados	3.149.703	2.424.848	5.574.551
Concluintes	518.339	359.890	878.229
2021			

Matriculados	3.006.698	2.263.943	5.270.189
Concluintes	504.180	337.867	842.047

Fonte: MEC/Inep. Microdados do Censo da Educação Superior, 2021.

De acordo com os dados pontuados por Ricoldi e Artes (2016), é possível problematizar questões relativas aos cursos de ingresso e conclusão de acordo com homens e mulheres. Compreende-se que cursos voltados para questões do cuidado e ensino são em grande parte compostos por mulheres, ao que cursos de Ciências da Educação em geral, era o segundo curso mais ingressado por mulheres e o primeiro mais concluído por esse público, ao mesmo tempo que se configura como o 17º curso mais ingressado por homens e 11º a ser concluído.

Além disso, há certas características nas distribuições dos cursos que podem ser destacadas a partir de um recorte por sexo, como exemplificado no quadro abaixo:

Quadro 3: quantidade de mulheres e homens concluintes de cursos de graduação de acordo com o censo demográfico de 2010:

CURSOS	MULHERES CONCLUINTES	HOMENS CONCLUINTES
Ciência da computação	57.985	152.962
Enfermagem e atenção primária	282.185	42.766
Terapia e reabilitação	233.798	41.465
Engenharia civil e de construção	35.965	151.840

Fonte: IBGE. Microdados do Censo Demográfico, 2010.

Conforme o exposto, observa-se que naquele período, ao fazer um sucintocomparativo diante as disparidades entre os cursos, há uma enorme diferença entre homens e mulheres que concluíram os cursos demonstrados. Enquanto Ciência da computação e Engenharia civil é concluído massivamente por homens, por serem cursos com estigma voltado para o aspecto de masculinidade, Enfermagem e Terapia e reabilitação, cursos que

possuem caráter de cuidado e manutenção da saúde, remetem ao papel da mulher na sociedade e são concluídos massivamente por mulheres.

Percebe-se a predominância de mulheres matriculadas nos cursos de graduação nesse período, contudo, é importante observar questões como a segregação entre determinadas áreas, de acordo com cada contexto. Hirata e Kergoat (2007), esclarecem a esse respeito que existe uma estrutura ocupacional, que divide as profissões na sociedade, de acordo com o gênero, e consequentemente afetando o processo de ensino superior, por esse possuir o caráter de formação para o trabalho.

A partir de dados mais atuais, no Censo da Educação Superior de 2018, tem-se uma representação dos 20 maiores cursos do país no que se refere ao número de matrículas, o que nos apresentam dados, passíveis de análise. O documento apresenta que 14 desses cursos são de predominância feminina, e 6 de predominância masculina. É possível observar com mais especificidade no quadro abaixo:

Quadro 4: Percentual de matriculados por sexo nos 20 maiores cursos em números de matrículas do país:

Percentual de matrículas em curso de graduação em 2018		
Curso	Mulheres	Homens
Pedagogia	92,5%	7,5%
Serviço Social	89,9%	10,1%
Nutrição	84,1%	15,9%
Enfermagem	83,8%	16,2%
Psicologia	79,9%	20,1%
Fisioterapia	78,3%	21,7%
Gestão de Pessoas	77,9%	22,1%
Odontologia	71,7%	28,3%
Farmácia	71,3%	28,7%
Arquitetura e urbanismo	66,5%	33,5%
Medicina	59,0%	41,0%

Contabilidade	56,5%	43,5%
Direito	55,5%	44,5%
Administração	54,4%	45,6%
Engenharia Mecânica	10,2%	89,8%
Sistema de informação	13,8%	86,2%
Engenharia Civil	30,3%	69,7%
Engenharia de Produção	34,4%	65,6%
Educação Física	34,9%	65,1%
Educação Física Formação de Professor	39,7%	60,3%

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados expostos pelo Censo da Educação Superior de 2018.

Com o exposto no quadro, percebe-se visivelmente a divisão entre os cursos tidos socialmente como femininos que se equiparam ao cuidado e os masculinos voltados para engenharia e sistematizações, demonstrando que o perfil estabelecido em 2010, persiste e ainda se mantém. Os cursos de predominância mais extrema feminina sendo Pedagogia, Serviço Social, Nutrição, Enfermagem, e Psicologia reforçam a ideia de que mesmo que as mulheres ingressem cada vez o ensino superior, há uma construção social, que divide por gênero o que próprio para as mulheres e homens, privando-as assim de oportunidades.

Como é possível observar, o número de mulheres presentes nesse processo é consideravelmente superior ao número de homens, ao que o número de mulheres matriculadas em cursos de ensino superior representa 55,7%, e concluintes 59% (Censo da Educação Superior, 2019). Entretanto, ao observar os cursos que mais apresentam divergências entre a quantidade de mulheres e homens, é possível notar que a baixa representatividade de mulheres possui uma relevância de gênero presente.

Nos cursos de Arquitetura e Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), nota-se que o percentual de homens matriculados é muito superior ao de mulheres, enquanto os cursos relacionados a Bem-estar, Educação e Saúde (com exceção à Medicina), são predominantemente compostos por mulheres. Essas questões são explicadas por Ricoldi e Artes (2016)

A noção de Divisão Sexual do Trabalho orienta a compreensão sobre a concentração de mulheres em profissões ligadas ao cuidado, relações humanas e, de alguma forma, com o universo das emoções (reprodução) e de homens em áreas das exatas, ligadas ao raciocínio lógico, à produção econômica, extremamente competitivas [...] (p. 153)

De acordo com a historicidade feita, é possível notar que a inserção das mulheres na educação formal ocorreu tardiamente, e sempre atrelada a um caráter ideológico. Em todas as etapas de ensino, as mulheres tiveram que superar adversidades para ocuparem um espaço que as deveria ser assegurado. Ainda é possível observar, que mesmo com a efetiva participação das mulheres, há questões segregadoras que as limitam a ocuparem determinados locais, como o cuidado e o ensino, enquanto os homens, além de já terem a possibilidade de estudar, foram e ainda são até a contemporaneidade, contemplados com oportunidades de pertencerem aos espaços que desejarem.

Refletindo sobre o período pandêmico, é nitidamente delineada a diferença entre o enfrentamento da pandemia por homens e para mulheres, por conta do acentuamento de questões, como a desigualdade de gênero, já existente na sociedade, e fortificada nesse período. Um exemplo foi a publicação de um documento de recomendações de amparo a mulheres feito pela Organização das Nações Unidas – Mulheres (ONU – Mulheres).

Nas orientações apresentadas pela ONU - Mulheres aparecem medidas que priorizam diretrizes destinadas a mulheres, ao que justificam esse recorte, pelo fato de as mulheres configurarem maior parte dos profissionais da saúde no enfrentamento ao COVID-19, além de serem mães e responsáveis por grande parte da carga de cuidados. Ainda situam a vulnerabilidade das mulheres que desempenham trabalhos informais, que apresentam a ausência de seguro de saúde e instabilidade de renda.

Levando em consideração o aspecto econômico, o documento projetou que as mulheres seriam afetadas mais diretamente, visto que possuem remunerações inferiores, por vezes informais, e com menos condições de segurança. Conforme dados mais atuais da ONU - Mulheres, as mulheres são remuneradas com 20% a menos que o mesmo, desempenhando a mesma função.

Assim, é possível ver o acirramento das questões de gênero durante o período pandêmico, fortemente demarcado pela sobrecarga feminina como enuncia Biroli (2016), em que a mulher é responsabilizada prioritariamente pelos serviços de cuidado e ainda é explícito o papel do patriarcado na remuneração e exploração das mulheres, como denunciado por

Federice (2021), em que as mulheres são uma mão de obra barata substituta da mão de obra cara, a dos homens.

Ao transpor essa contextualização para a realidade atual, existem ainda maiores implicações. Com a pandemia da doença COVID-19, posterior quarentena e mudança do ensino presencial para ensino remoto, novas relações de estudo e trabalho foram configuradas. Em inúmeros aspectos a vida das pessoas foram afetadas, seja no que se refere a questões afetivas, econômicas ou sociais.

Com relação à Educação, esse momento trouxe incertezas e mudanças que refletiram no ensino como um todo. Contudo, ao fazer um recorte sobre o papel desempenhado pelas mulheres durante esse período, algumas problematizações podem ser feitas em torno da distribuição desigual de tarefas, e as limitações impostas.

A esse respeito é possível realizar reflexões sobre a divisão sexual do trabalho que se origina a partir das relações sociais estabelecidas entre os sexos, que designa aos homens trabalhos que remetem a produção, e às mulheres a função de reprodução. Nesse sentido também cabe destacar que aos homens são atribuídos trabalhos com maior prestígio social. (Hirata; Kergoat, 2008).

Os preceitos colocados por Hirata e Kergoat (2008), evidenciam que a divisão sexual do trabalho possui dois princípios organizadores, a divisão, entre o que pode ser considerado um trabalho apropriado para homens e mulheres, e o princípio hierárquico, em que o trabalho masculino possui mais valor que o das mulheres, e conseqüentemente as colocam em condição de oprimidas.

De acordo com os apontamentos feitos por Cukier (2016), as estudiosas do campo, Danièle Kergoat, Christine Delphy e Silvia Federici realizam o exercício de politizar o trabalho, visto que fazem suas análises da perspectiva de que política e economia não podem ser analisadas isoladamente, pensando em questões como a produção e a reprodução de bens.

Cukier (2016) ainda incorpora em suas discussões que o trabalho serve como uma alavanca de emancipação que atua coletivamente. Pensando no objeto da pesquisa, a Universidade é socialmente tida como um meio de formação e de preparo para o trabalho, e tendo o acesso e a permanência no ensino superior para mulheres dificultado ou impossibilitado, priva-se esse grupo de possíveis elevações e emancipações sociais e financeiras.

Nesse sentido, a realidade das mulheres em um mundo pandêmico, ainda que de formas diversas, se encontra ainda mais dificultada por conta da estrutura patriarcal e a divisão sexual e desigual do trabalho. No espaço acadêmico, observa-se o acirramento cada

vez maior de tais condições das mulheres, visto que a designação de trabalho desigual foi ainda mais reforçada nesse período, o que conseqüentemente reflete negativamente na permanência dessas mulheres no ensino superior.

Para compreender as problemáticas que permeiam essa aquisição da educação formal, é preciso partir da lógica de que o ensino superior como pontua Tragtenberg, se trata de um espaço de dominação, visto que não são instituições neutras, e, portanto, é possível observar as contradições de classes que a permeiam, ao que o autor pontua “[...] Para obscurecer esses fatores, ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber ‘objetivo’, acima das contradições sociais.” (Tragtenberg, 2002, p. 12).

Por conta de tais definições, a pesquisa levará em consideração os aspectos referentes aos modelos de universidades atuais, compreendendo as relações de dominação que permeiam tais processos, de modo a superar a suposta neutralidade, para que sejam expostas as contradições presentes. É importante compreender a Universidade também como um local em que predomina um regime econômico, visto que se trata de um espaço de financeirização da economia mundial (Silva Junior, 2018).

Pires (2021, p. 94), sobre a situação do acadêmico no período de pandemia, nos situa: “Em relação aos alunos, observaram-se alterações nas rotinas, perda das relações presenciais com colegas, vivências alteradas com o ensino superior, ansiedades, depressões e incertezas [...]” Todas essas dificuldades, podem ser levadas em consideração ao analisar o contexto pandêmico, contudo, é necessário refletir mais profundamente sobre o acesso e as possibilidades de permanência desses estudantes.

Por conta do formato adotado pelas universidades brasileiras, o Ensino Remoto Emergencial (ERE), foi necessário que os alunos passassem por um processo de adaptação, em que algumas problemáticas se tornaram evidentes, como o acesso a computadores, *internet* e os outros equipamentos necessários. Ainda nesse período, observa-se outra desigualdade presente, que é demarcada por Pires (2021), ao declarar que os espaços de moradia também são permeados por disparidades entre alunos e alunas, visto que esse segundo grupo, em grande parte dos casos, é imposto a realizar tarefas domésticas, o que acentua ainda mais as distinções por gênero.

Assim, como em épocas anteriores, durante a pandemia, as pessoas que necessitam trabalhar para ter sua renda, continuaram desempenhando suas atividades, em conformidade com as suas necessidades. As mulheres, em muitos casos, desenvolviam tanto o trabalho, sendo aquele que gera renda monetária, e ainda o trabalho não remunerado, remetente ao cuidado e manutenção do bem estar (Duarte, 2021).

Biroli (2016) disserta que existem elementos que atravessam a divisão sexual do trabalho, em que é necessário além de distinguir entre remunerado e não remunerado, é preciso visualizar as implicações de escolaridade, raça, etnia e faixa etária, que são marcadores que fazem com que existam contextos diferenciados para cada grupo.

É nítido que a sobrecarga de serviços se tornou um empecilho ainda mais agravado no cotidiano das mulheres, ao passo que impossibilitou em muitos casos com que mulheres dessem continuidade aos estudos, visto que as demais atividades foram colocadas como prioridade, principalmente no que se refere ao cuidado e os demais exercícios que são incumbidos às mulheres em âmbito familiar, e ainda aliado ao trabalho de produção em muitos casos.

Essa sobrecarga enunciada pode ser compreendida por meio da teoria do cuidado (*care work*), que remete ao trabalho no campo do cuidado desempenhado massivamente por mulheres. Nesse sentido, o trabalho é desenvolvido para amparar os dependentes de tais serviços como pessoas idosas, crianças, deficientes e pessoas acometidas por doenças. Costumeiramente, esse respaldo é propiciado pela mulher no ambiente doméstico, e, com a sua inserção no mercado de trabalho assalariado, é possível observar cada vez mais dificuldades em conciliar ambas as esferas da vida cotidiana (Hirata; Guimarães, 2012,2012).

O *care* remunerado e o não remunerado são realizados em maioria dos casos apenas por mulheres, seja no seu próprio seio familiar, seja em circunstâncias em que seu trabalho é terceirizado, o que faz que tenha que ser feita uma análise da divisão sexual do trabalho, visto que desse modo, se embasa na percepção de que o cuidar se trata de uma qualidade “natural” das mulheres (Hirata; Guimarães, 2012, 2012).

De acordo com um relatório organizado a partir de dados levantados por meio de entrevistas pela Sempreviva Organização Feminista (SOF) (2021), 50% das mulheres brasileiras tiveram que assumir o papel do cuidado durante a pandemia, e esse número é ainda maior ao se retratar as mulheres rurais, em que chegou a 62%. A publicação ainda pontua que é impossível debater os novos modelos sociais pós-pandemia, sem considerar a crise do cuidado gerada por tal momento.

Ao se analisar esses dados por uma ótica de divisão de trabalho por gênero, percebe-se questões relevantes a serem problematizadas. A divisão sexual do trabalho é resultado das relações construídas socialmente, em que são estruturadas hierarquizações e separações, em que subjagam o trabalho da mulher como menos prestigiado, e menos reconhecido. Ainda é importante pontuar que no seio doméstico, essas desigualdades são

ainda mais acentuadas (Hirata; Kergoat, 2007).

Conforme apontado por Hirata e Kergoat (2007), ainda que possa-se ter um vislumbre acerca da ocupação de posições mais elevadas socialmente pelas mulheres, como o ingresso no ensino superior e a conquista de oportunidades executivas, tais fatos acarretam na terceirização do trabalho doméstico, e aliado a isso, as estruturas sociais, estabelecem ao homem o papel de provedor, e conseqüentemente, a mulher fica sob a responsabilidade de pressão de conciliar tanto a vida familiar, como a profissional.

Ao pensarmos em uma realidade pandêmica, o trabalho remunerado (para as que o desenvolvem) e o trabalho não remunerado, se fundiram em um mesmo espaço, levando como parâmetro as mulheres que tiveram seu trabalho adaptado para o formato *home office*. As mulheres que exercem ou exerceram serviços considerados essenciais durante esse período, possuem outra realidade, visto que foram impossibilitadas de permanecer em casa e ainda se viram expostas a possível contaminação (Bhatia, 2020).

Nos casos em que as mulheres desempenham atividades remuneradas, e para isso precisam se ausentar de suas residências, é comum que ocorra a terceirização do trabalho doméstico. Nesse processo de terceirização, observa-se uma disparidade de gênero tendo em vista que conforme os dados do IBGE (2018), 95% dos indivíduos que realizam tais atividades são mulheres. Ainda é possível destacar que o trabalho doméstico remunerado até a contemporaneidade permeado por uma herança colonial, visto que apenas em 2015, foram assegurados direitos, por meio da Lei Complementar nº 150 (BRASIL, 2015), que estabeleceu normas como a contratação de indivíduos apenas maiores de idade, carga horária máxima de 8 horas diárias e demais atribuições.

Como é pontuado por Federici (2019), ao se discutir sobre o trabalho doméstico é importante compreendê-lo por uma perspectiva de que se trata de um conceito disseminado nas sociedades regidas pelo capitalismo, de modo a perpetuar a consciência de “um trabalho feito por amor”, quando na realidade se trata de uma exploração realizada a partir da inculcação de uma lógica que visualiza o trabalho doméstico feminino como uma aspiração e de caráter formador da mulher, ao que pontua,

O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. [...] (p. 43).

Levando em consideração as explicitações realizadas, as problematizações aqui presentes se centram em discutir especificamente casos de mulheres que durante o período pandêmico se encontraram desafiadas a desempenhar um papel ativo academicamente e realizar as atividades propostas pelo processo de ensino superior.

Ainda foram debatidas questões concernentes ao ensino remoto, como se deu a organização institucional durante o período, mais especificamente, o perfil dessas mulheres e contexto em que estão ou estiveram inseridas, levando em consideração a constituição familiar, socioeconômica, condições que permearam o cotidiano dessas mulheres nesse período, levando assim, a constituir o período como desafiador em alguma medida. Os apontamentos foram realizados a partir do Materialismo Histórico Dialético, ao passo que o material colhido por meio das entrevistas passarão pelo procedimento de análise do conteúdo e posterior interpretação a partir do referencial teórico adotado.

2. A IMPOSIÇÃO DO CUIDADO: o trabalho como categoria central

A segunda seção do trabalho consiste em apresentar a categoria trabalho, e como ela serve de elo conector para toda a problemática da pesquisa, em que inicialmente são feitos apontamentos sobre o *care work* como uma atividade exercida apenas por mulheres, passando pelas discussões sobre como a mulher está inserida na sociedade contemporânea capitalista e patriarcal. Em uma terceira subseção são discutidas as problemáticas constantes em que o trabalho feminino é romantizado com um trabalho feito apenas por amor.

2.1. O *care work* como uma atividade exclusivamente feminina

A presente pesquisa partiu de três categorias principais: gênero, pandemia e ensino superior. Desse modo, como aporte teórico, foram adotados autores de fontes primárias e secundárias que abordam tal temática, com o intuito de conceituar e fundamentar a pesquisa, de maneira a atribuir cientificidade e fidedignidade para os dados e discussões apresentadas nessa subseção, mais especificamente com enfoque na categoria trabalho, perpassando pelas três mencionadas anteriormente.

No que se refere a gênero, Heleieth Saffioti, discorre a respeito do conceito de gênero, de forma a teorizar que não se relaciona diretamente a fatores biológicos, e sim, aos

construtos sociais, que permeiam a sociedade, e atual na formação dos indivíduos, e o que é definido como mulher (SAFFIOTI, 2015).

Além disso, Saffioti (2015) embasa seus estudos e discussões em pautas marxistas, o que gera uma outra ramificação, as lutas de classes. A partir disso, os trabalhos de tal autora contribuem por abordar o gênero por uma ótica que compreende a mulher enquanto mão de obra, expondo sobre a exploração ainda mais acirrada e o subjugamento feminino, por serem vistas inferiormente perante a sociedade.

Assim, as discussões expostas por estudiosos de gênero, como Saffioti, se configuram como aliados à proposta da pesquisa aqui realizada, levando em consideração, que as problemáticas estabelecidas se dão no devir histórico, ou seja, visualizando gênero como uma construção social.

É sabido, que historicamente, as mulheres são vistas com subalternidade, colocando as mulheres em papel de submissão perante os homens, o que faz com que seja indispensável compreender as origens dessas relações assimétricas presentes até a contemporaneidade, mais especificamente ainda, durante o período pandêmico. Levando em consideração, o objeto de pesquisa, e as implicações trazidas pela pandemia, entender o papel da mulher instituído socialmente, é um trabalho que se fundamenta a partir de tais propostas.

Silvia Federice (2019), discute sobre o trabalho feminino, que se constitui como parte fundamental da pesquisa, expondo sobre o fato de o ato de cuidar como um trabalho restritamente feminino, tem-se inúmeros estigmas impostos, em que a manutenção da casa e do bem-estar familiar é responsabilidade exclusiva da mulher que compõem esse espaço.

O trabalho doméstico é atribuído à mulher, por uma crença de que essas atividades são aspirações e necessidades advindas do íntimo feminino, como discute Federice (2019, p.42-43) “[...] O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural ao invés de ser reconhecido como um trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado [...]”.

Ao se embasar em tais mecanismos que afirmam que o trabalho doméstico é algo natural da mulher, o capitalismo cria uma lógica de que por ser inevitável e capaz de proporcionar realização, o trabalho não precisa ser remunerado, por ser uma função que deve ser desempenhada pelo prazer de cumprir uma “vocação” feminina. (Federice, 2019).

Com base em tais preceitos mencionados, a pesquisa adotou como aporte, as discussões propostas por Hirata e Kergoat (2007), a respeito do *Care Work*, traduzido literalmente como “trabalho do cuidado”, em que problematizam a respeito do atrelamento entre o cuidar e as mulheres, se tornando uma obrigatoriedade imposta socialmente e culturalmente, o que se configura como uma problemática de gênero.

No Brasil, o cuidado é provido pelas redes que cercam os indivíduos, ou seja, famílias, vizinhança, amigos próximos etc. Contudo, grande parte das responsabilidades recaem sobre as mulheres, seja as que compõem esse ambiente (mães, irmãs, avós), ou mulheres que atendem uma terceirização do trabalho (domésticas, diaristas, cuidadoras)(Guimarães; Hirata; Sugita 2011). As autores ainda expõem a característica, do mercado:

O mercado é, assim, um provedor de cuidados sobretudo pela oferta de serviços dessas empregadas domésticas, mas também pelas empresas e agências de home care. O Estado, apesar dos esforços sistemáticos, sobretudo a partir dos anos de 1990, ainda não dispõe de um programa eficaz e bem dotado financeiramente de cuidado de pessoas idosas. Também no setor de cuidados com crianças ainda há muito a construir em termos de equipamentos coletivos (creches, escolinhas, estruturas coletivas), fundamentais para que as mulheres possam trabalhar fora de casa.

Em vista disso, observa-se a influência do Estado na manutenção dessas estruturas, em que ao não se propiciar programas e políticas de cuidado, essas funções se tornam responsabilidade dos indivíduos que compõem o seio familiar, e pela mentalidade disseminada socialmente, as mulheres precisam suprir essa demanda, por se tratar de um trabalho feito com mais delicadeza, atenção e responsabilidades, todas essas, características tidas como femininas (Hirata; Kergoat, 2007).

A partir da década de 1990, com a mercantilização do cuidado no Brasil, ocorre uma reconfiguração das formas de trabalho de homens e mulheres. Para as mulheres surge, como aponta Guimarães (2016, p.66) “[...] o trabalho profissional, remunerado e público da “cuidadora”[...]”, que segue coexistente ao trabalho de cuidado exercido em espaços privados.

Com a diminuição da quantidade de filhos, mais mulheres passam a ingressar no mercado do cuidado, ao passo que há um aumento de idade média de vida populaçãp, fazendo assim, com que existam mais idosos necessitados de cuidados, e Guimarães (2016), indica a importância de entender o mercado do cuidado a partir de marcadores como raça e classe, como exposto abaixo,

[...] no Brasil, o afluxo feminino ao mercado tem uma dupla faceta, assentada num marcador de classe, que se imbrica substancialmente com as condições das desigualdades raciais. Esse movimento se nutre tanto do afluxo das mulheres escolarizadas, majoritariamente brancas, que competem por postos melhor remunerados e protegidos, como do das mulheres escassamente escolarizadas, majoritariamente negras, que formam o enorme contingente de mais que 7 milhões de trabalhadoras domésticas,

correspondendo a perto de 20% da força de trabalho feminina presente hoje no mercado brasileiro [...]

De acordo com a nota técnica do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de 2020, o sistema de saúde passou por uma sobrecarga extrema durante o período pandêmico, o que fez com que tratamentos antes realizados em espaços hospitalares se tornassem atividades feitas em casa, e ainda, com a necessidade de distanciamento social, houve o fechamento de escolas, creches, e instituições para atendimento de idosos, ampliando ainda mais os trabalhos para o seio doméstico.

Desse modo, entende-se que aqueles que detém capacidade monetária para tal, terceirizam esses cuidados, logo, sendo um trabalho do cunho do cuidado, é assumido por uma mulher. A Nota Técnica do Ipea (2020) problematiza que esse mesmo movimento de sobrecarga também se trata de uma realidade das trabalhadoras domésticas, fazendo assim com que tenham uma carga dobrada.

Por conta dessa sobrecarga, muitas mulheres podem apresentar desenvolvimento ou piora de adoecimento mental, além de correr riscos de contaminação própria e de suas famílias, visto que há a “[...] impossibilidade de praticar o isolamento social, ou mesmo de tersua renda interrompida de forma abrupta pode potencializar doenças como ansiedade edepressão entre as trabalhadoras domésticas” (IPEA, 2020, p.11).

O trabalho com o cuidado é uma atividade essencial para a estruturação social das famílias brasileiras, e devido a esse fato, tal ocupação seguiu em pleno crescimento, ainda que em um contexto de crise econômica e sanitária. Por essa realidade ser pertencente principalmente a classe média e alta, nesse contexto, foram realizados ajustes por meio de contratações para o desempenho dessas atividades por terceiros, fazendo assim, o trabalho das cuidadoras remunerado (Guimarães; Hirata, 2020).

Em uma situação de emergência sanitária global, como a enfrentada pelo mundo a partir do ano de 2020, viu-se uma forte fusão entre o cuidado e a crise. Nadya Guimarães e Helena Hirata (2020), em seu livro “Gênero e cuidado: desigualdades, significações e identidades”, discutem sobre as disparidades acentuadas pela pandemia, ao declarar que,

[...] o confinamento não apenas internalizou compulsoriamente o trabalho, ali onde ele poderia ser desempenhado de forma remota, como fez voltar ao domicílio toda uma gama de tarefas que, ao longo do tempo, tinham passado a se exercer no espaço público, dispersas por instituições outras. [...] (p.260)

Essas novas configurações afetaram diretamente também outros segmentos como os profissionais do cuidado, como babás e domésticas, que tiveram seus trabalhos, em alguns casos, substituído pelo trabalho dos membros de cada domicílio, contudo, como são tais atividades do sentido do cuidar, recaíram inevitavelmente nas mulheres (Guimarães; Hirata, 2020).

A participação de homens e mulheres no trabalho do cuidado, já vinha, antes mesmo do período pandêmico, se demonstrando complexo e desproporcional. Entretanto, durante a pandemia, de acordo com dados levantados pela Sempreviva Organização Feminista (SOF), mostrou que das 2.641 mulheres entrevistadas, pelo menos 50% dessas, ficaram incumbidas do cuidado de outra pessoa. Ainda que seja uma amostra pequena da população, apresenta dados expressivos que fundamentam a problemática entre o gênero e o cuidado.

Aliado ao cuidado dos membros da própria família, é possível colocar em discussão a respeito das “ajudas” propiciadas por essas mulheres, em que realizavam atividades no sentido de proporcionar apoio a vizinhos, amigos, com destaque para mulheres negras, que compõem 51% desse total. Portanto, tem-se duas dimensões do trabalho do cuidado pelas mulheres, aquele que é imposto como uma obrigação, e o que é ofertado como um apoio.

Além disso, Guimarães e Hirata (2020) expõem a inevitável perda no sentido financeiro para as mulheres assalariadas, em que acabaram perdendo suas rendas pelo fato de haver outra pessoa para suprir tal demanda, ou seja, a mulher “do lar”. Isso tudo, ainda tendo o risco de contaminação naqueles casos em que o trabalho (remunerado) realizado por elas foi considerado essencial fora de suas residências, uma vez que tiveram que buscar outras formas de prover renda.

Em tais casos, pouco foi feito por parte dos patrões, para que essas trabalhadoras continuassem com sua renda e sua saúde preservadas, como ao que a “[...] Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) [...] denunciou que muitas trabalhadoras domésticas ficaram desempregadas, sem recursos, uma vez que as patroas se recusavam a continuar a pagar o salário para mantê-las confinadas” (Guimarães; Hirata, 2020).

Portanto, conforme pontuado, o período pandêmico representou uma série de dificuldades que se manifestaram na manutenção de suas vidas, integridade física e mental, com o acúmulo e a sobrecarga de serviços impostas às mulheres, demonstrando assim, os impasses passados por elas durante esses momentos, salientando nitidamente as desigualdades de gênero que foram agravadas.

Em síntese, Hirata declara que o trabalho do cuidado é quase sempre realizado por mulheres, em ambiente doméstico, seja ele o próprio ou por meio do trabalho terceirizado, e

ainda assume que continuará sendo, por se tratar de “[...] trabalho precário, com baixos salários, mal remunerado, pouco reconhecido e pouco valorizado.” (Hirata, 2020, p.30)

Ainda é possível problematizar a respeito dos indivíduos que realizam esse trabalho de forma terceirizada, indo além de apenas a questão de gênero, como menciona Hirata (2020) em seu estudo, ao indicar que na Europa costumeiramente as responsáveis por esse trabalho são mulheres migrantes e que não possuem documentação legalizada.

2.1.1. Apontamentos à luz da dialética proposta por Marx

Com base no exposto até aqui e considerando a adoção do método Materialismo Histórico Dialético, fundamentado e amplamente debatido por Marx e seus colaboradores. Tal método possui características pertinentes ao trabalho desenvolvido, por se tratar de um método que leva em consideração a realidade material humana, e categorias como a superação da aparência, por meio da essência, a contraditoriedade dos processos, entre outras (Robaina, 2013).

Marx iniciou o desenvolvimento de tal método, por meio das críticas tecidas a filosofia hegeliana, em que Marx indicava, por meio de sua obra “A crítica da filosofia do direito de Hegel”, em que ele propunha que uma compreensão da sociedade diferente de Hegel, ao afirmar que “[...] a ultrapassagem do capitalismo se faz com a superação do Estado e do direito, na medida em que são formas necessárias da sociabilidade fundada na exploração do trabalho pelo capital.” (Marx, 2013, p.16).

Marx (2013) expõe que Hegel acreditava que o real era tido como um reflexo do pensamento, sintetizado e aprofundado em si mesmo. O autor adotou a concepção de dialética proposta por Hegel, contudo, com ressalvas ao que se referia a seus ideais sobre totalidade, pois para ele, a realidade é concebida a partir da relação do homem com a natureza, que é realizada por meio do trabalho (Marx, 2013).

Para Marx, a constituição do ser se dá por meio das relações sociais, em especial, as relações de trabalho, que decorrem em um período histórico, entendendo o ser assim, tanto em seu aspecto social como ontológico, como histórico, como exposto por ele “[...] os homens fazem sua própria história, contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (Marx, 2011, p. 25).

Camargo (2018) sintetiza a respeito das teorias defendidas por Marx, ao situar que se tratava de um estudo partindo da concepção de homem concreto e sua historicidade, ao que Marx, elucida como um trabalho com base na “[...] sua produtividade material produz também os princípios, as idéias, as categorias, de acordo com as suas relações sociais.” (2001, p.98), e ainda esclarece que são pensamentos e ideais que são mutáveis no devir histórico.

Marx ainda traz problematizações a respeito da superação proposta pelo marxismo, daquilo que é entendido como aparência, ou seja, as representações do real. Isso se daria por meio da ultrapassagem daquilo que está posto, e do desvelamento dos ideais, motivações, e discursos implícitos (Camargo, 2018).

A partir do exposto, a adoção de tal método, aparece como uma forma de compreender o contexto social, histórico e econômico em que a problemática da pesquisa se centraliza. Assim, faz-se imprescindível entender a sociedade atual, ou seja, a realidade em que a pesquisa se situa. A partir de uma lógica capitalista, levando em consideração que os sujeitos que se configuram como objeto de estudo, atuam na sociedade (ou pelo menos se supõe que), por meio da venda de suas forças de trabalho, logo, desenvolvem atividades remuneradas por sua sobrevivência.

Ao se colocar em discussão as mulheres que tiveram sua realidade penetrada por imposições que dificultaram a suas permanências no ensino superior durante a pandemia, as questões em torno da categoria classe se fazem essenciais, pelo fato de que em alguns casos, as próprias terem que desenvolver alguma atividade remunerada durante esse período, seja de forma remota, no caso, das que tiveram tal opção, seja das trabalhadoras que exercem funções consideradas essenciais durante a pandemia.

Outra característica já explanada a respeito do método que se configura como pertinente a pesquisa feita, é a respeito da essência, que surge através de inquietações e desconfianças acerca da imediaticidade, ou seja, do que é apresentado como verdade (Marx, 1978). Assim, tomando como partida esse preceito, a pesquisa almeja entender com profundidade os fatores que levaram a tais desafios perpassados.

Para autores como Markus (2015), a essência humana para a perspectiva marxiana, reside no trabalho e nas formas de socialização estabelecidas pelas relações que constroem. Por conseguinte, pode ser um processo muito vantajoso, entende as problemáticas presentes no tema da pesquisa, ao centralizar o trabalho, visto que compõem a essência e o mesmo de vida dos humanos.

Compreendendo os pressupostos metodológicos marxistas partem da totalidade, que é denominada a partir da crítica a realidade externa que é declarada como apenas fenomênica, Lukács (2012, p.297), expõe que se trata de “[...] um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução ideal do realmente existente, as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas, ao contrário, são na realidade “formas de ser, determinações da existência”.

A totalidade também não significa que será compreendido tudo que compõem o universo, sendo que desse modo, se teria uma infinidade de aspectos a serem levados em consideração. A totalidade se configura como o resultado de um momento ocorrido na história e em instituições sociais específicas (Tonet, 2013).

Outro ponto presentes em pautas marxistas que se configura como essencial, é a respeito da discussão feita em torno do singular, particular e o universal, em que são mediatizados por meio do trabalho, realizado dialeticamente entre o homem e a natureza, em que a natureza é transformada ao mesmo tempo, é modificado, e realiza esse processo para tentar suprir suas próprias necessidades, o que assim se configura a definição “universal” (Marx, 1978).

De acordo com Pasqualini e Martins (2015, p.365) “O universal se opõe à variabilidade sensória das expressões singulares do fenômeno, mas contém em si toda a riqueza do particular e do individual [...]” Desse modo, entende-se que o particular pertence ao todo, e o todo é composto por particularidades, que de forma dialética fazem tal vinculação.

A pesquisa aqui apresentada se embasa em tais aspectos por almejar a compreensão da totalidade presente nas problemáticas que permeiam o objeto de estudo, visualizando as particularidades de cada caso, atribuindo ainda mais especificidade ao objeto por compreender características individuais dessas mulheres, de modo a levar em consideração questões sociais, culturais e econômicas.

O método se aplica na presente pesquisa por se tratar de uma busca de interpretação da realidade, visto sua importância de entender a historicidade das categorias, bem como o contexto em que a problemática se deu, compreendendo os movimentos realizados socialmente, economicamente e politicamente. A esse respeito, Tozoni-Reis (2020, p.71), estudiosa sobre o método, declara que se trata de um processo de “[...] é descobrir as leis dos fenômenos de cuja investigação nos ocupamos; importa-nos captar detalhadamente as articulações dos problemas em estudo, analisar as evoluções, rastrear as conexões entre os fenômenos que os determinam e que os envolvem [...]”.

Compreendendo essa definição inicial do objetivo do método, para a pesquisa realizada, tal método se configura como recurso para investigar profundamente as implicações e as proporções tomadas pela pandemia de fenômenos já existentes anteriormente, mas que foram acirrados e dificultado ainda mais o enfrentamento desses desafios por parte de uma parte das mulheres.

Por meio da incorporação do Método Materialista Histórico e Dialético, é possível compreender como as contradições aparecem nas discussões feitas sobre o objeto de estudo (Tozoni-Reias, 2020). Uma das contradições que o Método ajuda a entender se refere a inserção das mulheres no Ensino Superior, que se de forma ampla nos dias atuais, e ao mesmo tempo, são invisibilizadas em cargos de chefia, desacreditadas em posições elevadas academicamente, e possuem menos reconhecimento e remuneração, apesar de melhores qualificações.

A partir do conceito de lógica dialética (Konder, 1981), é possível enfrentar a lógica formal, o que se demonstra muito rico, visto que preza o movimento, contradições e conflitos, que se aplicam ao entendimento mais abrangente da realidade, visto que é composta por diversos fatores e determinantes, em cada período do tempo e em cada sociedade.

Assim, é preciso aceitar a contradição para entender e refletir sobre a sociedade, no caso da pesquisa, uma sociedade regida pelo patriarcado e o neoliberalismo que atuamativamente na supressão dos direitos, formações, locais e campos ocupados pelas mulheres. Com relação à contradição, é preciso pensar no empírico, o que compõe a realidade, para disso, partir para o concreto, contudo, a realidade que nos é dada, é diferente do real pensado (Saviani, 1991).

A definição acima pode ser explicada pelo trabalho realizado por Marx (1968), em elencar sua categoria de análise, por meio deste movimento de pensar empiricamente, abstrair o que se reflete sobre, e se inicia uma análise crítica em busca do concreto, ao que o autor, partiu do que ele elegeu como “mercadoria”, entendido empiricamente, para que se entendesse o modo de funcionamento real (concreto) do capitalismo.

Por conseguinte, como aponta Tozoni-Reis (2020, p.75),

Então, se o processo de interpretação da realidade que exige o Método é um processo de captação da essência do real, a investigação da realidade numa sociedade organizada sob o modo capitalista de produção exige que busquemos compreender mais aprofundadamente, em sua interpretação, as contradições em que vivem os sujeitos nesta sociedade [...]

No que se refere a aplicabilidade do método em pesquisa voltadas para a educação, ele ampara os pesquisadores, a entender o fenômeno educacional, de forma com que sirvam para auxiliar na compreensão da realidade das relações estabelecidas no cotidiano dos membros que compõem esse espaço (Tozoni-Reis, 2020), o que é de extrema pertinência para a compreensão da realidade material do objeto da pesquisa aqui realizada.

2.2. As mulheres em uma sociedade capitalista neopatriarcal

Com base nas discussões explanadas pela subseção anterior, acredita-se ser necessária a contextualização do tipo de sociedade em que essas mulheres estão inseridas, tendo como base as condições macro de uma estruturação social construída essencialmente a partir do capitalismo e do atuação do neopatriarcado, que se ressignificou na organização e estrutura social.

A compreensão da atuação do patriarcado na contemporaneidade, ou como exposto por algumas autoras, Patriarcado Moderno, ou Neopatriarcado, serve para que as discussões referentes ao machismo, uma das principais formas de atuação ativa, não seja equiparado o Patriarcado estruturado pré-Revolução Francesa, visto que se modificou, uma vez que não representa uma mera sobreposição do homem sobre a mulher, e na realidade se trata de um mecanismo munido para inferiorizar todas as representações do que é feminino (Gattiboni, 2022).

Saffioti (2015) ao retratar sobre a sexualidade da mulher explana sobre questões como “zonas erógenas”, visto que as pelo fato de as mulheres não possuírem *phallus*, que se traduz como o poder representado pelo pênis, no caso das mulheres, elas detêm a sexualidade espalhada por todo o corpo. As questões expostas acima servem para amparar a seguinte problemática abordada por Saffioti (2015, p.35),

[...] No fundo, os homens sabem que o organismo feminino é mais diferenciado que o masculino, mais forte embora tendo menor força física, capaz de suportar até mesmo as violências por eles perpetradas. Não ignoram a capacidade das mulheres de suportar sofrimentos de ordem psicológica, de modo invejável. Talvez por essas razões tenham necessidade de mostrar sua “superioridade”, denotando, assim, sua inferioridade.

É importante salientar que essas diferenças são levantadas aqui como um modo de refutar o imaginário criado pelo patriarcado de superioridade masculina, visto que se forem seguidos parâmetros biológicas, a mulher apresenta superioridade em diversos aspectos em

relação aos homens, contudo as discussões trazidas não se alinham com o pensamento que parte de um determinismo biológico.

Com isso em mente, para compreender o papel ocupado pela mulher na sociedade atual, é importante entender como ela se situa historicamente. Em diversos tempos e locais da história, as mulheres desempenharam (e vem desempenhando) papéis significativos com relação ao trabalho, como por exemplo, a mulher nas sociedades pré-capitalistas, em um período anterior à evolução agrícola e industrial (Saffioti, 2013).

Inicialmente, as mulheres desempenhavam papéis, como descrito por Saffioti (2013, p.17) “[...] trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas [...]”, portanto, nesse período é possível observar que as mulheres atuavam de forma ativa na economia familiar.

Na Inglaterra medieval, as mulheres pertencentes à burguesia, eram autorizadas a ter certa participação no comércio, contudo, com delimitações fortemente presentes. Apenas as mulheres casadas podiam ter autonomia de algum tipo de comércio, o que fazia com que as moças solteiras fossem impedidas de atuarem até mesmo como aprendizes (Saffioti, 2013).

Nas palavras de Saffioti (2013, p.17) “[...] a guilda mercante dificultava a penetração das mulheres que não fossem levadas ao comércio por um homem [...]”. Ainda é possível ressaltar sobre esse período que as mulheres, mesmo as que desempenhavam tarefas de trabalho, eram vistas de forma estigmatizadas como menos capazes que os homens.

Isso se devia ao fato de que a mulher se tornava dependente da posição social ocupada pelo cônjuge para ser consolidada como próspera e estável econômica e socialmente. As mulheres eram entendidas como necessitadas de proteção provida pelos homens, com a justificativa de que estas eram frágeis e que deveriam se portar de forma submissa ao marido (Saffioti, 2013).

Nesse cenário, crianças e mulheres eram vistas com insignificância, e não tinham nenhum tipo de poder, além de terem liberdade restrita para expor opiniões e desejos, devendo se portar com obediência ao patriarca. O patriarca por sua vez era provido de inúmeros privilégios, de acordo com Boris e Cesídio (2007, p.457) “[...] aventuras sexuais com criadas e escravas, desde que fosse guardada certa discricção [...]”.

No caso das mulheres menos privilegiadas, o trabalho também se fez presente, visto que desse modo, o conforto e a segurança das camadas superiores, podem ser asseguradas, de modo com que “[...] este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do

homem, se define como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família [...]. (Boris; Cesídio 2007, p.458)

Ao se pensar na realidade brasileira, no século XVI, com a chegada do povo português, se instauram tradições dos portugueses, como a família patriarcal. Essas famílias eram compostas por esposas, concubinas, filhos, parentes, amigos e escravos. Rapidamente, o formato de família patriarcal se estabeleceu como centro da sociedade, por desenvolverem atividades como a regulação da procriação, administração das finanças das famílias (Costa; Mello, 1999).

Para Boris e Cesídio (2007) em contrapartida, as mulheres eram proibidas de tudo que não envolvesse suas obrigações, enquanto a mulher podia (e precisava), se dedicar a apenas um lar, mas o homem por conta de sua “natureza”, era permitido o direito de ter outras mulheres.

Fischer (2001), relata que as condições de vida das mulheres nesse período eram complexas, visto que precisavam obedecer e ser complacentes, ao que qualquer discordância seria vista como transgressão, ao que elucidam “Tratava-se de um sistema em que a possibilidade de que a menina-moça-mulher viesse a transgredir e sentisse o “sabor” da liberdade era muito restrita. Restava-lhe o prazer de agradar. [...]” (Fischer, 2001, p.457).

Com as mudanças sociais, no decorrer das décadas, as mulheres passaram a ter mais visibilidade socialmente, com a urbanização, contudo, tinham o objetivo de apenas de se portarem de forma agradável em eventos, servindo como “objeto de admiração” (D’Ávila Neto, 1980).

Na obra “Calibã e a bruxa” de Silvia Federice, publicado no Brasil em 2017, a autora expõe o ponto de vista de sua vivência na realidade estadunidense, e em suas vivências na década de 1980 na Nigéria, em que percebeu características que se assemelharam ao discutido por Marx, em “O Capital”, referente a acumulação primitiva, mas como alvo as mulheres, que estavam sendo atingidas fortemente.

Nesse cenário algumas visões propiciadas eram a de que “ [...] inspirada no Estado, com o marido como rei e a mulher subordinada à sua vontade, devotada à administração do lar de maneira abnegada” (Marx, 2017, p. 343).

Além de características como o controle reprodutivo das mulheres, ao que parte das análises propostas por Marx, em O Capital, mas expande suas reflexões, como sintetiza Rodrigues e Araújo (2019, p.502),

Não obstante, ela vai além da análise marxiana, pois enfrenta questões como o fato de que as mulheres foram duplamente expropriadas—questão sobre a qual Marx não se debruça—, a saber: primeiro, retiradas forçadamente das terras em que viviam e trabalhavam; depois, expropriadas de decidir sobre os seus próprios corpos, pois o Estado passou a criminalizar práticas não apenas não reprodutivas, como a sodomia e o lesbianismo, mas também o aborto e práticas de controle de natalidade, transformando assim, o corpo da mulher em verdadeiras máquinas de reprodução de força de trabalho.

Compreender o contexto em que as mulheres estão inseridas na atualidade, é de suma importância para o objeto da pesquisa. Ainda que compreender as questões de classe sejam fundamentais, ou demais aspectos constitutivos da figura da mulher, como a raça, em específico precisam ser levados em consideração. Faz parte do processo de incorporar nas discussões, e entender as opressões sofridas pelas mulheres que são objetos da pesquisa, visto que estão inseridas nesse local que é regido pelas leis do neopatriarcado e do capital.

2.3. O trabalho doméstico feminino: um trabalho por amor?

Nessa subseção serão abordadas questões referentes ao trabalho realizado pelas mulheres no seio doméstico, sendo trabalhos terceirizados ou não, e como se trata de uma função atribuída desde jovens ao sexo feminino, por um aspecto cultural muito forte ligado entre as mulheres e o cuidado. Além disso, é proposto o debate acerca da desvalorização da mão de obra feminina em si, sendo os cargos ocupados e as atribuições que as mulheres recebem.

Como categoria central para as discussões estabelecidas pelo Método Materialista Histórico e Dialético, o trabalho se fundamenta como um aspecto chave de entendimento das relações entre os homens, e entre os homens e a natureza. Contudo, a conceituação marxista de trabalho se amplia para além do estabelecido pelo senso comum, sendo que se trata de uma definição mais filosófica e profusa (Tozoni-Reis, 2020).

Na concepção proposta por Marx, o trabalho é essencial à vida, seja na sua produção ou reprodução, sendo meio de sobrevivência (Marx, 1978). Ao inserir essa definição no mundo contemporâneo, percebe-se que com as modificações das relações de trabalho, tem um novo formato das relações sociais, mas que ainda seguem pautados pelo modo de produção capitalista.

Ao se pensar em trabalho, sabe-se que possui tal centralidade por ser as relações mais básicas estabelecidas em sociedade para a organização. A partir disso, é possível

problematizar que o trabalho (o realizado como forma de obter ganho monetário para a sobrevivência), é explorado, ou seja, recebe menos do que é produzido pelo indivíduo. Por meio do trabalho, tem-se a humanização, mas com a exploração, gera um estado de alienação do indivíduo (Tozoni, Reis, 2020).

Segundo Guimarães (2004), as relações de trabalho foram modificadas ao decorrer do tempo e novos atores foram inseridos neste contexto de desigualdades e exploração. As mudanças nas organizações do trabalho foram diversas e neste cenário surge também a inserção da discussão da entrada da mulher no mercado de trabalho.

Entretanto, mesmo, após vários anos de reivindicação social para que a mulher fosse inserida no mercado de trabalho, o seu espaço foi assegurado, contudo, com muitas ressalvas que as marginalizariam em relação aos homens assim ficando visível que ao decorrer das discussões das relações de trabalho (Guimarães, 2004).

Para Guimarães (2004) após a mulher conseguir adentrar ao mercado de trabalho, novos desafios passaram a fazer parte dessa etapa, transparecendo cada vez mais a distância entre o trabalhador masculino e o feminino, uma vez que é preciso considerar que a mulher que era interpretada como delicada e ingênua, ou seja, ideal para trabalhos manuais.

Mas, ainda de acordo com Guimarães (2004), se a mulher apresentava essa gama de características, o que fez que essa mudança não fosse plena? Primeiro faz-se necessário ressaltar que mesmo o homem trabalhador se encontrasse em situação dominante em relação às trabalhadoras femininas, ou seja, os homens assumem posição de liderança sindical na busca de seus interesses enquanto isso as mulheres ficam a mercê de sua própria voz, sem nenhuma representatividade nestes movimentos, assim, mesmo que vagarosamente os homens atingem novos patamares em relação aos seus direitos trabalhistas enquanto a mulher não.

Logo, independentemente da formação profissional da mulher ser superior a dos homens, por se encontrar em situação de dominada, novos empecilhos e dispositivos são adicionados, na busca da equidade de direitos, fato este que faz que até hoje mulheres tenham carga de trabalho superior a dos homens, mas, que ganham consideravelmente menos do que o sexo oposto.

O trabalho feminino, em específico, o trabalho doméstico, precisa ser visto a partir de uma ótica política, ao invés de apenas reduzi-lo a um *status* de “coisa”, o que pode proporcionar equívocos, visto que assim, afastam-se da luta estabelecida, e as mulheres

impedem de “[...] compreender a importância disso para desmistificar e subverter o papel ao qual as mulheres têm sido confinadas na sociedade capitalista.” (Federice, 2019, p.40).

Federice (2019), discute sobre o trabalho doméstico de maneira crítica, ao denunciar a manipulação e exploração sofrida por tal classe. A exploração na sociedade capitalista não pode ser considerada algo novo, contudo, para esse público em questão, além da exploração da mão de obra, existe a segregação, em que um certo tipo de trabalho é destinado estritamente às mulheres.

De acordo com Guedes e Daros (2009), o papel da mulher na sociedade vincula-se ao seu pertencimento a uma família, ou seja, é mãe, filha, esposa, tia, ou avó de alguém. O ponto em comum é que essa mulher sempre é encarregada do cuidado de algum ou todos os demais membros da família. Por conta desse grande encargo de responsabilidades, essas mulheres são limitadas ou distanciadas de possibilidades e projetos pessoais.

A sutileza com que o capitalismo atua, faz com que a exploração, soe como uma recompensa, como por exemplo, o trabalhador é remunerado, e ambas as partes (explorador e explorado) recebem sua parte vista ingenuamente como “justa”, quando na realidade, o patrão distribui a quantidade conveniente de dinheiro, de modo a proporcionar a si mesmo, lucros (Federice, 2019).

Com o trabalho doméstico, essa realidade não é tão diferente, contudo, é atribuída a mão de obra feminina, por uma crença de que essas atividades são aspirações e necessidades advindas do íntimo feminino, como discute Federice (2019, p.42-43) “[...] O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural ao invés de ser reconhecido como um trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado[...].”

Ao se embasar em tais mecanismos que afirmam que o trabalho doméstico é algo natural da mulher, o Capitalismo cria uma lógica de que por ser inevitável e capaz de proporcionar realização, o trabalho não precisa ser remunerado, por ser uma função que deve ser desempenhada pelo prazer de cumprir uma “vocação” feminina (Federice, 2019).

E dessa forma, as estruturas sociais e a posição da mulher são organizadas, de modo com que as mães criem suas filhas com a mentalidade de que o papel de “dona de casa” não remunerada é o suficiente, e além disso, é algo especial, e que é uma realização desempenhar tal papel. Sobre esse mecanismo de ação do Capitalismo, Federice (2019, p 44).

Devemos admitir que o capital tem sido muito bem-sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. [...]

Compreender as origens dessa estrutura é de suma importância para que se entenda as implicações causadas por essa mentalidade de “trabalho por amor”, visto que é uma percepção naturalizada até os dias atuais, e tão enraizada que em grande parte dos casos, é aceita de forma passiva, por ser considerada a forma adequada de organização familiar, e consequentemente social, ou seja, a mulher desempenhar o papel de cuidado, e ainda assim, não ser visto com um trabalho que mereça remuneração por ser a obrigação instituída pela “natureza” da mulher.

De acordo com apontamentos feitos por Alves e Pitanguy (1985), a situação da mulher na sociedade em meados de XIX era a de submissão ao homem, visto que esse era o responsável por administrar todos os aspectos da vida das mulheres, o que fazia com que as tivessem que se portar de forma casta e resignada, sempre obedecendo a figura masculina presente, sendo pai ou marido.

Os homens detinham os mecanismos de controle da vida das mulheres, ao que eram vistas como propriedades, e que tinham seus destinos, obrigações e papéis estabelecidos por eles. Enquanto os homens eram responsáveis por trabalhar e obter o sustento da família, as mulheres tinham obrigação de serem donas de casa, reprodutoras, educadoras dos filhos etc. (Boris; Cesídio, 2007).

Ao compreender a sociedade por meio da ótica capitalista, entende-se o papel do homem nessa organização. Ao se ter uma conjuntura em que o homem trabalhador acumula capital o suficiente para que o trabalho seja terceirizado, é comum que uma a mulher (consideravelmente menos privilegiada financeiramente) seja colocada no papel de criada dessa família. A mulher, nesse caso, a esposa se torna refém do homem, visto que é ele que detém o poder monetário na relação, o que a incumbe a obrigação de atuar como uma serva feliz e realizada por tais privilégios (Federice, 2019).

Um dos pontos debatidos também por Federice (2019), é o fato de homem buscar uma esposa no momento em que inicia o trabalho, visto que ter uma mulher em casa após um desgastante dia de trabalho, é o essencial, já que essa poderá proporcionar atenção, e cuidados, ao sanar as necessidades de cunho físico, emocional e sexual.

A passividade com que essas situações são aceitas por parte das mulheres, segue uma condição em ter que serem bem-sucedidas em seus casamentos, o que é ainda mais agravado conforme a situação econômica da família a que pertence. Isso se deve por uma hierarquia de exploração muito presente na estrutura das famílias trabalhadoras, em que quanto mais o

homem é explorado, agredido, mais ele reproduz essas ações em seu familiar com sua cônjuge (Federice, 2019).

Tal lógica, de que as mulheres pertencem ao trabalho doméstico e vice e versa, afeta até mesmo mulheres que não são casadas. Ao se naturalizar uma “realidade”, em que o trabalho doméstico é sexualizado de modo a se tornar um atributo feminino, todas as mulheres passam a ser enxergadas por essa mesma ótica, independente de seu estado civil, o que faz com que se espere que as mulheres se comportem e ainda sejam felizes, realizando tais trabalhos (Federice, 2019).

Situando essa lógica a partir de uma perspectiva em que enxerga as mulheres com formação universitária, ou com alguma qualificação adequada, ainda assim, são direcionadas a desempenhar funções que se assemelham a áreas vista socialmente como mais femininas, ao que atuam em posições de serviços de cunho assistencial (Blay, 1975).

No Brasil, por conta do processo de industrialização tardio, a atuação de mulheres em atividades econômicas de forma ativa, o que se pauta no que Blay (1975, p.9) anuncia que “[...] para compreender a orientação que a mulher assume em seu desempenho profissional é preciso distinguir o modo com a sociedade manipula a participação da mulher enquanto força de trabalho [...]”.

A respeito da desvalorização do trabalho feminino, ainda é possível expor acerca do fato de serem utilizadas para atividades como o de secretária. Em casos em que a mulher possui formação universitária em uma indústria, por exemplo, dificilmente ocupa locais de direção ou gerência, centralizando a sua atuação em trabalhos burocráticos e de pouca visibilidade (Blay, 1975).

Com base no exposto acima, entende-se que as mulheres se situam em um plano desfavorável em relação aos homens, tanto no âmbito doméstico, em que se encarregam da maioria das atividades de manutenção do bem-estar, do lar, dos filhos e do parceiro, e são restritas à isso, tanto em um plano macro, em que são vítimas de uma opressão cultural e socialmente instaurada, de que merecem menos destaque, oportunidades, remuneração e sucesso.

3. UNIVERSIDADE, MULHERES E PANDEMIA: o que se acirrou?

É fundamental o entendimento de que a pandemia trouxe novos desafios, impasses, adoecimentos e sobrecargas. Contudo, é ainda mais imprescindível compreender que a

pandemia acentuou uma série de problemas já existentes, realidade que não exclui as mulheres universitárias. A partir disso, a terceira seção do trabalho busca demonstrar como os desafios e/ou dificuldades desse público foram agravados, iniciando pela apresentação sobre como a mulher está inserida na universidade atual, perpassando pelas discussões sobre a opressão causada pelo Ensino Remoto Emergencial, e como as mulheres foram diretamente afetadas nesse período. A seção ainda aborda os reflexos da pandemia na UEMS, nos anos de 2020 e 2021, e como a Unidade Universitária de Paranaíba se articulou durante os anos pandêmicos.

3.1. As mulheres na universidade: um panorama atual

A presente subseção, consiste em apresentar como as mulheres se configuram nos moldes atuais dos espaços acadêmicos, tanto no que se refere a ingresso, permanência, atuação docente e inserção no mercado de trabalho. Tal discussão se faz necessária para que ocorra a contextualização mais integralizada do objeto de estudo, de modo a compreender a problemática discutida até aqui de forma mais consistente.

É indispensável compreender como as mulheres se situam no ensino superior nos anos que correspondem ao recorte da pesquisa, e até mesmo de modo comparativo, para observar se houve mudanças nesse aspecto de um ano para o outro neste período pandêmico. Para observar a crescente expansão da inserção da mulher no ensino superior serão demonstradas as diferenças no que se refere a ingresso, matrícula e conclusão de cursos de ensino superior por mulheres.

Inicialmente, para expor com relação a inserção de mulheres no ensino superior será utilizado o intervalo de tempo entre 2011 e 2021:

Quadro 5: Quantitativo de mulheres ingressantes, matriculadas e concluintes de cursos de graduação no ano de 2011 em comparação com o ano de 2021²:

Quantitativo de mulheres na universidade enquanto discentes			
Ano	Ingresso	Matrículas	Concluintes

² Tais quantitativos se referem ao ingresso, matrícula e conclusão de curso de graduação em todas as categorias administrativas, sendo tanto instituições públicas (Federais, Estaduais e Municipais), como instituições privadas, o mesmo se aplica aos demais quadros desta subseção.

2011	908.130	3.174.106	515.809
2021	697.674	3.006.691	504.180

Fonte: Mec/Inep; Tabela original elaborada por Inep/Deed e adaptado pela autora.

Observa-se visivelmente que os números em todas os três aspectos levantados houver mudanças, uma vez que todos foram marcados por quedas. Ainda de acordo com o mesmo levantamento apresentado pelo Inep do Censo da Educação Superior (2021), é possível observar um dado que chama atenção, a forma com que o ingresso de mulheres decaiu em comparativo com os anos anteriores a pandemia, e como rapidamente caíram durante os anos de 2020 e 2021, como é possível observar no quadro x:

Quadro 6: Quantitativo de mulheres ingressantes em cursos de graduação entre os anos de 2018 e 2021:

Quantitativo de mulheres ingressantes em cursos de graduação	
2018	970.308
2019	965.548
2020	838.152
2021	697.674

Fonte: Mec/Inep; Tabela original elaborada por Inep/Deed e adaptado pela autora.

Com base no demonstrado, nos anos que antecedem o período pandêmico, havia uma certa estabilidade nos números, entre 2018 e 2019. Já em 2020, ano em que a pandemia teve sua expansão, esse número cai visivelmente, passando de 965.548, no seu ano anterior, para 838.152 no ano seguinte, e ainda caindo significativamente em 2021, com apenas 697.674.

Contudo, ao estabelecer a relação entre tais dados levando em comparação entre gênero, primeiramente, com relação ao recorte estabelecido entre 2011 e 2021, os dados são os seguintes:

Quadro 7: Quantitativo de mulheres e homens ingressantes, matrículas e concluintes de cursos de graduação no ano de 2011 em comparação com o ano de 2021:

	Mulheres	Homens
	2011	2011
Ingresso	908.130	778.724
Matrícula	3.174.106	2.572.656
Conclusão	515.809	349.352
	Mulheres	Homens
	2021	2021
Ingresso	697.674	520.310
Matrícula	3.006.691	2.263.493
Conclusão	504.180	337.867

Fonte: Mec/Inep; Tabela original elaborada por Inep/Deed e adaptado pela autora.

É possível observar ao situar os dados de forma comparativa, que as mulheres representam maior quantidade tanto em ingresso, matrícula e conclusão de curso, padrão que se manteve o mesmo, até 2021, dados mais recentes disponibilizados. Desse modo, entende-se que em aspectos quantitativos as mulheres estão inseridas na universidade, e são a maior parte desse público.

Mesmo com essa inserção maciça de mulheres no ensino superior, os números não se assemelham a realidade visualizada e vivenciada pelas mulheres que enfrentam o estigma de inferioridade e a constante falta de oportunidades e desvalorização no mercado de trabalho e enquanto professoras-pesquisadoras no meio acadêmico, como por exemplo. Assim posto, faz-se uma reflexão sobre o papel da universidade enquanto normatizadora das disparidades de gênero e como *locus* para a manutenção de preceitos patriarcais (Almeida; Zanello, 2021).

Os dados do Censo da Educação Superior (INEP; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018) exemplificam tal panorama ao apresentar a situação da atuação docente em cursos de pós-graduação no Brasil, ao indicar que tais percentuais tiveram aumento significativo, ao passo que a contratação de mulheres é visivelmente desigual a dos homens, o que se torna

incongruente, levando em consideração que as mulheres aparecem com um maior quantitativo discente.

É possível observar nitidamente nos dados apresentados pelo Censo da Educação Superior de 2021, em que foram estabelecidos os perfis tanto dos discentes, quanto docentes, como é possível visualizar nas imagens abaixo:

Figura 1: “Perfil” da Função Docente de Instituição de Educação Superior, por Categoria Administrativa (Pública e Privada) – Brasil – 2021³:

Atributos do Vínculo Docente	Categoria Administrativa	
	Pública	Privada
Gênero	Masculino	Masculino
Idade	40	41
Escolaridade	Doutorado	Mestrado
Regime de Trabalho	Tempo Integral	Tempo Parcial

Fonte: MEC/Inep. Quadro elaborado pela Deed/Inep.

Figura 2: “Perfil” do Vínculo Discente dos Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino (Presencial e a Distância) – Brasil – 2021:

Atributos do Vínculo Discente de Graduação	Modalidade de Ensino	
	Presencial	a Distância
Gênero	Feminino	Feminino
Categoria Administrativa	Privada	Privada
Grau Acadêmico	Bacharelado	Bacharelado
Turno	Noturno	n.a.
Idade (matrícula)	21	22
Idade (ingresso)	19	21
Idade (concluinte)	23	32

Fonte: MEC/Inep. Quadro elaborado pela Deed/Inep.

Desse modo, como já denunciado anteriormente, nota-se por meio dos dados, que o perfil docente, tanto na categoria administrativa pública quanto privada, é representado pela figura masculina, enquanto o perfil discente, ao utilizar como parâmetro as modalidades de ensino presencial e Ensino a Distância (EaD), em ambos prevalece o gênero feminino.

³ Para construção do perfil da função docente, foi considerada a moda, de cada atributo selecionado separadamente

Levando em consideração as discussões propostas até aqui, cabe discutir também a respeito dos cursos de graduação e como eles estão compostos, para compreender ainda como o patriarcado e as noções de divisão sexual do trabalho atuam ativamente no ensino superior.

Conforme As Notas Estatísticas divulgadas pelo Censo da Educação Superior de 2021, é indicado que 72,5% dos estudantes matriculados são mulheres, ao passo que apenas 27,5% são homens, conforme se observa com mais especificidade no quadro abaixo:

Quadro 8: Percentual de matrículas em cursos de licenciatura:

Modalidade		Categoria		Organização		Sexo	
A distância	61,0%	Privada	64,4	IFs / Cefets	4,3%	Mulheres	72,5%
Presencial	39,0%	Pública	35,6	Faculdades	6,5%	Homens	27,5
				Centro Universitário	25,6%		
				Universidade	63,5%		

Fonte: Elaborado pela autora com base na tabela original feita pela Deed/Inep a partir dos dados do Censo da Educação Superior.

Além das dificuldades e desafios que permeiam a entrada efetiva das mulheres no mercado de trabalho, e ascensão social, é perceptível que a permanência se faz ainda mais impossibilitada por problemáticas como a violência e o assédio nos espaços universitários.

Observa-se, por exemplo, nos levantamentos feitos pelo Instituto Avon / Data Popular, a respeito da “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, de 2015. A pesquisa foi realizada com estudantes de cursos de graduação e pós-graduação, que contou com 1823 universitários de universidades de todo o país.

Entre as mulheres entrevistadas, 42% sentiram medo de sofrer violência dentro do ambiente universitário e 36% já deixaram em algum momento, de fazer alguma atividade da universidade, por medo de sofrer violência. No que diz respeito à agressão moral / psicológica, 71% dos entrevistados, tanto homens como mulheres, declararam conhecer casos desse tipo de violência, 52% sofreram, ao que 24% foram colocadas em “rankings” sem autorização, e 14% tiveram fotos ou vídeos repassados sem a permissão da mulher.

Portanto, desse modo, é possível visualizar como a mulheres, apesar de ter acesso e ingressar em cursos universitário, sua trajetória acadêmica possui empecilhos que dificultam a permanência, ou quando permanecem, não conseguem ter uma permanência que respeite a

integridade física, moral e intelectual de mulheres, assim como pontua Martins *et. al.* (2022, 354).

Mesmo sendo maioria numérica nas universidades e em diversas áreas do conhecimento, as mulheres ainda enfrentam discriminações, são vítimas de assédio moral e sexual e não conseguem se manter com a mesma legitimidade que os homens, por isso, a universidade, muitas vezes, torna-se um não lugar para muitas mulheres

É possível problematizar também acerca da composição do corpo docente no ensino básico brasileiro em que de acordo com dados publicados pelo INEP (2023), 79,2% são mulheres, número ainda maior aparecendo na Educação Infantil, sendo 97,2% nas creches e 94,2% na pré-escola.

Os dados expostos acima reforçam as discussões trazidas até aqui, em que a existência da divisão sexual de trabalho é tão evidente, de modo, em que é possível entender a contraditoriedade presente em tais reflexões, visto que apresenta um avanço, já que milhões de mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, porém em um mercado muito específico, o do cuidado, aquele tipicamente feminino.

Com base no exposto, fazem-se necessárias algumas reflexões. Inicialmente, sabe-se que a a pandemia, afetou o ingresso e a conclusão de curso de mulheres, o que pode ser representado pelas quedas numéricas demonstradas, mas além disso, cabe acentuar que apesar do forte ingresso das mulheres, elas ainda sofrem com a discriminação de gênero (aliada substancialmente a raça e classe que pertencem).

Isso pode ser demonstrado pelas indicações feitas por Bello (2015), em que declara que o ensino superior não providencia a permanência para o público negro, por exemplo, o que é resultado de uma falta de preparo e um racismo escancarado, que passa ainda pela intersecção de pertencer ao grupo de mulheres, como ainda denuncia Martins *et. al.* (2022, p.352) “[...] o racismo é devastador para quem é negro e indígena, mas estando numa sociedade patriarcal, a opressão experimentada pelas mulheres se configura de forma diferente e ainda mais desigual em relação aos homens [...]”

A disparidade entre os gêneros se torna mais evidente ao se pensar no fato de que as mulheres representam atualmente, maior parte do público universitário, e que ao mesmo tempo, ocupam locais instituídos socialmente como femininos, atrelados ao cuidar, ao instruir, como a profissão docente, visto que ocupam maior parte dos cursos de licenciatura, mas ainda não estão “aptas”, na visão da sociedade patriarcal capitalista a ocuparem locais

mais altos, como a docência no ensino superior de forma efetiva, uma vez que tal posição é ocupada predominante, por homens.

3.2. Pandemia e Ensino Superior: a opressão do Ensino Remoto

Com a Pandemia do vírus Covid-19, todos os espaços e ocupações dos indivíduos foram modificados ou passaram por adaptações. Com relação à educação, uma série de medidas foram instauradas para evitar a contaminação de crianças, jovens e adultos, além de impedir a proliferação do vírus, como a adoção o Ensino Remoto Emergencial (ERE), tópico central das discussões que serão tratadas na presente subseção.

Ao se tratar especificamente a respeito do Ensino Superior, precisaram elaborar adaptações para evitar prejuízos pedagógicos e a saúde pública. Diversos aspectos passaram por modificações, como o plano de ensino das instituições, o gerenciamento dos departamentos, formas de avaliação e afins (Gusso, 2020).

Com base em documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/ 1996) e o Parecer n.19/2009, foram realizadas as determinações a respeito do calendário letivo. Contudo, após um mês da declaração de emergência em saúde pública, foi criado o Comitê Operativo de Emergência do Ministério de Educação (COE-MEC).

Com a criação de tal comitê, a Portaria n. 343/2020 e uma Medida Provisória (n. 934/2020, autorizaram a utilização de meios digitais como uma forma de substituir as aulas presenciais, uma vez que se tornou insustentável a realização de atividades presenciais, por conta do grande risco de contágio. Por meio de tal publicação, teve-se também a flexibilização dos dias letivos, em que era exigido que permanecesse com a carga horária mínima dos cursos (Brasil, 2020)

Com a emissão do Parecer n.5/2020, são apresentadas novas recomendações a respeito da reorganização do calendário escolar e acadêmico, além de dispor sobre a carga horária do ano letivo e atividades pedagógicas, ao que sobre o Ensino Superior, foi-serecomendado a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem, para que se desse continuidade ao ensino, de forma a distância. Ainda referente a carga horária, o documento determinou que as atividades desenvolvidas de tal forma, ou seja, por meios digitais,

poderiam constar como cumprimento da carga mínima anual, excluindo a necessidade de reposição de aulas.

Com a suspensão das atividades presenciais, foram criadas alternativas para que o ensino se tornasse *online*, por meio de ferramentas digitais, o que expôs uma série de problemas, como cita Gusso *et. al.* “[...] a falta de suporte psicológico à professores [...] a baixa qualidade no ensino (resultante da falta de planejamento de atividades em “meios digitais”; a sobrecarga de trabalho atribuído aos professores [...])” (2020, p.10), e ainda pontua sobre o pouco ou nenhum acesso à tecnologia por parte dos estudantes, o que inevitavelmente leva a descontentamento.

Com base em tais apontamentos, optou-se pela utilização do Ensino Remoto Emergencial para seguir com o calendário letivo. Tal formato de ensino se diferencia do Ensino a Distância, visto que diante a situação e as circunstâncias em que o ERE fora instalado, se tratou de algo inesperado, e portanto, haviam lacunas no que se refere a preparo e planejamento por conta das instituições.

O Ensino a Distância se trata de uma modalidade em que são utilizadas estratégias que contemplam um sistema de ensino informatizado, que possui suporte, materiais didáticos criação de ambientes virtuais de aprendizagem além de contar com apoio e treinamentos dos docentes para que atuem ativamente com as ferramentas digitais, utilizando os recursos da forma mais adequada possível (Kaplan; Haenlein, 2016).

Contrariando tal proposta de Ensino a Distância, o Ensino Remoto Emergencial se trata de uma situação sem planejamento, e em um contexto em que tudo foi realizado e decidido de forma apressada, levando em consideração que a situação demandava que essa decisão fosse tomada desta maneira (Hodges, *et. al.* 2020).

Em vistas disso, foram adotados recursos *on-line*, para suprir a ausência do ensino superior, contudo, isso se deu de modo não planejado, o que resultou em um ensino que desconsiderou diversos fatores relativos à realidade dos estudantes, como a falta de acesso à internet, à ferramentas e recursos tecnológicos, bem como a falta de preparo por parte tanto de docentes quanto discentes para compreender, acessar e instrumentalizar os ambientes virtuais, acesso a aulas ao vivo, gravadas, realização de atividades, e diversas outras complicações decorridas durante esse período (Hodges, *et. al.* 2020).

É perceptível assim, que a qualidade de ensino fora evidentemente afetada, levando em consideração as desigualdades acentuadas por conta da pouca acessibilidade, além de esse formato de ensino não conseguir contemplar competências presentes apenas no ensino presencial, como o desenvolvimento de aspectos sociais, como elucida Matta (2017), como

características como a empatia, a comunicação, além de experiências que são propiciadas exclusivamente por meio de oportunidades de convívio com os colegas e a comunidade universitária em geral.

Conforme declarado por Gusso *et. al.* (2020, p.11), o processo de ensino não pode ser apenas simplesmente realocado para o formato *on-line*, há uma série de fatores a se levar em consideração, como, “[...] a) quais são as pessoas centrais envolvidas nesse processo; b) os aspectos críticos que o constituem; c) as condições mínimas necessárias para viabilizar seu desenvolvimento em contexto remoto; e d) a função desse processo [...]”.

Ainda a respeito sobre as problemáticas apresentadas pelo Ensino Remoto Emergencial, Dias e Pinto (2020, p. 546), levantam questionamentos a respeito das dificuldades aprofundadas por esse formato

[...] muitos no Brasil não têm acesso a computadores, celulares ou à Internet de qualidade – realidade constatada pelas secretarias de Educação de Estados e municípios no atual momento – e um número considerável alto de professores precisou aprender a utilizar as plataformas digitais, inserir atividades online, avaliar os estudantes a distância e produzir e inserir nas plataformas material que ajude o aluno a entender os conteúdos, além das usuais aulas gravadas e online.

Durante tal período, nota-se a urgência da situação, em optar pela manutenção das aulas, aliado ao despreparo docente e discente com relação aos meios digitais. Por conseguinte, é notável, que o ERE acirrou cada dia mais os problemas existente no ensino como um todo durante esse período, e conseqüentemente, desvelou nitidamente as desigualdades enfrentadas pelo público com menos oportunidades de acesso, em suma, da classe trabalhadora, que não conseguiram arcar com a alta demanda tecnológica imposta pelo momento, e ainda, por ser uma medida "às pressas", escancarou o despreparo docente e discentes no ensino, ao que ao invés de propiciar esse preparo por meio de diretrizes e formações, foi-se gradualmente criando uma sobrecarga exorbitante para ambas as partes.

3.3. Mulheres universitárias durante o período pandêmico

A desigualdade de oportunidades no país no que se refere a acesso e permanência no ensino superior, é uma realidade que possui um histórico permeado por lutas e embates que fizeram com que houvesse mudanças nesse sentido, por meio de políticas públicas que assegurem tais direitos. Com isso em mente, os debates propostos por tal subseção estão

centradas em expor esse movimento, com destaques para o período de recorte do objeto de pesquisa.

Referente às desigualdades de gênero, ainda que a inserção seja assegurada, e que o acesso ao ensino superior por parte das mulheres tenha-se expandido gradualmente, as dificuldades e desafios ainda seguem presentes em diversos contextos, visto que as mulheres enfrentam circunstâncias diariamente que refletem negativamente no processo de aprendizagem e permanência.

Para que se entenda as dimensões de tal problemática, é importante o exercício de compreender esse cenário a partir das relações econômicas e de classe. Ao serem inseridas no mercado de trabalho, ainda que se trate de uma conquista, não é possível desvincular tal fato com o modo de produção capitalista, que passou a exigir cada vez mais forças de trabalho, o que modificou o papel da mulher nessas novas configurações (Antunes, 2006).

Com a flexibilização do trabalho, surge a necessidade em ter-se uma intervenção por parte do Estado, com políticas públicas para que sejam assegurados direitos básicos. Nesse processo, há uma parcela da população que são deixados de fora, ou seja, com poucas oportunidades de atuação profissional, e quando há, não são garantidos aspectos de suma importância para a vida em sociedade como o bem-estar e a cidadania (Antunes, 2006)

Carloto e Gomes (2011), situa o papel da mulher nesse contexto, enquanto trabalhadora explorada pelo mercado, e ainda como a principal (em maior parte dos casos única) agente do cuidado dos membros de sua família, configurando assim uma jornada dupla permanentemente. Essa perspectiva segrega as mulheres, as situando em um papel de subordinação, além de atribuir legitimidade para os discursos de desigualdades de gênero.

No que se refere às mulheres no âmbito acadêmico, ainda que representem maioria nesse nível de ensino, e em outros, em conformidade com o Plano Nacional de Qualificação, do Ministério do Trabalho (MTPS), as mulheres seguem em constante desvalorização a respeito de remuneração e oportunidades de atuação (Brasil, 2016).

Durante o período pandêmico, as desigualdades de gênero se fizeram constante, principalmente levando em consideração, um contexto de crise sanitária propiciada pela Covid-19, em que os desafios se encontraram no sentido de buscar segurança, em todos os aspectos, físicos, mentais e estruturais, durante esse período. A partir da adoção de medidas como a quarentena, instituições foram fechadas temporariamente, e diversas modificações se apresentaram em busca de uma contenção da proliferação.

Silva *et. al.* (2020), ressaltam a discussão de que as circunstâncias causadas pela pandemia, expôs e acentuou questões ainda mais problemáticas, de cunho social, de gênero,

raça e classe. Pensando na especificidade das mulheres, pode-se observar questões como a violência doméstica, e a sobrecarga devido ao acúmulo de funções por parte das mulheres, no sentido de cuidado, a esse respeito, é possível declarar que,

As mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não-remunerado, principalmente em tempos de crise. Devido à saturação dos sistemas de saúde e ao fechamento das escolas, as tarefas de cuidado recaem principalmente sobre as mulheres, que, em geral, têm a responsabilidade de cuidar de familiares doentes, pessoas idosas e crianças. (ONU MULHERES, 2020, p.1)

Diversos fatores podem exercer influência no desempenho das mulheres em seus campos de atuação, aqui em questão o universitário. A respeito dos desafios perpassados pelas mulheres durante a pandemia, podem ser elencadas as dificuldades em conciliar as obrigações com a maternidade, visto que se trata de uma atribuição tipicamente concebida como exclusivamente feminina.

Para Silva *et. al.* (2020), ao se pensar na característica da mulher enquanto mãe, esse contexto é ainda mais agravado, a sobrecarga das mulheres, aparecem no sentido de estarem incumbidas, além do cuidado dos filhos, do cuidado da casa, de seu trabalho desempenhado remuneradamente, e seus estudos (e os estudos de seus filhos), e ainda, é possível que haja outros a quem necessite de cuidados, como idosos, parentes etc.

Todas essas atribuições exacerbadas das mulheres, no âmbito do mercado de trabalho refletiram negativamente, uma vez que de acordo com os dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), demonstram os números de que 7 milhões de mulheres perderam seus empregos, logo no início da pandemia, e a “justificativa” dessa ocorrência é a respeito do fato de que essas mulheres não tinham com quem deixar seus filhos no horário de seu expediente.

A problemática da mulher na universidade durante o período pandêmico, aparece também ao se pensar nas demandas produzidas pela produção científica, “[...] em que se espera por pesquisadores e estudantes disponíveis exclusivamente para sua formação e/ou pesquisa, demonstra-se ainda mais evidente [...]”, o que demonstra uma clara desconsideração com a sobrecarga impostas às mulheres (Silva *et. al.*, 2020).

De acordo com Oliveira (2020), os estudos realizados na universidade demandam uma série de requisitos, como foco e disciplina, contudo, durante o período de distanciamento social, e conseqüentemente com os cuidados recaindo sobre as mulheres, tornou-se cada dia mais difícil a dedicação aos estudos com qualidade.

Como já articulado anteriormente, o papel da mulher em um período pandêmico se tornou cada vez mais turbulento e com um acúmulo exorbitante de atividades simultâneas. Essa problemática está fortemente sedimentada no que Silvia Federice (2017), a partir de um ponto de vista feminista crítico, situa a respeito do contexto em que o corpo feminino passou ser para a mulheres, o que a fábrica significa para os homens, ou seja, incumbido de funcionar como meio de produção e acúmulo de trabalho.

As dificuldades presentes para as mulheres universitárias se estendem então para além de seus estudos, sendo a sobrecarga com relação ao cuidado a mais sobressalente, como situa a pesquisadora Batista (2021, p.15),

A pandemia de Covid-19 faz com que muitas de nós estejamos não apenas sobrecarregadas enquanto mães e universitárias, mas enquanto cuidadoras também. Muitas assumiram funções que antes não tinham, como cuidar dos avós e outros parentes devido às perdas que ocorreram na família por incidência do vírus [...].

É comumente disseminada a mentalidade de que a maternidade, além de ser um destino natural, é uma obrigação instituída socialmente, não apenas a concepção de tal criança, bem como o papel de criação daquela criança, que ocorre em muitos casos, unilateralmente, ou seja, com a participação ativa apenas da mãe (Biroli, 2018).

Com base no exposto, Zanello (2018), situa essa discussão estabelecendo os papéis que são esperados das mulheres, sendo o de esposa, mãe e responsável pelo cuidado de todos os aspectos relacionados. E, nos casos, em que essa prerrogativa é contrariada por mulheres que almejam realizar sonhos, seguir carreiras, são vistas de forma negativa.

Situando a figura da mulher, enquanto universitária, existem diversas variáveis que poderiam se configurar enquanto desafios para que houvesse uma atuação considerável em suas atividades na Universidade no período pré-pandêmico, contudo, se viram, em situações cada vez mais acirradas pelas adversidades impostas pelas circunstâncias, agravadas pela sociedade altamente patriarcal em que estão inseridas.

Um fenômeno que ocorre com relação a essas mulheres, é o que anuncia Barbosa e Montino (2020, p.2) “[...] não tem sido fácil conciliar tantas tarefas e com isso a mulher acaba por se sentir culpada por não conseguir desempenhar suas tarefas com excelência [...]”, assim, tende-se a criar uma ideia de que à mulher cabe realizar tudo o que é imposto da melhor forma.

Como pontua Rosemberg (1999), ainda que haja igualdade no que se refere a oportunidade de acesso ao ensino superior para homens e mulheres, o sistema de ensino

segrega homens e mulheres, por meio da divisão sexual do trabalho. Mesmo após a instituição do direito ao ensino superior pelas mulheres, grande parte dos homens ditos “cultos”, ainda apontavam que as mulheres deveriam se dedicar exclusivamente a servir a família.

Durante o período pandêmico, é importante visualizar toda essa problemática já existentes no contexto de grande parte das mulheres, mas que foram fortemente acirradas pelas implicações trazidas pela pandemia, sendo assim, não foram originadas pela pandemia, e sim, reforçadas pela sociedade culturalmente e socialmente fortificada em raízes patriarcais.

Outro ponto a ser levado em consideração, que pode ter sido influenciador nos desafios perpassados pelas mulheres durante esse período diz respeito a violência. Em uma das notas técnicas publicadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em junho de 2020, é abordado que “[...] é fundamental compreender este cenário como um fator agravante e não como causa explicativa do fenômeno de violência contra as mulheres [...]” (2020, p.7) respaldando o mencionado anteriormente de que foram questões acentuadas pela pandemia.

Já dados a esse respeito apresentados por um levantamento realizado pelo Datafolha, sob encomenda do Fórum Brasileiro de Segurança, "Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil" (DATAFOLHA, 2021), indica que cerca de 4,3 milhões de mulheres acima de 16 anos foram agredidas fisicamente durante o período pandêmico.

Com a pandemia, foi necessário que estratégias fossem pensadas para que os alunos permanecem estudando, entretanto, as novas configurações e formatos de estudo pioraram ainda mais os problemas de permanência das mulheres no ensino superior, levando em consideração a realidade em que se encontram inseridas, sejam mulheres periféricas, suburbanas, na maioria das vezes, sem redes de apoio, o que influencia diretamente no desempenho e na qualidade da formação que está sendo construída por essas mulheres, enquanto futuras profissionais.

3.4. Os reflexos da pandemia na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

3.4.1. O ano de 2020

Seguindo as orientações do MEC, pela Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, as aulas presenciais na UEMS foram substituídas por aulas *on-line*, pelo período que fosse necessário até que houvesse mudanças da crise causada pelo COVID-19.

Antes mesmo do Parecer nº 5/2020, emitido pelo MEC, em 15 de março de 2020, a instituição se organizou no sentido de criar o Comitê Multidisciplinar de Ações de Urgências e Emergências em Saúde, CAUES/UEMS, por meio da Portaria nº 16 (UEMS, 2020a;URUE, 2020a).

O grupo foi constituído de modo interdisciplinar por servidores de funções variadas, para se articularem e analisarem os eventos decorrentes do COVID-19, em busca de medidas para restabelecer o funcionamento das atividades na Universidade. Com base na Portaria que instituiu o CAUES/UEMS, visualiza-se como objetivos:

- [...] a) reunir informações para indicação da situação emergencial, estabelecendo metas e estratégias de atuação;
- b) convocar esforços e conhecimentos de profissionais que possam integrar o CAUES/UEMS;
- c) analisar o histórico e o curso da ocorrência, seu desenvolvimento de forma a amparar as tomadas de decisões;
- d) planejar ações e medidas necessárias ao restabelecimento da normalidade da situação;
- e) acompanhar a execução das ações e medidas propostas, reavaliando, quando necessário, e traçando novo planejamento; e
- f) compilar, consolidar dados e informações que possam conduzir medidas necessárias para resolução da situação. [...]

Em 16 de março de 2020, ocorreu a reunião entre os reitores de instituições de ensino superior de Mato Grosso do Sul, públicas e privadas, que faziam parte até então do CRIE-MS (Conselho de Reitores das Instituições Federais de Ensino Superior) de MS, e o Governo do Estado, para que pudessem dialogar sobre as medidas de prevenção e os procedimentos a serem tomados de forma integrada. As discussões foram estabelecidas em parceria com o então Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Eduardo Corrêa Riedel, e o secretário de Estado da Saúde, Geraldo Resende Pereira (IMPRESSA UEMS, 2020).

Pela Portaria nº.18, de 16 de março de 2020, foi liberada a Nota Informativa Nº 01/2020 – COE/SES/MS, em que a instituição tornou pública as medidas a serem seguidas,

em que orientam que todos os servidores, colaboradores, e acadêmicos, deveriam estar em consonância com as diretrizes apresentadas pelo Ministério da Saúde (UEMS, 2020b).

A Nota ainda recomendava o seguimento das medidas preventivas e os protocolos, caso apresentassem sintomas, como descritos pelo fluxograma do Ministério da Saúde, e o acompanhamento dos boletins epidemiológicos, emitidos pelo Centro de Operações de Emergências (COE).

Além disso, foram canceladas viagens, tanto nacionais como internacionais, para eventos já programados, e em caso de possibilidade, recomendou-se a utilização de meios de comunicação remota, como salas virtuais, chats, fóruns etc. (Portaria nº.18, 2020). Com relação ao formato das aulas, o Artigo 5, sugere,

[...] 5º Os gerentes das Unidades Universitárias, em conjunto com os respectivos coordenadores de curso de graduação e de pós-graduação, deverão incentivar a execução do Plano de Ensino das disciplinas e módulos por meio de Estudo Dirigido, utilizando as ferramentas da Educação a Distância e Tecnologias de Informação e Comunicação (Moodle, Google Classroom, Google Meet, Skype, Google Hangout, Whatsapp, FaceBook, e-mail e outras) por meio de trabalho remoto, quando se fizer aplicável, durante o estado de emergência de saúde pública decorrente da COVID-19. (p.1, 2020).

A Portaria nº 18, ainda suspendeu estágios, residências profissionais, aulas práticas, e quaisquer serviços referentes ao atendimento feito por estudantes na área da saúde, os adiando por tempo indeterminado. Sobre as aulas, recomendou-se que todas as atividades fossem realizadas através de ferramentas de Educação a Distância, para que conforme o documento, pudesse [...] minimizar o prejuízo do calendário acadêmico [...] (2020, p.2).

Por meio do documento, ainda foi possibilitado o afastamento de servidores e acadêmicos com suspeita de contaminação, em que no caso dos servidores, havia a possibilidade de trabalhar em *home office*, e para os estudantes poderia ser estabelecido regime especial ou domiciliar, caso apresentassem sintomas. Para o grupo com mais de 60 anos, gestantes ou portadores de doenças crônicas, poderiam também solicitar essa possibilidade (PORTARIA UEMS Nº 18).

Durante os dias seguintes, a universidade demonstrou um posicionamento de divulgar informações, fazer alertas e as devidas suspensões quando necessário, ao que suspendeu o Programa UEMS ACOLHE, que se tratava de um trabalho com cursos de português para estrangeiros, posteriormente divulgou o site criado pela Secretaria Estadual de Educação contra *Fake News*, em busca de uma sistematização da disseminação de informações corretas

e embaçadas, em que são desmentidos boatos, e dúvidas são sanadas (ROSA; IMPRENSA UEMS, 2020).

Em 18 de março de 2020, por meio da Portaria nº 343, publicada pelo MEC, as aulas presenciais foram oficialmente substituídas por aulas com a utilização de meios digitais, por tempo indeterminado, ou seja, enquanto a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) perdurasse. Com a Portaria nº 343 (2020), em caráter excepcional, as disciplinas presenciais devem ser substituídas por aulas a partir de meios digitais, durante o período inicial de trinta dias, passíveis de prorrogação, dependendo das orientações do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distritais.

Estabeleceu-se então, que seria de responsabilidade das instituições a definição de como as aulas seriam ministradas e como ocorreria a disponibilização de ferramentas aos estudantes, para que pudessem acompanhar as aulas e realizar as avaliações. O documento ainda expõe a necessidade em realizar o processo de reposição, em que as aulas deveriam “[...] repostas para fins de cumprimento dos dias letivos e horas-aulas estabelecidos na legislação em vigor [...]” (PORTARIA, nº343, 2020, p.1).

Como um dos reflexos iniciais da suspensão das atividades presenciais, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (SEDHAST), por meio da divulgação no Diário Oficial do Estado (DOE), que apresenta uma resolução normativa, que suspendeu novas inscrições no Programa Vale Universidade Indígena (PVUI), de acordo com a nota emitida em 30 de abril de 2020 (SEDHAST/MS, 2020).

Em conformidade com a Resolução Normativa SEDHAST/MS nº 217, de 23 de março de 2023, o programa foi suspenso por conta da necessidade em ampliar as medidas de prevenção do contágio, ao que suspensão se estenderia até 30 de abril de 2020, e futuramente teria-se a publicação de um novo cronograma.

Ainda em abril de 2020, a universidade entendendo a situação em que o país se encontrava, expediu uma Nota pela Pro-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, Divisão de Extensão - DEX/PROEC, em que informaram que as atividades do Projeto Rondon: Lição de vida e de cidadania haviam sido suspensas e que novos prazos seriam estabelecidos (RODRIGUES, 2020).

O projeto se trata de ações de extensão que objetivavam o desenvolvimento sustentável de comunidades, ao que os estudantes universitários devem contribuir de modo a fortalecer aspectos como cidadania, bem estar-social, e auxiliar a qualidade de vida em comunidades carentes (EDITAL Nº 121/2019).

Pela Portaria Nº 25/2020, o funcionamento das atividades administrativas da UEMS, tanto na sede, em Dourados/MS, quando nas demais unidades universitárias continuariam de forma remota pelo período de 4 de maio de 17 de maio de 2020, ao que fora incentivada a comunicação por meio do telefone e os e-mails da instituição (Queiroz, 2020a).

Nesse mesmo período, a Reitoria da UEMS, por meio de Resolução publicada no Diário Oficial do Estado em 30 de abril de 2020, alterou o calendário acadêmico, adiantando o recesso docente e discente para 4 a 17 de maio, como um modo de amenizar os prejuízos no que se refere ao quantitativo de aulas a serem cumpridas no ano letivo, uma vez que a situação pandêmica ainda estava crítica, sem haver a possibilidade de um retorno presencial (Queiroz, 2020b).

Em 15 de maio de 2020, a Reitoria da UEMS publicou uma notícia, via *site* oficial, prorrogando o trabalho remoto da instituição até 22 de maio, devido às complicações do novo Coronavírus. De acordo com informações disponibilizadas pela instituição, a situação, encontrava-se,

Em 30 de janeiro de 2020, devido à pandemia da doença do novo coronavírus (COVID - 19), a Organização Mundial da Saúde declarou situação de Emergência de Saúde Pública a nível Mundial. Em 14 de março de 2020, dois casos de COVID-19 foram confirmados no Estado do Mato Grosso do Sul e nenhum óbito. Após 30 dias, Mato Grosso do Sul tinha 115 casos confirmados, em 15 municípios e com 4 óbitos. E, na data de 14 de maio (após 60 dias) o Estado contava com 452 casos confirmados, em 32 municípios e 14 óbitos. Destacamos que a faixa etária mais acometida é de 30 a 39 anos, mas entre os 14 óbitos, 12 (86%) corresponde a pessoas com mais de 60 anos. (QUEIROZ, 2020b, n.p)

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), se reuniu durante os dias 18 e 19 de maio de 2020, de forma virtual para a realização de discussões e debates concernentes ao período pandêmico e o ensino na instituição (Urue, 2020b).

De acordo com a publicação feita pela página *on-line* de notícias da UEMS, sabe-se que em tal reunião os membros do CEPE, se preocuparam em discutir a respeito da ausência de acesso à internet por parte dos estudantes, ao que os 90 conselheiros presentes, chegaram a apresentar sugestões de propostas para que essa dificuldade fosse sanada. Ainda ocorreu a “[...] a flexibilização dos cursos em relação à organização de Calendários Acadêmicos diferenciados, respeitando as particularidades regionais de uma instituição multicampi como a UEMS” (Urue, 2020b, n.p.)

A partir das discussões realizadas, elaborou-se um texto encaminhado pela Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC), que foi aprovado, em que as aulas seriam retomadas de forma remota, até 22 de junho de 2020, sendo necessário o seguimento de diretrizes, ao que recomendaram a criação de ações para que houvesse uma melhora no acesso dos alunos e mudanças no calendário letivo, para que fosse ampliado até dia 31 de janeiro de 2021, para atender as especificidades de cada curso.

O documento ainda contemplou a flexibilização de disciplinas, visto que passou a ser autorizada a organização por módulos, ou outra maneira que fosse mais pertinente ao curso, e ainda contou com a sugestão de elaboração de um plano de ação específico para atendimento de alunos indígenas (Urue, 2020b).

Em 13 de junho de 2020, a Pró-reitoria de Ensino (PROE) tornou pública a decisão tomada pelos coordenadores dos cursos a respeito de quais retornaram às aulas por meio do ensino remoto (Urue, 2020c). Já no dia 18 de junho de 2020, por meio do Diário Oficial do Estado, foi publicada uma nova alteração no calendário acadêmico, ampliando o término do ano letivo para 6 de fevereiro de 2021, ao que em 23 de junho de 2020, a reitoria optou por estender novamente o fim do ano letivo, para dia de 13 de fevereiro de 2021.

Durante os meses seguintes, a instituição como um todo, seguiu com as atividades de Pesquisa, Extensão, Ensino, como estágios, cursos, palestras, e projetos em geral, totalmente na modalidade remota.

Já em setembro de 2020, a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, publicou o Edital nº 057/2020, expondo sobre a possibilidade de os estudantes dos cursos de graduação terem acesso ao programa o Auxílio para Acesso Emergencial à Internet (AAEI/UEMS) criado e regulamentado pela Resolução COUNI-UEMS nº 572 de 20 de agosto de 2020.

Os objetivos do programa consistiam em fornecer auxílio financeiro por um curto período de tempo, para estudantes dos cursos de graduação presenciais terem acesso a internet. O programa se restringia a estudantes com vulnerabilidade econômica comprovada, e a bolsa possuía o valor R\$ 60,00 (sessenta reais) mensais, com duração de um mês, a seis meses. Em 21 de setembro de 2020, 116 estudantes foram contemplados, por meio do Edital nº 062/2020.

Em 24 de setembro de 2020, a segunda edição do AAEI/UEMS foi publicada, 16 de outubro de 2020, contemplou uma nova leva de estudantes. Em 27 de outubro de 2020, a UEMS divulgou uma terceira edição do programa AAEI/UEMS, que contemplou em 16 de novembro de 2020, 60 alunos dos cursos de graduação da UEMS.

Por fim, em 21 de dezembro de 2020, a Reitoria da UEMS, por meio da Portaria nº 52/2020, prorrogou até dia 31 de janeiro às atividades do grupo de servidores administrativos de forma remota, seguindo as diretrizes apresentadas pela OMS, Ministério da Saúde, e do CAUES/UEMS (Queiroz, 2021).

3.4.2. O ano de 2021

A Reitoria da UEMS publicou em 21 de janeiro por meio da Portaria Nº 52/2020, ampliando o prazo para o trabalho administrativo da instituição, de 04 a 31 de janeiro de 2021, em todas as unidades. Por meio da mesma Portaria foi instaurada a abertura de espaços para que os servidores pudessem exercer funções consideradas essenciais, e para que estudantes tivessem suporte tecnológico para que realizassem as atividades acadêmicas propostas pelos cursos.

De acordo com o Boletim Epidemiológico (Nº. 44), que registrou a Semana Epidemiológica que compreende 27 de dezembro a 2 de janeiro de 2021, a região Centro-Oeste apresentou 21.573 novos casos, e 362 óbitos no período recortado, o que configurou a região com uma taxa de mortalidade de 109,9 %.

Com relação ao Mato Grosso do Sul, o estado apresentava uma população de 7.018.354, em que 7.197 novos casos foram confirmados nas datas mencionadas, 153 novos óbitos foram registrados, ao que o número geral já somava 2.360, o que representou uma taxa de mortalidade de 84,9%.

Com esse cenário apresentado, a UEMS por meio da Resolução CEPE-UEMS, Nº 2.271, de 8 de janeiro de 2021, tornou pública a decisão em modificar as solenidades de colação de grau para o formato remoto emergencial, e a retirada de diplomas, históricos acadêmicos e demais documentos pertinentes deveriam ter a retiradas orientadas pelas coordenações de cursos.

A instituição seguiu com todas atividades do ano letivo de 2020 de forma virtual, até mesmo a colação como mencionado anteriormente. O mesmo valendo para o início do ano letivo de 2021, que se deu em abril e contou com atividades de recepção aos calouros, como o realizado todos os anos Programa de Inclusão do Calouro (PROINCA), que foi realizado por meio do canal oficial da UEMS no *Youtube* (Castro, 2021a).

O Centro de Recursos Naturais (CERNA) em parceria com o Centro de Pesquisa em Estudos de Estudo, Pesquisa e Extensão em Gênero, Raça e Etnia (CEPEGRE), durante o ano

2021 publicou notas técnicas estabelecendo resultados de estudos aprofundados sobre a COVID-19 (UEMS IMPRENSA, 2021).

Em uma das Notas Técnicas Conjuntas de 07 de abril de 2021, os órgãos expõem uma correlação entre a COVID-19 e os fatores raciais da população infectada do estado de Mato Grosso do Sul, intitulada “Letalidade de pessoas pardas pela Covid-19 em Mato Grosso do Sul é maior que a média da população”, em que foram utilizados pelos pesquisadores, considerações expostas pela University College, de Londres, tomando como parâmetro, dados do IBGE, o relatório da ONG Instituto Polis de São Paulo (UEMS IMPRENSA, 2021).

Já com a Nota Técnica CERNA/UEMS 005/2021, os pesquisadores discutiram a partir de um levantamento feito, sobre as comunidades indígenas que foram atingidas no Pantanal, na região de MS, pela COVID-19, em que analisou-se as altas taxas de casos e óbitos desse público, de modo com que puderam avaliar o impacto da pandemia nessa região (UEMS IMPRENSA, 2021).

Em 10 de junho de 2021, o Governo do Estado de MS, publicou no Diário Oficial recomendações passadas pelo Comitê Gestor do Programa de Saúde e Segurança da Economia (PROSSEGUIR), em que era exposta a obrigatoriedade em seguir as diretrizes emitidas pelo PROSSEGUIR, e ainda elevou o status da gravidade tomada pela pandemia, em que diversos municípios do estado passaram a receber bandeira vermelha, sinal de gravidade extrema (Castro, 2021b).

Em setembro de 2021, a instituição divulgou o Guia de Retorno das Atividades Presenciais, que serviu como diretrizes iniciais para conscientização e prepara para um futuro retorno às aulas presenciais, expondo as medidas a serem tomadas, e orientações sanitárias. O documento estava em consonância com o Plano de Biossegurança da UEMS, desenvolvido sob responsabilidade do CAUES/UEMS.

O Guia de Retorno das Atividades Presenciais da UEMS, tinha como objetivo orientar de forma gradual a retoma das atividades, em que deveriam ser seguidas as seguintes dimensões: Biossegurança; Estratégias de acolhimento e apoio à comunidade universitária; e a dimensão acadêmico-pedagógica, para nortear as propostas do documento (UEMS, 2021).

O CRIE-MS aprovou em 22 de outubro o Planejamento de Ações da instituição para o ano de 2022, conforme Urue (2021, n.p.), a reunião foi feita em colaboração com os reitores do [...] Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Federal da Grande Dourados

(UFGD) e Uniderp [...]”. Ao que de forma virtual foram aprovadas ações como *lives* informativas, folhetos digitais, além da retomada de reuniões de grupos de trabalho.

O CEPE autorizou o retorno das aulas presenciais para março de 2022, em 15 de dezembro de 2021. Para isso, foi necessário o comprometimento das unidades em seguir os protocolos de biossegurança instituídos pelo Comitê de Assuntos em Urgências e Emergências em Saúde (CAUES). A decisão foi tomada levando em consideração a quantidade elevada de vacinados, o que resultou em uma previsão de um retorno seguro para os estudantes.

Considerando o início do ano letivo de 2022, a UEMS publicou um novo Guia de Retorno de Atividades Presenciais - Edição 2022, em que serviu de instrumento para orientar toda a comunidade acadêmica, em que é apresentada uma série de diretrizes, de cuidado, manutenção da saúde, formas de acolhimento para discentes, docentes e servidores.

Observa-se a partir do exposto a respeito dos anos de 2020 e 2021, que a pandemia trouxe inúmeras mudanças, que ocorreram gradualmente, demonstrando a fragilidade e incerteza do momento, em que era inexistente vacinas e tratamentos. Por meio do apanhado, entende-se que o enfoque do amparo fornecido pela instituição como um todo, foi refletida em buscar a ampliação do acesso a *internet* para estudantes em vulnerabilidade, e o diálogo sobre pautas como acolhimento, e debates raciais e grupos subalternizados, o que se trata de pautas essenciais na universidade, mas observa-se a lacuna com relação a políticas e ações voltadas para categoria de gênero em específico.

3.5. A UEMS de Paranaíba/MS: os anos de 2020 e 2021 na pandemia

De acordo com o Relatório de Gestão da Unidade Universitária de Paranaíba (UEMS, 2020c), estima-se com base em dados de 2019, que a cidade de Paranaíba, possui 42.148 habitantes. A cidade fica localizada na conhecida como “Região do Bolsão”, e sua economia está fortemente ligada à atividade agropastoris e pecuária. A respeito da cidade de Paranaíba, o documento expõe,

A Região do Bolsão tem características muito próprias devido à sua estreita ligação e proximidade com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Mesmo após a sua interligação rodoviária pela BR-262 com as demais regiões de Mato Grosso do Sul, ainda permaneceu com forte relação socioeconômica com estes estados, sendo fornecedora de produtos básicos e, ao mesmo tempo, importadora de máquinas, equipamentos, peças, remédios,

produtos veterinários, adubos, herbicidas e outros produtos industrializados de que necessita. (2020c, p.12)

A Unidade Universitária de Paranaíba, teve seu início instituído pelo Parecer CEE/MS nº 008 de 09/02/1994. Nos anos atuais, a instituição funciona em prédio próprio e abriga 13 salas de aulas, espaços para Coordenadoria, salas de professores, amplo auditório, cantina, áreas de convivência e quadra de esportes (UEMS, 2020c).

Entre os cursos ofertados estão: Direito (no período matutino e noturno); Pedagogia (Noturno); Ciências Sociais - Licenciatura (Noturno); Ciências Sociais - Bacharelado (Noturno) (UEMS, 2020c).

O Curso de Direito, é descrito como um curso que atende diversos estudantes de variadas regiões de todo o país, e que representa uma formação competente tendo em vista o sucesso na formação dos profissionais advindos da Unidade Universitária, conforme o grande índice de aprovação no Exames de Ordem promovidos pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (UEMS, 2020c).

Os estudantes de pedagogia, ao ingressar no curso se depara com uma formação ampla, que constrói profissionais “[...] o magistério na Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental, atuar na área de serviços, apoio escolar e outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos [...]” (UEMS, 2021b, p.13).

Ciências Sociais na modalidade licenciatura visa a formação de cunho teórico-metodológico priorizando as discussões em torno da Antropologia, Ciência Política e Sociologia, almejando o vínculo entre pesquisa e prática social. O curso recebeu uma avaliação de nota 5, sendo a nota máxima, proferida pelo ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). (UEMS, 2021). Já o curso de Ciências Sociais na modalidade bacharelado, foi implantado em 2007 e tem a duração mínima de 4 anos, com um quadro de docentes, composto em sua maioria por doutores(UEMS, 2020c).

No ano de 2020, a Instituição realizou eventos no formato virtual, mediante a situação pandêmica do país, como pode-se observar na imagem abaixo, retirada do Relatório de Gestão da Unidade Universitária de Paranaíba / UEMS (2020c):

Figura 3: Principais ações e eventos que contaram com a presença de representantes da UEMS (presenciais e remotas) da UU de Paranaíba em 2020:

Ações e Eventos	Total de Part.*	Descrição do Público Alvo	Local	Justificativa /Motivação
Triálogo 1: Expectativas a respeito do comportamento profissional pós-pandemia; realizado em 13 Abr 2020 (https://www.youtube.com/watch?v=nCr1mFQFfw)	173	Alunos e egressos inseridos no mercado de trabalho	Plataforma online	Atual conjuntura do país no tocante a pandemia.
Palestra: Educação e Tecnologia. Encontros com a Filosofia: 17/09/2020. Tema: Educação (https://youtu.be/vnCLKiJPEqQ)	23	Alunos e egressos inseridos no mercado de trabalho	Plataforma online	Atual conjuntura do país no tocante a pandemia
"Gravidez e maternidade infantil: problema de gênero e raça no Brasil" (https://youtu.be/ZK3ac5Jmffw)	47	Alunos, egressos e público externo em geral	Plataforma online	Problemática estrutural do país

Fonte: UU de Paranaíba/UEMS, 2020.

Com relação a pandemia no município, houve o registro do primeiro caso de suspeita do novo Coronavírus em 7 de março de 2020, ao passo que a partir disso, medidas de saúde e segurança foram gradualmente estabelecidas, como uso de máscara em ambientes fechados toque de recolher após as 22h00min e a imposição de barreiras sanitárias nas fronteiras estaduais. Como modo de enfrentamento, a única menção que consta tanto no relatório de 2020, quanto no de 2021, é a seguinte,

A UU de Paranaíba, ao fazer levantamento de informações, identificou que alguns alunos enfrentavam dificuldades para manterem-se por conta da diminuição da fonte de renda ocasionada pela pandemia. Com o intuito de auxiliar seus alunos, a UU de Paranaíba efetuou a doação de 12 cestas básica para os alunos que se encontravam em condições mais precárias, para que estes pudessem seguir em período de pandemia com menos dificuldades. (2020c, p.27).

Um dos destaques dos acontecimentos na Unidade em 2021, se referem a parceria por meio de convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, como é possível observar na imagem abaixo (UEMS,2021b),

Figura 4: Principais parcerias e convênios firmados e/ou em execução pela UU de Paranaíba em 2021:

Parcerias e Convênios	Prazo do Convênio	Público-alvo	Impactos Esperados
“Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres” – Convênio entre Tribunal de Justiça Do Estado de Mato Grosso do Sul e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	18/03/2024	Autores de violência doméstica e familiar	Prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher a fim de reduzir os índices de violência e opressão às mulheres na região de Paranaíba, bem como realizar intercâmbio de experiências e boas práticas a fim de melhorar a qualidade das ações da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres

Fonte: UU de Paranaíba/UEMS, 2021.

Na Unidade Universitária de Paranaíba, a partir do Relatório de Gestão da Unidade (2020; 2021), com relação à especificidade de gênero, notou-se a atuação da unidade, enquanto enfrentamento contra a violência doméstica, o que levando em consideração os índices elevados de aumento de casos desse tipo de violência na pandemia, se configurou como um avanço, mas levando em consideração que a Instituição UEMS como um todo não recebeu formas de enfrentamento contra as dificuldades de mulheres em específico, parte-se da hipótese, de que tal ausência pode-se ter se constituído como um agravante para os desafios das mulheres que compõem o objeto da pesquisa.

4. DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Na última seção do trabalho, são apresentados os principais aspectos metodológicos no que se refere a pesquisa como um todo, e a especificidade da metodologia de análise adotada para a interpretação do *corpus* da pesquisa.

4.1. Metodologia e detalhamento da pesquisa

O público alvo dessa pesquisa foram mulheres, estudantes dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Paranaíba que durante o período pandêmico se demonstraram desafiadas em permanecer nos cursos por conta do grande

acúmulo de atividades de outras áreas do cotidiano, principalmente por conta das demandas exigidas no sentido do cuidado de terceiros desempenhados por elas.

Levando em consideração todos os aspectos éticos e legais de pesquisas realizadas com seres humanos, o estudo foi submetido à Plataforma Brasil para a devida avaliação por meio do Comitê de Ética para que estivesse dentro de todos os parâmetros estabelecidos. Após a autorização para início da pesquisa (CAAE - 64684822.7.0000.8030), as coordenações dos cursos foram contatadas de modo a solicitar o e-mail das turmas para que inicialmente fosse solicitada a participação do público-alvo da pesquisa.

A primeira etapa do trabalho consistiu na realização de um estudo bibliográfico, em que são feitas pesquisas a partir de registros disponíveis realizados com base em estudos anteriores e em documentos oficiais de educação (Severino, 2007), para que assim fossem expostas as problemáticas de pesquisa principalmente sobre as diretrizes para o ERE.

Posteriormente, foi feito o trabalho de realizar entrevistas com o intuito de compreender a realidade perpassada por essas mulheres, e quais as origens de tais situações desafiadoras. Esse recurso se faz necessário para que se possa realizar, conforme aponta Marconi e Lakatos (2003, p. 196): “[...] averiguação de ‘fatos’. Descobrir se as pessoas que estão de posse de certas informações são capazes de compreendê-las. [...] Motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas”.

Conforme os objetivos estabelecidos para a pesquisa, foram utilizadas entrevistas não-estruturadas, que podem ser definidas por seu caráter mais fluido, em que o curso da entrevista não possui a obrigação de seguir um padrão pré-estabelecido. A partir desse recurso, é possível estabelecer um diálogo mais aberto, o que contribui para que a conversa se desenrole de modo mais “livre” (Marconi; Lakatos, 2003).

O tipo de entrevista selecionado se justifica pelo fato de se tratar de problemáticas que remetem ao âmbito pessoal dos sujeitos pesquisados, e que, podem conter múltiplas variáveis, conforme o contexto social, histórico e econômico que esses sujeitos estão inseridos. Levando em consideração a temática da pesquisa, esse formato pode ser considerado adequado, tendo em vista, as particularidades que envolvem cada caso em questão.

Com base no objeto de estudo elencado e nas problemáticas estabelecidas, foi selecionado o método do Materialismo Histórico Dialético para embasar a pesquisa, o qual consiste em verificar as informações e conceitos de modo a priorizar as leis da dialética. Essas leis são estruturadas em conceitos pontuados por Marconi e Lakatos (2003), como a

ação recíproca, em que tudo está relacionado, e a mudança dialética, que se fundamenta nas transformações que ocorrem no tempo histórico.

Esse método é pertinente à pesquisa, considerando as hipóteses sobre as motivações que resultaram nas situações aqui problematizadas, visto que Marx (1989), se fundamenta no real, naquilo que é da história coletiva, o material. Ou seja, no que se refere aos desafios de permanência, foram levado em consideração aspectos como a conjuntura familiar, a quantidade de tempo disponível para a dedicação aos estudos, e principalmente, no tocante às demais atividades cotidianas desempenhadas por elas, no que se refere ao cuidado, seja de filhos, domésticos pessoal ou terceirizado, ou imposições conjugais.

Os procedimentos das entrevistas foram os de realizar diálogos com as participantes, de modo a compreender os seus perfis e se de fato, se enquadram na problemática da pesquisa. Ao aceitarem participar das entrevistas, as entrevistas tiveram duração entre 1 hora e 30 minutos, havendo a possibilidade de uma segunda entrevista para demais esclarecimentos que foram necessários, o que constou no Termo de Consentimento/ Assentimento devidamente assinado por cada uma das entrevistadas.

Posteriormente foi realizada uma análise das entrevistas de acordo com o aporte teórico adotado. Considera-se que a pesquisa trata-se de um estudo qualitativo, visto que o objeto de estudo não é refletido pela quantidade de indivíduos, e sim, conforme uma análise feita dos discursos presentes nas constatações relatadas pelas estudantes.

Por se tratar de uma pesquisa realizada por meio de entrevistas com seres humanos, apresentam possíveis riscos, que foram todos apresentados por meio dos Termos de Consentimento e Assentimento, que foram previamente lidos e assinados pelas participantes. De acordo com o exposto nos documentos de consentimento, os riscos incluíam: cansaço, aborrecimento, constrangimento ou desconforto ao ter que responder os questionamentos feitos pela pesquisadora. São possíveis eventuais danos, com relação ao aspecto psíquico, moral e/ou espiritual das participantes, dada a natureza sensível e particular dos questionamentos a serem realizados, em especial, levando em consideração a possibilidade de que o tópico a respeito da violência ou sofrimentos em seu aspecto mais geral possam aparecer nos diálogos estabelecidos.

Para minimizar possíveis danos causados às participantes, as entrevistas foram realizadas em sua própria instituição de ensino, além de ser assegurado que podiam deixar de responder qualquer questionamento, ou até mesmo retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa, fazer pausas e demais cuidados para que sejam evitados danos.

Levando em consideração que o recorte histórico realizado compreende um período permeado pelo acentuamento de violências, sendo físicas, simbólicas, intelectuais, foi tomado o cuidado ao abordar tais tópicos. Foi assegurado às entrevistadas que as informações oferecidas por elas durante esse processo são sigilosas, e que tinha a liberdade de levar o tempo que fosse necessário para discutir tais pontos, ou até mesmo, não mencionarem, caso cause desconforto, ao que a pesquisadora buscou demonstrar com clareza que o processo de desistência poderia ser feito em qualquer etapa das entrevistas.

4.2. Metodologia de análise adotada

A análise e interpretação dos dados coletados pela pesquisa foi realizada por meio da Análise do conteúdo, que serve como uma ferramenta para compreender conteúdos por meio de uma perspectiva qualitativa, como exposto por Gomes (2007, p. 84), “[...] através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado”.

No caso da pesquisa aqui em questão, essa forma de análise pode ser utilizada para fazer conexões entre o discurso e as características presentes no meio ao qual o indivíduo pertence, o que demanda que o entrevistador conheça aspectos pessoais do indivíduo a ser entrevistado. Portanto, tal escolha se justifica pelo fato de que para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados, é necessário conhecer as motivações e realidades individuais dos entrevistados, que são aspectos de cunho privado.

Para a incorporação da análise de conteúdo em entrevistas, Bardin (2011) apresenta os critérios para que se realize a organização inicial da análise, que consiste em uma pré-análise, seguida por uma exploração do material e o tratamento dos resultados.

Na pré-análise, Bardin (2011) ilustra como uma fase de escolha de documentos, formulação de hipóteses. Essa fase inicial, é permeada pelo o que a autora chama de “leitura flutuante”, em que a partir daí se estabelece os objetivos da análise, podendo ao final serem alcançados ou não, e as hipóteses podendo ser refutadas ou afirmadas.

Para Bardin (2011), é necessário fazer a escolha de unidades de registro, que pode ser um tema, uma palavra, ou frase. No caso da presente pesquisa, esse recorte será tendo em mente as pontuações feitas pelas entrevistas a respeito dos desafios encontrados durante o período pandêmico. A esse respeito, Santos (2012, p.385), sintetiza,

No processo de enumeração de regras, ou seja, de seleção de regras de contagem, a presença de elementos ou unidades de registros (palavras, temas ou outras unidades) pode ser significativa ou, ao contrário, a ausência de determinados elementos pode bloquear ou traduzir a vontade escondida. Outros fatores cruciais nesse processo são a frequência em que aparece a unidade de registro; a intensidade medida através dos tempos dos verbos, advérbios e adjetivos; a direção favorável, neutra ou desfavorável e demais critérios associados (positivo ou negativo); a ordem estabelecida nos registros, ou seja, se o sujeito A aparece antes do B e, por fim, a coocorrência, caracterizada pela presença simultânea de duas ou mais unidades de registro numa unidade de contexto

Seguindo tal método de análise, alguns passos podem ser desenvolvidos, como inicialmente, a decomposição em partes, e posteriormente em categorias, para que sejam realizadas as devidas inferências e por fim, interpretações (Gomes, 2007). Levando em consideração a presente pesquisa, foi possível uma decomposição entre os períodos antes e durante a Pandemia, de modo a visualizar como a situação possivelmente pode ter agravado problemas já existentes.

Após tal etapa foram feitas categorias mais amplas, conforme o curso a que pertencem, de modo a observar os desafios presentes ou não em cada grupo, para que posteriormente sejam feitas as devidas inferências, que consistem no processo de compreender os discursos a partir de estudos realizados por pesquisas anteriores. Para isso, é necessário que se tenha consciência do contexto em que tais falas partem, de modo a descobrir questões como o que levou a tais acontecimentos, quais as possíveis consequências, etc. (Bardin, 2011).

Para Bardin (2011), as categorias são rubricas ou grupos que agrupam características semelhantes entre si, e para isso podem ser adotados critérios semânticos, sintáticos, léxico e expressivo. A forma de categorização que mais se adequa a pesquisa refere-se ao caráter expressivo, que se trata da linguagem, levando em consideração que serão estabelecidos diálogos com as entrevistadas.

O *corpus* da pesquisa, portanto, será o material obtido por meio das entrevistas, que passarão por análise sistemática, em que os dados brutos serão analisados e inseridos no processo de [...] decomposição, classificação, agrupamento e enumeração, que permitem atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices [...]” (Cardoso, 2021, p.105).

A partir do estabelecimento da unidade temática, serão estabelecidas as regras de enumeração, que consiste observar critérios como a presença ou ausência de certos elementos, palavras ou temas, a frequência simples e frequência ponderada, a direção, que serve como uma classificação que o entrevistado faz, e a ordem de aparição das unidades temáticas. (Cardoso, 2021).

Fossá (2003), apresenta uma aplicação da análise de conteúdo em entrevistas, como pode ser observado pelo quadro abaixo.

Quadro 9: Passos para a aplicabilidade da análise de conteúdo em entrevistas:

1º Passo	Coleta do material (realização de entrevistas)
2º Passo	Recorte em unidades de registro
3º Passo	Identificação das palavras chave a partir das unidades de registro
4º Passo	Resumos e início da categorização
5º Passo	Organizar as categorias por meio dos termos correlatos
6º Passo	Agrupamento das categorias iniciais tematicamente
7º Passo	Surgimento das categorias intermediárias e categorias finais

Fonte: quadro elaborado pela autora com base em Fossá (2003)

Com os resultados obtidos após a realização de tais procedimentos, devem ser realizadas as inferências e interpretações, que são embasadas pelo referencial teórico da pesquisa. Desse modo, espera-se que as falas das entrevistas sejam exploradas ao máximo, em busca de uma maior clareza a respeito do discurso presente e até mesmo das ausências notadas pela pesquisadora.

As unidades de registro estabelecidas para a realização das análises se deu por meio de eixos, que centralizam e dão enfoque para as principais categorias do trabalho, como a sobrecarga de trabalho feminino, os desafios surgidos a partir do ensino remoto e a divisão desigual de trabalho, a partir do gênero.

4.3. O perfil das estudantes

Na presente subseção serão discutidas questões pertinentes a categorização das estudantes entrevistadas, de modo a compreender o perfil de cada uma, visto que de tal modo, é possível ter um visão mais ampla da realidade e o local de fala de cada uma.

Serão detalhadas aqui, as principais características de cada entrevistada, levando em consideração o momento pandêmico, especificamente entre os anos de 2020 e 2021, de modo a compreender os aspectos principais relacionados à estrutura familiar, condição socioeconômica, e cultural.

A informações descritas abaixo foram fornecidas pelas entrevistadas, de modo com que apenas o nome foi modificado a fim de manter o direito de confidencialidade e privacidade dos sujeitos da pesquisa.

4.3.1. As estudantes de cada curso: curso de Pedagogia

Juliana

Juliana tinha, no momento da realização da entrevista, 30 anos de idade, estando no terceiro ano da graduação em Pedagogia, pela UEMS de Paranaíba/MS, e residente do Município de Paranaíba, mas originalmente sendo de Cuiabá/MS. Considera-se como uma mulher preta, e segundo declarado por ela, encontra-se legalmente solteira, porém em um relacionamento sério, ao que divide residência com sua cônjuge.

No período pandêmico, a vida e rotina de Juliana era consideravelmente diferente do descrito anteriormente. A entrevistada possuía entre 27 e 28 anos em 2020 e 2021, ápice da pandemia, e era casada e dividia o lar apenas com o seu marido, visto que não teve nenhum filho. Em 2020, ainda não havia ingressado na Universidade, e não desempenhava trabalho remunerado, e sim trabalho voltado para o cuidados de casa e demandas trazidas por seu marido.

Em 2021, mais especificamente, em abril do ano mencionado, Juliana iniciou o curso de Pedagogia, na UEMS de Paranaíba/MS, e ao ser questionada acerca dos motivos para ingressar no curso, apontou como fator principal, sua vontade de sair de seu relacionamento, uma vez que segundo relatado por ela, se sentia infeliz e impedida de prosseguir com seus estudos e sua vida como um todo.

O ingresso na universidade, é considerado por ela, como uma conquista, tendo em vista que o acesso ao ensino superior não é uma realidade para sua família, ao que ela mencionou tendo apenas parentes distantes que tiveram a oportunidade de prosseguir com os estudos no ensino superior, e ela sendo a primeira mulher entre eles.

No início da pandemia, Juliana não era responsável, ou parcialmente responsável financeiramente por sua casa, contudo, ao ingressar na Universidade, se viu em uma situação diferente, visto que o início de sua graduação foi a forma encontrada para sair do relacionamento que possuía na época, sendo a partir daí, responsável por seu sustento sozinha, além de conciliar seus estudos.

A entrevistada relatou que havia pouca ou quase nenhuma liberdade para estudar durante o casamento, visto que não era uma atividade que agradava o seu marido, a instigando a assim buscar uma forma de romper com aquela realidade por meio da universidade, ao que conseguiu, porém agora morando sozinha, Juliana realizava ainda mais do que uma tripla jornada, visto que estava cursando sua graduação, era responsável pelos cuidados de sua casa, trabalhava por meio de estágio remunerado ofertado pelo Universidade em parceria com a Prefeitura de Paranaíba/MS, e ainda conciliava as aulas *online*, com o seu trabalho noturno, que era desempenhado em um bar.

Com relação ao ERE, Juliana pontuou que teve incontáveis dificuldades, e considera que o ensino oferecido foi fraco, com pouquíssimo contato com os professores, e as devolutivas de trabalhos e atividades eram quase inexistentes. A estudante diz que não possuía uma rotina de estudos, pois entre todas as suas demandas, estudava apenas quando conseguia tempo.

Relatando sobre os serviços domésticos de cuidado, Juliana pontuou que ainda que não houvesse ninguém sob a sua tutela como filhos ou idosos, o trabalho era desempenhado integralmente por ela, e com a junção do ambiente de estudos com o ambiente doméstico, a estudante inevitavelmente priorizava as atividade de cuidado com a casa e demais demandas.

A estudante relata que não desempenhou nenhuma atividade extracurricular durante a pandemia, como a participação em projetos de ensino e de extensão, apenas atuou como estagiária de modo remunerado pela Prefeitura de Paranaíba pelo fato de necessitar da renda, visto que agora morava sozinha e necessitava de seu sustento.

Juliana abordou sobre a forma com que buscava solucionar suas dúvidas, sendo via *e-mails* e a plataforma *classroom*. O que dificultava ainda mais seus estudos era a pouca ou quase nenhuma resposta de alguns professores durante esse período. Acerca de bolsas e

auxílios, a entrevistada declarou que sabia da existência, mas que não buscou mais informações sobre isso, e também julga que não houve a divulgação devida.

Ao realizar uma avaliação a respeito de suas condições de permanência, Juliana declarou que iniciou a graduação em um período complexo, tanto por ser no auge da pandemia, como também por possuir condições pessoais desfavoráveis, como o fato de ter acabado de sair de um relacionamento, não possuir apoio familiar e também tendo muitas dificuldades financeiras.

Perguntada sobre os pontos positivos e negativos do ERE, Juliana declarou não haver pontos positivos, e sim, inúmeros pontos negativos, como ausência de respostas por parte dos professores; falta de devolutiva de atividades; alguns docentes que não cumpriam a carga horária estabelecida pela disciplina ofertada; acesso a *internet* fraco ou às vezes até mesmo inexistente, tanto pelos estudantes como pelos professores.

Isabela

Isabela é uma mulher que durante o período pandêmico, tinha 30/31 anos de idade, autodeclarada como parda, estava matriculada no curso de pedagogia, já havia cumprido todos os pré-requisitos para a conclusão do curso no ano letivo de 2018, com exceção de seu TCC. Contudo, no início de 2019, descobriu estar grávida, ao que trancou a faculdade retomando as atividades apenas em 2020.

No segundo semestre do ano letivo de 2020, Isabela retomou as suas atividades acadêmicas, o que foi um período árduo como descrito por ela, mas que resultou na conclusão de sua graduação, ao que defendeu sua monografia no início de 2021, visto que o ano letivo da universidade foi prorrogado por mais alguns meses naquele período.

Isabela era casada durante a pandemia, e sua filha possuía apenas 8 meses quando teve que retornar a suas atividades da graduação e suas atividades de trabalho remunerado, em que desempenhava o trabalho de monitora em um centro de educação infantil da rede privada de ensino do município, local onde atualmente é docente.

De acordo com o relatado por ela, ela retomou os estudos assim que possível, pois a conclusão de seu curso seria uma mudança de vida e era algo muito sonhado por ela, e as atividades de trabalho eram necessárias, pois, Isabela era responsável parcialmente pelo sustento de sua família.

Com relação a seu local de moradia, a estudante reside desde o seu nascimento na cidade de Paranaíba/MS, na zona urbana da cidade. A entrevistada alegou que o seu ingresso

na universidade partiu de motivações de melhora em sua situação financeira e a capacidade de ter mais oportunidade no futuro, ainda mais por ter sido a primeira de sua família a ingressar no ensino superior, e seu cônjuge ter estudado apenas até o ensino médio.

Durante a pandemia, a entrevistada alegou ter sido a principal cuidadora de sua filha, uma vez que seu marido desempenhava longas horas de trabalho remunerado, o que resultou em um acúmulo de tarefas em seu encalço. Contudo, contou com a rede de apoio de sua mãe e suas irmãs, que a auxiliaram nos cuidados de sua filha desde o seu nascimento, e na manutenção de sua casa, mas com a progressão da pandemia e os aumentos dos casos de contaminação por *covid-19*, ela não contou mais com o suporte de sua família por muitos meses.

Com relação a seu processo de escrita, declarou que não possuía horários específicos de estudo, mas que ajustava às suas demandas de modo a cumpri-las o máximo possível, de modo a restar algum tempo de sua rotina para que conseguisse escrever, o que incluiu noites e madrugadas.

Por conta das diversas demandas que compunham o seu dia a dia, Isabela expôs que não participou de outras atividades da universidade, como projetos de extensão, ensino, monitorias, e estágios remunerados.

De acordo com a estudante, pelo fato de ter apenas a escrita de seu TCC nesse período, acredita que tenha sido menos prejudicada que os estudantes que estavam cursando disciplinas, e estágios obrigatórios, mas que ainda assim, sentiu falta de ocupar os espaços físicos da unidade, e de ter reuniões presenciais com seu orientador.

As reuniões de orientação aconteciam todas de modo virtual, por meio da plataforma *Google Meet*, em que eram feitos os direcionamentos para a construção do trabalho. Nesse sentido, Isabela alegou ter um bom diálogo com seu orientador, e um espaço para tirar dúvidas e sanar outros questionamentos com relação ao trabalho.

Ao ser pedida que caracterizasse o ensino remoto, a entrevistada, destacou as palavras insegurança, incerteza, e cansaço. Com relação aos cuidados de sua casa e os cuidados com sua filha, ela alegou ser a principal cuidadora, e que seu companheiro desempenha algumas atividades de cuidado com a criança, mas não com a casa.

Nesse cenário de sobrecarga de trabalho, as condições de permanência na universidade foram muito difíceis, segundo ela, levando em consideração a complexidade de desenvolver um trabalho em meio a tantas demandas. No entanto, a entrevistada avalia que teve como pontos positivos, a possibilidade de desempenhar tais atividades de estudo, podendo ao mesmo tempo ficar perto de sua filha.

Marilda

Marilda é uma mulher preta que durante a pandemia tinha 27 anos, e estava cursando o segundo ano de sua graduação em Pedagogia, ao que ingressou no curso no ano letivo de 2019. Residia na cidade de Paranaíba/MS, desde o seu nascimento, até o momento da entrevista. A entrevistada declarou que era casada durante aquele período, mas que atualmente está divorciada de seu parceiro.

Além de ser casada, Marilda tem um filho que durante a pandemia estava com 8 anos de idade, e cursava naquele momento o 3º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública municipal.

Durante a pandemia, Marilda desempenhava trabalho remunerado como vendedora em uma loja de sapatos no ano de 2020, e em 2021 em um supermercado, como atendente de caixa. Financeiramente, se declarou como responsável parcialmente pelo sustento de sua casa, mas indicou que seu marido era o maior provedor naquele período, por possuir um salário superior.

A entrevistada alegou que o ingresso na universidade não foi algo fácil e que não é uma prática comum em sua família, visto que apenas duas primas suas cursaram o ensino superior, o que de acordo com ela, serviu como uma motivação inicial, para buscar melhores oportunidades de vida e de trabalho, e como seu filho já estava com uma idade de menos dependência da mãe, acreditou ser o momento adequado.

Ao ser questionada sobre o seu papel no processo de ensino de seu filho, que acontecia por meio de aulas *online*, expôs que era responsável por todo o suporte nos estudos da criança, amparando-o a realizar as atividades, explicar os conteúdos, avaliações e tarefas, o que se tratou de uma atividade exaustiva para ela.

Durante a pandemia, teve o seu filho sob sua tutela e seus cuidados contínuos, mas no meio do ano de 2020, seu marido contraiu Covid-19, e conseqüentemente, ela mesma e seu filho também foram contagiados. Conforme descrito por ela, ainda que estivesse com os sintomas, se tratou de sintomas mais leves, o que a fez ser a principal cuidadora de seu filho, seu marido, e por último, de si mesma, naqueles momentos.

A rotina de Marilda, mesmo antes da pandemia já incluía cuidados com a casa e com seu filho e marido diariamente, mas ela afirmou que se sentiu mais atarefada ainda durante a pandemia, como se não sobrasse tempo nem mesmo para se alimentar adequadamente e ter uma noite de sono reparadora.

Com relação a seu cônjuge, ela declarou que trabalhava como vigia noturno, e no início da pandemia trabalhou normalmente todos os dias, mas com a piora e o aumento dos casos, a empresa se flexibilizou e seu marido acabou pegando menos turnos e passando mais tempo em casa. Contudo, esse tempo em casa não foi traduzido em divisão de trabalho com sua esposa, e sim, em momentos de descanso para o marido.

Assim, Marilda definiu o período pandêmico como desesperador e exaustivo, em que não tinha suporte, nem tempo de descanso e pouquíssimo tempo de estudo. Ainda quemorasse na mesma cidade que suas irmãs e sua mãe, por conta da pandemia, não pode contar com a ajuda delas na maior parte do tempo como anteriormente, o que caracterizou como um período sem rede de apoio.

Com relação a seu desenvolvimento durante o curso, expôs que teve dificuldade em manter as notas, o que custou a ela muitas madrugadas de estudo, sendo que era o único horário que conseguia ter livre para tais atividades.

Marilda foi enfática ao dizer que de acordo com sua experiência não viu nenhum ponto positivo durante a pandemia, pois apenas se sentiu exausta e com medo o tempo todo, não conseguindo se dedicar da forma que gostaria. Ao ser solicitada que expõe os pontos negativos do ensino remoto emergencial, enumerou pontuando que se tratou de um ensino fraco, com falta de comunicação com os professores, e um grande acúmulo de atividades.

Julia

Julia durante o ano letivo de 2020, estava cursando seu último ano de graduação em Pedagogia na UEMS de Paranaíba/MS. Julia é uma mulher branca, e tinha 23 anos no início de 2020, solteira e sem filhos. A atividade remunerada que desempenhava no período era proveniente de sua participação como bolsista no Programa de Residência Pedagógica da instituição.

Ainda que não tivesse filhos, Julia explicitou que em sua dinâmica familiar, ela era responsável por algumas atividades de cuidado referente a seus irmãos mais novos, que naquele período tinha, 8 e 10 anos.

Julia dividia sua residência naquele momento, com seus pais, e seus irmãos. Com relação a parte financeira da família, ela era responsável por dar suporte a família com algumas contas de casa, referentes a alimentação e saúde, mas o sustento de sua casa como um todo, era responsabilidade integral de seus pais.

Ao ser perguntada sobre as suas motivações para ingressar no ensino superior, ela explicou que sua principal motivação era se formar para encontrar um bom emprego. Julia contou que após terminar o ensino médio, seu desejo era entrar no curso de medicina veterinária, mas sua nota no vestibular não havia sido o suficiente para ingressar no curso desejado, assim, sua família sugeriu que ela se matriculasse em cursos preparatórios para vestibular, ao que eles arcaram com os custos de seus estudos durante aquele ano.

Contudo, Julia não conseguiu o ingresso no curso, e sua família por questões financeiras, solicitou que optasse por uma graduação na cidade em que moravam, para que ela prosseguisse com os estudos e tivesse melhores oportunidades do que sua família teve na sua idade. Ana foi a primeira de sua família a ingressar no ensino superior.

Durante a pandemia, o trabalho de sua mãe foi modificado para o formato remoto, e o de seu pai permaneceu de modo presencial. Inicialmente, de acordo com o relatado por ela, suas aulas foram suspensas, e posteriormente, modificadas para o formato virtual, assim como a de seus irmãos mais novos.

Apesar de não ter filhos e nem dependentes sob sua tutela, Julia assumiu o cuidado de seus irmãos mais novos, uma vez que sua mãe estava sempre trabalhando e com um acúmulo de atividades em casa. Assim, Julia se tornou responsável por preparar a comida quase todos os dias e por dar suporte às crianças com relação a suas tarefas e demais atividades escolares, além de outras atividades de cuidado com a casa, que auxiliava a sua mãe.

A entrevistada definiu a pandemia como tempos difíceis em que ela se sentia grande parte do tempo incompreendida e cansada, e ao mesmo tempo, se sentia ingrata por isso, quando expressava reclamações sobre sua situação naquele momento.

Durante os meses iniciais da pandemia, Julia disse que conseguia ter uma rotina de estudos, em que ela se dedicava aos estudos pela manhã, mas com o passar dos meses, o acúmulo de atividades em casa, fez com que ela não conseguisse se organizar para tal. A entrevistada ainda alegou que durante a pandemia acabou trabalhando mais do que antes da pandemia, pois teve que assumir mais atividades.

Com relação a suas condições de permanência na universidade, ela julga que teve boas oportunidades, pois tinha acesso a *internet* e um local de estudos apropriado em seu quarto, e ainda que não tivesse tanto tempo quanto antes, julgava sua situação como mais confortável do que de alguns colegas. Sua rede de apoio naquele momento era a sua família e seus amigos, principalmente os colegas de curso.

Ana desempenhava atividade remunerada, como bolsista do programa de Residência Pedagógica, e ainda desempenhou Estágio Obrigatório, o que segundo ela foi um desafio

enorme, visto que todo o processo foi realizado de modo virtual, por meio de contato via *WhatsApp*, gravação de vídeos, e demais mecanismos virtuais. Segundo ela, ao mesmo tempo que se esforçou para desempenhar um bom papel e conseguir de fato aprender, não conseguia interagir de modo adequado, e pelo formato ser digital, as respostas eram escassas na maior parte do tempo.

Com relação ao serviço doméstico, Julia declarou que mesmo antes da pandemia, seu pai desempenhava um papel insignificante nos cuidados com a casa, o que não mudou com o passar dos meses durante o período pandêmico. Nesse cenário, ela se viu em uma situação em que deveria conseguir lidar com suas obrigações acadêmicas e em dar o suporte a sua mãe que estava sobrecarregada de atividades de trabalho remuneradas e não remuneradas.

Julia declarou que a universidade se organizou de modo a transformar as aulas em formato remoto, com aulas via *meet*, ou pela plataforma *zoom*, e demais atividades que eram solicitadas e enviadas pelo *moodle* ou pelo *google classroom*. Com relação a bolsas de auxílio, ela expôs que não era uma necessidade, pois acreditava que outras pessoas precisariam mais, e ela tinha a renda de ambos os pais, e a sua bolsa para suprir as contas de sua casa.

Um dos pontos que Julia destaca como falhos, foi referente à comunicação com os professores, em que ela apontou que em muitos casos optou por buscar informações com seus colegas. Outro ponto negativo apontado por ela sobre o ensino remoto, foi o de instabilidade na internet que era apresentada mesmo havendo um bom plano em sua residência.

Ao ser solicitada que pontuasse um ponto positivo sobre o Ensino Remoto Emergencial, apenas declarou que foi a oportunidade de estar mais presente na vida de seus irmãos. Julia expôs que ainda que possuísse uma situação confortável por conta da estabilidade da sua família, a pandemia foi um período de medo e de insegurança em todos os sentidos.

4.3.2. Curso de Ciências Sociais

Patrícia

Patrícia é uma mulher de 33 anos, atualmente divorciada e com uma filha de 13 anos de idade, desempenha trabalho remunerado, em que possui estabilidade por ser concursada na função que desempenha, no entanto é totalmente responsável pela renda de sua família, desde o seu divórcio.

Durante a pandemia, Patrícia tinha 30 anos de idade, uma filha em idade escolar entre 10 e 11 anos, além de seu trabalho remunerado, os cuidados com sua filha e sua casa, estava cursando o primeiro ano no curso de Ciências Sociais (Licenciatura), na UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba/MS.

A estudante se declara como uma mulher branca, moradora da cidade de Paranaíba/MS a atualmente 5 anos, ao que antes residia na cidade de Corumbá/MS, e se deslocou para sua atual cidade por conta de seu concurso.

Ingressou na universidade para ter uma complementação de sua formação, visto que já possui uma graduação. Com relação a sua família, os seus pais não tiveram acesso ao ingresso na universidade, mas todos os seus irmãos sim, em que duas são mulheres.

Com relação aos cuidados com a casa, Patrícia declarou que essas atividades são desempenhadas por ela mesma com o auxílio de sua filha no dia a dia, mas ela relata que contava com uma trabalhadora remunerada em sua casa para atividades específicas como o cuidado com as roupas, e com o quintal de sua casa.

Patrícia relatou ter tido muitos desafios durante a pandemia, visto que teve que conciliar sua rotina de trabalho, que naquele período se tornou totalmente remoto, os cuidados com a casa sozinha, já que não contava mais com a mão de obra terceirizada, e ainda, precisou dedicar parte do seu tempo para dar suporte a sua filha, que tinha entre 10 e 11 anos no período pandêmico, ao que suas aulas também foram transformadas no formato remotas.

As atividades relacionadas a universidade nesse cenário se tornaram coadjuvantes em sua rotina, uma vez que suas outras demandas possuíam uma maior urgência, ao que restava pouco tempo para sua graduação, o que foi gradualmente a fazendo perder a vontade e o empenho para continuar o curso, por conta do acúmulo de atividades em sua rotina.

Ao pedir que Patrícia caracterizasse o ensino remoto, foi dito que se tratou de um momento conturbado e com pouca facilidade. Durante os primeiros meses foi relatado que ela participou das aulas, que ocorriam de modo síncrono, por meio da plataforma *Google Meet*, mas que não conseguia entregar as atividades dentro do prazo, em nem mesmo participar de todas as aulas.

Com o acúmulo de atividades, e os prazos estabelecidos, Patrícia relatou que perdeu o ânimo em prosseguir com a graduação, visto que os seus objetivos iniciais não estavam sendo cumpridos, já que consistiam em buscar uma complementação para sua formação inicial e não estava conseguindo se dedicar às atividades de estudo. Ao final do ano letivo de 2020, ela

tomou a decisão de trancar o curso e até o momento da realização das entrevistas não havia retornado a universidade.

Geovana

Geovana tinha 35 anos de idade na pandemia, era casada, e tinha um filho com 12 anos na época. A entrevistada se declara como uma mulher parda, é professora da rede municipal de ensino de Paranaíba/MS e reside na zona rural, em um sítio próximo a cidade. Durante a pandemia, mais especificamente em 2020, Geovana estava matriculada no segundo ano do curso de Ciências Sociais (Licenciatura).

Sua motivação para ingressar no curso de acordo com ela foi para ter mais oportunidades, visto que com outra graduação em um curso de licenciatura, ela poderia concorrer a mais aulas por meio de processos seletivos e concursos. Além de Geovana, sua mãe e seu irmão tiveram acesso a universidade, ambos sendo também professores.

Geovana declarou ser parcialmente responsável pela renda, visto que seu cônjuge desempenha papel significativo na manutenção da casa. Contudo, esse padrão de divisão não se estende a questões como a arrumação da casa e demais afazeres de cuidado com o lar e com o filho, visto que são atividades desempenhadas exclusivamente por Geovana.

Durante a pandemia, o filho de Geovana estava no 6º ano do ensino fundamental, e com a mudança das atividades presenciais para remota, Geovana se viu não apenas como professora de sua turma, ao qual era remunerada, como também professora de seu filho. A entrevistada declarou que os professores e a escola de seu filho sempre se demonstraram dispostos a ajudar, mas ela assume que sem contato presencial e diário com a escola, o processo de ensino foi muito dificultado.

Referente ao cuidado de casa, ao ser questionada sobre ter tido mudanças no desempenho dessas atividades, Geovana expôs que não foi uma dinâmica que mudou muito, pois anteriormente já contava com pouca ajuda, o que agravou a situação foi o acúmulo de atividades por conta do ensino remoto, que modificou seu formato de trabalho, de estudo, e de estudo de seu filho.

Ao ser perguntada sobre o seu desempenho nas atividades acadêmicas, Geovana declarou que não conseguia ter um momento de estudo para si mesma, pois estava sempre trabalhando, seja seu trabalho remunerado como professora, seja o seu trabalho não remunerado, o doméstico. E quando não eram esses trabalhos, eram os de cuidar dos estudos de seu filho.

Sobre projetos, estágios e demais atividades acadêmicas, Geovana declarou que não participou de nenhuma, pois não conseguia tempo, às vezes nem mesmo para as aulas, e expôs que teve muita dificuldade em conciliar todas as suas tarefas ao mesmo tempo, e unidas em apenas um lugar. O ensino remoto, de acordo com ela, foi uma péssima experiência, tanto como aluna, mãe e professora.

Conforme relatado por ela, a instituição de ensino se organizou por meio de aulas online, e plataformas digitais, além da criação de grupos de *WhatsApp*, e o uso frequente da plataforma de *e-mails*. Com relação às bolsas, declarou que soube da existência por meio da divulgação feita pelos professores, mas explicou que não se inscreveu para nenhuma.

Sobre o seu próprio processo de ensino, declarou que sentia vergonha de fazer perguntas durante as aulas, e que o mesmo acontecia com muitos estudantes da turma. Ainda declarou que teve dificuldade com as plataformas de ensino, já que nunca haviam sido utilizadas posteriormente. De acordo com ela, quando havia dúvidas, buscava mais os colegas do que os professores.

Como pontos positivos do ensino remoto, Geovana declarou que pode ter mais momentos com seu filho, visto que não precisava se deslocar para a faculdade, mas destaca que os pontos negativos foram muito mais numerosos que os positivos, e deixa claro que os pontos negativos a fizeram pensar em desistir do curso inúmeras vezes.

4.3.3. Curso de Direito

Ana Clara

Uma das entrevistadas do curso de direito, foi Ana Clara, uma mulher branca, solteira, sem filhos, durante a pandemia tinha entre 22 e 23 anos. A entrevistada declarou ser originalmente de Araçatuba, estado de São Paulo, e que ao ingressar no curso de Direito na UEMS de Paranaíba, se mudou para a cidade.

Ana Clara estava no segundo ano do curso, no turno matutino, no ano letivo de 2020, e estava realizando estágio não obrigatório remunerado em um dos órgãos do poder judiciário da cidade. Ana Clara não era responsável financeiramente pela renda de sua família, pois seus pais custeavam sua permanência na cidade, assim, a sua renda era apenas para uso com despesas pessoais.

A entrevistada declarou que sempre foi muito incentivada a seguir a carreira de seu pai, que é advogado, e que gradualmente durante a sua vida foi criando gosto pela profissão, o que a motivou a ingressar no curso. Assim como Ana Clara, grande parte de seus familiares cursaram o ensino superior, como sua irmã, seus pais e a maioria de seus tios, irmãos de seus pais possuem graduação também.

Ana Clara declarou que enquanto morava sozinha em Paranaíba ela mesma desempenhava as atividades domésticas de sua residência, mas na casa de seus pais as atividades eram desempenhadas majoritariamente por ela, sua irmã e sua mãe, e quinzenalmente contava com ajuda de uma trabalhadora remunerada.

No período pandêmico, Ana Clara disse que não se adaptou bem ao Ensino Remoto Emergencial, porque antes tinha uma rotina de estudos estabelecida, por meio de cronogramas organizados por ela, e durante o ERE, declarou que conseguia estudar quase todos os dias, mas que não tinha mais uma rotina de estudos, o que segundo ela iniciou um acúmulo de conteúdos e atividades para cumprir.

Ao ser questionada sobre o fato de possuir rede de apoio, a entrevistada pontuou que sempre teve suporte de sua família, em vários aspectos, e que durante a pandemia não foi diferente, mas salientou que a cobrança também foi um fator agravado nesse período.

Sobre o seu processo de ensino, ela pontuou que além do estágio não obrigatório, participou no ano letivo de 2020 de um projeto de extensão de modo remoto, mas em 2021 não realizou outras atividades além das disciplinas e seu estágio remunerado.

Uma de suas principais queixas com relação a suspensão das aulas presenciais era a falta de interação com os colegas e professores, e durante as aulas não havia muita comunicação como na sala de aula presencial.

De acordo com a sua experiência, ela expôs que o ensino remoto restringiu muito as interações e a fez perder muita vontade de participar e fazer questionamentos, contudo, ela declarou que mantinha contato com alguns professores, mas no geral recorria aos colegas por meio de grupos de *whatsapp*.

Sobre suas condições de permanência, ela alegou que acredita ter condições confortáveis, pois seus pais sempre a mantiveram com tranquilidade no aspecto financeiro, e durante a pandemia não faltou nenhum tipo de suporte material a ela, e seus pais e irmã estavam presentes como rede de apoio, além de seus amigos de sua cidade natal e seus colegas de curso.

Para destacar os pontos positivos do ensino remoto emergencial, ela declarou que não houve, pois morar com os pais novamente foi um exercício um pouco desgastante depois de

mais de um ano morando sozinha, mas com relação a pontos negativos, ela disse que poderia enumerar diversos, como a falta de socialização, e a falta de suporte da universidade, além de da mudança de rotina que trouxe uma queda no desenvolvimento.

Melissa

Melissa é uma mulher branca, estudante do curso de direito (noturno), no ano letivo de 2020 estava no segundo ano de curso e entre 20 e 21 anos, era solteira e morava na residência de seus pais, não possui filhos, nem irmãos. A entrevistada alegou que durante sua graduação morava no município de Cassilândia/MS, e se deslocava diariamente para ir à universidade.

A estudante exercia atividade remunerada em um órgão do poder judiciário, e antes da pandemia havia participado de projetos de iniciação científica, e monitoria remunerada, mas durante a pandemia optou por se dedicar somente às disciplinas e seu estágio.

Ao ser questionada sobre suas motivações para o ingresso na universidade, ela pontuou que ser advogada é um sonho seu de longa data, e que pretendia prestar concursos assim que finalizasse o curso. Ela relatou acreditar que optou pelo curso por incentivo de seu pai, que gostaria muito de ter cursado, mas não teve oportunidade.

Melissa expôs que seus pais sempre investiram muito em seus estudos, e que ficaram muito felizes com sua aprovação, visto que haviam arcado com os custos de cursos preparatórios para que a filha se preparasse para o ENEM, e com sua locomoção e demais necessidades que a universidade demanda.

Ainda nesse sentido, a entrevistada relatando sobre a sua trajetória, explanou que realizava o estágio como uma oportunidade de aprendizado, e não de fato por necessidade, pois seus pais supriam suas necessidades naquele momento de modo integral. Respondendo o questionamento sobre quantas pessoas de sua família haviam ingressado na universidade, ela expôs que sua mãe possui graduação, e os seus tios e primos, por parte materna também, mas a maioria deles são homens.

Com relação às atividades de cuidado com a casa, Melissa declarou que durante a pandemia ela passou a ter que ajudar mais a mãe no cuidado com a casa. Antes do período pandêmico, ela expôs o cuidado com a casa era principalmente realizado por uma funcionária remunerada, mas que a sua mãe e ela desempenhava alguns trabalhos de casa. Já na pandemia ela declarou que a trabalhadora não estava mais prestando serviço, o que restou para sua mãe e ela, o pai, por sua vez, segundo ela realizava apenas atividades ocasionais.

Ao solicitar que fizesse uma avaliação sobre como foi o ensino remoto em sua experiência, ela relatou que não gostava das aulas *online*, e que gradualmente foi perdendo o interesse, pois estando em casa, ela tinha muitos estímulos, acabava perdendo foco, e gastando o tempo com outras atividades, o que prejudicou sua aprendizagem.

Ela expôs que conseguia ter seu tempo de estudo, só que bem reduzido em comparação com o período em que morava sozinha, e por estar em casa, com sua família, tinha mais distrações, e se sentia por vezes mal de não estar com a família mesmo estando na mesma casa, pois se ausentava para estudar e para realizar as atividades acadêmicas.

Durante a pandemia, ela declarou que apesar de não ter filhos, irmãos e nem nenhum dependente sob sua tutela, Melissa disse que o período foi complicado e desafiador, no sentido de ter tido uma mudança de rotina muito drástica e repentina, mas julga que teve uma base de apoio sólida em sua família, que não a deixou desistir, e sempre demonstrou suporte.

Ela declarou que acredita que a instituição se articulou bem para atender as demandas que surgiram com a pandemia, pois sempre ouviu sobre as bolsas que estavam disponíveis, e que as aulas apesar de ela não ter tido o desempenho esperado por ela, eram sempre ministradas. De acordo com a sua experiência, o “estar” na sala de aula era essencial e isso fazia total diferença na aprendizagem.

Com relação a seu processo de ensino, ela relatou dificuldade em dialogar com os professores, o que a fez ficar mais próxima dos colegas, ao que realizavam grupos de estudos virtuais. Conforme a experiência relatada, ela declara que o ensino remoto não trouxe pontos positivos para a sua aprendizagem, e como pontos negativos, expôs que o distanciamento de todos, a falta de comunicação, e a indisposição para realizar todas as demandas que eram propostas.

4.4. O processo de coleta e análise de dados

4.4.1. Os sujeitos da pesquisa

Após expor o perfil de modo mais detalhado, cabe aqui uma síntese das informações pessoais da entrevistadas de modo a atribuir mais facilidade na compreensão das análises, entendendo a realidade de cada entrevistada. Os dados apresentados abaixo, foram colhidos pelas entrevistas realizadas e são referentes ao período pandêmico de 2020 e 2021.

Quadro 10: Características pessoais das entrevistadas

Entrevistada	Características			
	Curso	Idade	Profissão	Estado civil* ⁴
Juliana	Pedagogia	27/28 anos	Monitora (Estágio não obrigatório) / atendente em comércio	Casada
Isabela	Pedagogia	30/31 anos	Monitora em CEINF (Contratada)	Casada
Marilda	Pedagogia	27/28 anos	Vendedora	Casada
Julia	Pedagogia	23/24 anos	Bolsista (Programa de Residência Pedagógica)	Solteira
Patricia	Ciências Sociais (Bacharelado)	30/31	Servidora pública	Divorciada
Geovana	Ciências Sociais (Licenciatura)	34/35	Professora	Casada
Ana Clara	Direito	22/23	Estagiária	Solteira
Melissa	Direito	20/21	Estagiária	Solteira

Fonte: elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas.

Ainda foi realizado um levantamento da renda familiar de cada uma das entrevistadas, de modo a estabelecer um melhor entendimento da realidade material dessas mulheres, considerando as possibilidades trazidas por uma condição financeira mais abastada. Abaixo demonstra-se em salários mínimo atual, a renda familiar de cada uma:

⁴ Ainda que algumas entrevistadas tenham declarado que não se encontram mais com o estado civil inicial, foi considerado o estado que elas permaneceram por mais tempo durante o período pandêmico.

Quadro 11: Renda familiar das entrevistadas

Entrevistada	Renda familiar (aproximada)
Juliana	Menos de 2 salários mínimos
Isabela	Menos de 2 salários mínimos
Marilda	Menos de 2 salários mínimos
Julia	Aproximadamente 4 salários mínimos
Patricia	Aproximadamente 4,5 salários mínimos
Geovana	Pelo menos 3 salários mínimos
Ana Clara	Aproximadamente 8 salários mínimos
Melissa	Aproximadamente 4,5 salários mínimos

Fonte: elaborado pela autora com base nas entrevistas realizadas.

4.4.2. Análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material, regras de enumeração

De acordo com o método de análise para os dados obtidos, cabe explicitar como cada etapa foi realizada na presente pesquisa, de modo a expor como os critérios de interpretação da análise de conteúdo foram empregadas, expondo sobre a realização da pré-análise, exploração do material, regras de enumeração.

4.4.2.1 Pré-análise

Partindo do referencial adotado para a análise dos dados colhidos, a análise de conteúdo defendida por Bardin (2011), em que são explanadas as três fases iniciais para a análise. Que consistem em: 1. pré-análise; 2. exploração do material; 3. tratamentos dos resultados e interpretações.

A pré-análise se trata do momento de organização do material, que serão pertinentes conforme a temática de pesquisa. No trabalho realizado pela presente pesquisa, a pré-análise se tratou inicialmente de um levantamento dos principais trabalhos e referenciais, pertencentes às categorias base da pesquisa, de modo a expor o objeto de pesquisa, a partir de uma fundamentação teórica sólida, por meio de pesquisas bibliográficas.

Com base no estabelecido por Sousa e Santos (2020), a pré-análise realizada compreendeu os passos seguintes: leitura flutuante; escolha dos documentos; reformulações de objetivos e hipóteses e a formulação de indicadores.

A leitura flutuante foi empregada no processo de leitura das transcrições das entrevistas realizadas de forma meticulosa, e que foram estruturadas nos perfis descritos no tópico anterior. O documento utilizado foram as transcrições das entrevistas, que foram realizadas de modo presencial nas mediações da UEMS, unidade universitária de Paranaíba/MS.

As transcrições foram escritas literais das falas das entrevistadas. O procedimento de leitura das entrevistas se deu de modo a fazer destaques aos assuntos e temáticas que apareceram na leitura, para auxiliar na posterior seleção das categorias.

Com relação a reformulação dos objetivos e hipóteses, foi realizada a dinâmica de verificar os objetivos e hipóteses iniciais nos primeiros estágios da pesquisa, e a partir das entrevistas colhidas, como tal material modificou ou alterou o que foi estabelecido previamente, como exposto no quadro abaixo:

Quadro 12: Objetivos reformulados da pesquisa

Objetivos estabelecidos previamente	Objetivos após reformulações
<ul style="list-style-type: none"> Investigar, por meio da realização de entrevistas, de que forma o período pandêmico afetou a permanência de mulheres nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, especificamente na unidade universitária de Paranaíba/MS, cidade de realização da pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> Investigar, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, de que forma o período pandêmico apresentou desafios ou dificuldades na permanência de mulheres nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, especificamente na unidade universitária de Paranaíba/MS, cidade de realização da pesquisa.
<ul style="list-style-type: none"> Compreender por meio da Teoria do <i>Care</i>, de que modo as demais 	<ul style="list-style-type: none"> Realizar a compreensão por meio da Teoria do <i>Care</i> e com base nas

<p>atividades desempenhadas pelas mulheres cotidianamente em âmbito doméstico, principalmente as relativas ao cuidado se configuraram como impedimentos para que conseguissem se dedicar a atividades de estudo;</p>	<p>teorias feministas marxistas, de que modo as demais atividades desempenhadas pelas mulheres cotidianamente nos espaços domésticos, sendo os seus próprios, ou por meio da terceirização, principalmente as relativas ao cuidado, se configuraram como impedimentos para que conseguissem se dedicar às atividades de estudo.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • . Buscar entender o papel do patriarcado com base no feminismo marxista, na construção de uma estrutura que atribui a mulheres o papel do cuidado, e também a realização de análise documental sobre o período a partir de documentos oficiais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivou-se a realização de análise documental a fim de verificar as ações do Estado brasileiro, a partir de órgãos tais como o Ministério da Educação (MEC) e da UEMS no que tange a organização do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e as medidas tomadas para garantir a permanência, além de Buscar entender o papel do patriarcado com base no feminismo marxista, na construção de uma estrutura que atribui a mulheres o papel do cuidado, e consequentemente dificultando a permanência no ensino superior, com enfoque no período da pandemia.
<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistar mulheres que correspondam à problemática da pesquisa, com o intuito de 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar por meio de entrevistas o contexto e as motivações que dificultaram ou se configuraram

compreender como os desafios apareceram em suas vida acadêmica durante o período pandêmico.

como desafios para as mulheres darem continuidade/terem um desempenho adequado em seus estudos, visando compreender em que medida tal acontecimento pode ser considerado como uma problemática de gênero.

Fonte: elaborado pela autora

4.4.2.2. Exploração do material e regras de enumeração

Com maior clareza a partir do estabelecimento de objetivos reformulados, partiu-se então para a etapa de exploração do material, inicialmente com a de formulação de indicadores, que são estabelecidos como apontado por Souza e Santos (2020), “[...] a definição das categorias é classificada, apontando os elementos constitutivos de uma analogia significativa na pesquisa, isto é, das categorias”. Na definição dos indicadores, é possível realizar o trabalho de extrair a essência de acordo com as falas dos participantes.

Levando em consideração, que o objeto de pesquisa em si parte das características e da realidade concreta das entrevistas, foram organizados inicialmente em formato de quadro separando as por curso, em que foi realizado um apanhado com as principais características dessas mulheres, como verificado abaixo,

Quadro 13: Perfil agrupado das entrevistadas por curso

Características	Quantidade de entrevistadas que possuem a características
	Curso de Pedagogia (4 entrevistadas)
Trabalho remunerado	4
Cônjuge (coabitação)	3
Filhos e/ou dependente	2
Responsável financeiramente pela residência (parcial ou total)	4

Desempenho das atividades domésticas (de modo exclusivo ou maior parte)	4
Horário específico de estudos	0
Rede de apoio	2
Participação em projetos, estágios (não obrigatórios) ou bolsas	2
Características	Curso de Ciências Sociais (2 entrevistadas)
Trabalho remunerado	2
Cônjuge (coabitação)	1
Filhos e/ou dependente	2
Responsável financeiramente pela residência (parcial ou total)	2
Desempenho das atividades domésticas (de modo exclusivo ou maior parte)	2
Horário específico de estudos	0
Rede de apoio	0
Participação em projetos, estágios ou bolsas	0
Características	Curso de Direito (2 entrevistadas)
Trabalho remunerado	2
Cônjuge (coabitação)	0
Filhos e/ou dependente	0
Responsável financeiramente pela residência (parcial ou total)	0
Desempenho das atividades domésticas (de modo exclusivo ou de maior parte)	0
Horário específico de estudos	2
Rede de apoio	2

Fonte: elaborado pela autora

De acordo com o exposto é possível de forma mais dinâmica visualizar as problemáticas centrais com relação às categorias principais do trabalho, que se referem a sobrecarga das mulheres durante o período pandêmico, interseccionando o acúmulo de trabalho originários do cunho de cuidado com terceiros e com o lar, levando assim a secundarizar os estudos e demandas acadêmicas.

A partir do exposto é necessário fazer algumas pontuações de acordo com as declarações das entrevistadas, para fins de esclarecimentos, de modo a evitar equívocos de interpretação.

Com relação a trabalho remunerado, foi considerado para análise tanto atividades desempenhadas de modo contratual, por CLT e também à atividades remuneradas vinculadas à universidade, como bolsas e estágios remunerados. Isso se deve ao fato de que por mais que trate de uma dinâmica diferente, no concernente à remuneração e carga horária, também são atividades que demandam esforço e tempo daquelas que o realizam.

Na questão referente a filhos/dependentes, duas entrevistadas declararam ter filhos sob a sua tutela, ou seja são diretamente responsáveis por eles, uma das entrevistadas expôs que desenvolveu grande parte dos cuidados de seus irmãos, mas de acordo com a sua fala, sua mãe (e mãe das crianças), pode ser considerada a cuidadora principal.

Na característica “participação em projetos, estágios (não obrigatórios) ou bolsas”, foi considerada apenas atividades sem vínculo obrigatório, desconsiderando estágios obrigatórios e demais atividades nesse sentido.

Com relação às estudantes entrevistadas do curso de ciências sociais, observa-se um padrão similar ao encontrado nos relatos das estudantes do curso de pedagogia: desempenham trabalho remunerado, e conseqüentemente possuem grande responsabilidade financeira na manutenção da casa; desempenham a maior parte das atividades de cuidado e durante o período mencionado declararam não ter horários destinado aos estudos.

Já no curso de direito, tem-se uma mudança, em que são mulheres que possuem idade inferior do que as entrevistadas anteriormente, e apesar de desempenharem atividade remunerada, a sua dedicação exclusiva está voltada para os estudos. Além disso, não possuíam filhos, dependentes, ou obrigações financeiras na manutenção com a casa. Ainda exporam que não foram as principais responsáveis pelas atividades de cuidado com a casa.

As entrevistas foram realizadas no ano letivo de 2023, em que grande parte das estudantes eram egressas. Para fins de observação dos padrões de permanência, será exposto no quadro abaixo quantas estudantes, permaneceram no curso:

Quadro 14: Entrevistadas e sua situação acadêmica atual

Entrevistada	Permaneceu	Concluiu	Não permaneceu
Juliana	X		
Isabela		X	
Marilda			X
Julia		X	
Patrícia			X
Geovana		X	
Ana Clara	X		
Melissa		X	

Fonte: elaborado pela autora

No quadro está exposto como “permaneceu”, aqueles casos, em que a estudante ainda está cursando, e como concluinte, as entrevistadas que concluíram o curso, de acordo com o relatado por elas durante as entrevistas.

Observa-se por meio do exposto por meio do quadro, que maioria das entrevistadas permaneceram no curso, sendo 80%, entre essas estudantes que já concluíram e que ainda estão matriculadas, por outro lado 20% das entrevistadas alegaram que não permaneceram no curso, no ano letivo de 2021.

4.4.2.3. Análise quantitativa e qualitativa

Utilizando a categoria marxista a respeito da realidade material das entrevistas, foram estabelecidos seus perfis e o agrupamento de características mencionados anteriormente, para que assim fosse possível compreender o local de fala e o discurso de cada uma das mulheres entrevistadas.

Seguindo para a próxima etapa de análise, foi realizado o processo de construção do desenho da pesquisa, que se deu por meio da escolha das unidades de análise e caso

necessário subunidades, e que são determinados os materiais a serem investigados. Aqui em questão foram utilizadas as transcrições das entrevistas, mas para além disso, o que dentro das entrevistas que será material para análise, sendo aqui as falas das entrevistadas como um todo (Sampaio; Lycarião, 2021).

Ainda que todo o conteúdo das entrevistas foram utilizados para fins de interpretações da realidade e das falas como um todo, para ter uma maior clareza das discussões presentes foram selecionados excertos que embasam a problemática em questão.

Optou-se assim, por trabalhar com três principais eixos de análise, sendo eles: eixo 1: acúmulo de atividades geradoras de sobrecarga; eixo 2: desafios impostos pelo ensino remoto emergencial; eixo 3: segregação de gênero a partir dos trabalhos de cuidado.

Com base nos eixos criados foi estabelecida regra de enumeração que serve para realizar a contagem de aparição dos temas, conforme as expressões utilizadas pelas entrevistadas. Conforme a quantidade de vezes que aparece, é possível atribuir maior relevância para tal tópico.

Estabeleceu-se assim, por meio do quadro abaixo a relação entre a quantidade de aparições de frases consideradas alinhadas com as definições do eixos pré-determinados, como constam abaixo:

Quadro 15: temas x frequência

Eixo	Frequência que aparecem
1: acúmulo de atividades geradoras de sobrecarga	14
2: desafios impostos pelo ensino remoto emergencial	17
3: segregação de gênero a partir dos trabalhos de cuidado	20

Fonte: elaborado pela autora

A partir do explicitado anteriormente, serão apresentados aqui os principais eixos de discussão que aparecem nas entrevistas, de modo a expor frases ditas pelas entrevistadas que foram contabilizadas a quantidade de vezes que aparecem como um todo no *corpus* da pesquisa.

No quadro abaixo, optou-se por expor uma das temáticas relevantes, aqui em questão, o acúmulo de atividades geradoras de sobrecarga, portanto, serão explicitadas as respostas que apareceram de modo frequente, e que se enquadram em tal temática.

Quadro 16: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de pedagogia enquadradas no eixo 1

Curso de Pedagogia	
Eixo 1: acúmulo de atividades geradoras de sobrecarga	
Entrevistada:	
Juliana	<p>“[...]” quando eu estava cansada sentia que tudo era minha obrigação, sabe? [...] eu me sentia cansada o tempo todo”</p> <p>“[...] eu nunca tinha tempo pra mim mesma [...]”</p> <p>“[...] eu tava no começo em uma situação difícil por conta do meu ex parceiro, e depois por estar separada e ter que lidar com todas as contas de casa sozinha, além de cuidar da casa né [...]</p> <p>“Eu tive em um relacionamento abusivo de verdade com o meu ex [...]</p>
Isabela	<p>[...] era tudo ao mesmo tempo né, e com uma criança recém nascida, eu tinha que me multiplicar pra conseguir fazer tudo e às vezes eu não tinha tempo nem de comer e a minha prioridade eram a neném [...] e eu basicamente tinha que dar conta de tudo</p>

	<p>sozinha”</p> <p>“[...] eu pensei muito em desistir e não terminar a faculdade, foi um período muito desgastante [...]”</p>
Marilda	<p>“[...] a rotina que eu tinha já era muito puxada né e eu sempre tive que fazer os serviços de casa, então isso não foi tão complicado no começo, só que quando eles (o marido e o filho) tiveram covid-19, foi puxado pra mim, porque eu não tava me sentindo bem (ela também havia contraído covid, mas com sintomas mais leves de acordo com ela), mas mesmo assim, eu tinha que tomar conta deles [...] além domedo que eu senti por perder eles, também foi muito cansativo”</p> <p>“[...] então assim, foi muito desesperador e eu vivia cansada [...] e depois do covid, eu sempre tive muito medo”</p>
Julia	<p>“[...] os empregos dos meus pais, eles precisavam ficar muito tempo trabalhando e a nisso, eu acabei que tive fazer bem mais serviços do que eu precisava antes [...]”</p>

Fonte: elaborado pela autora

Expostos acima, como observado, são excertos das entrevistas de modo literal. Para uma melhor exposição das falas, optou-se além da divisão por eixos, separá-las por curso, assim, tem-se uma melhor observação dos padrões de fala conforme cada curso.

Se tratando do primeiro eixo de discussão “acúmulo de atividades geradoras de sobrecarga”, é possível notar, que em diferentes medidas, todas as mulheres entrevistadas relataram dificuldade em conciliar todas as demandas que possuíam ao mesmo tempo, atividades estas, que se acumularam em decorrência do período pandêmico.

No caso da entrevistada Juliana, de acordo com a sua fala, ela se encontrava em um relacionamento abusivo bem no início da pandemia, o que de acordo com ela, a motivou a ingressar no curso, pois desse modo, conseguiria sair de seu relacionamento e via a universidade, como uma forma de liberdade.

Entre os abusos sofridos por Juliana, foi relatado sobre a realização das atividades domésticas, que eram tratadas como uma obrigatoriedade exclusiva sua, o que é descrito pela teoria do *care*, que se tratam de atividades que são disseminadas socialmente como realizadas por amor contudo, esse trabalho se configura como uma exploração na medida em que não são remunerados, e nem mesmo reconhecidos (Guimarães, 2016).

Como explanado por Hirata (2020, p. 54) “[...] o trabalho de cuidado de idosos, crianças, doentes, deficientes físicos e mentais foi exercido durante muito tempo por mulheres, no interior do espaço doméstico [...]”, trazendo assim, que o cuidado não se refere apenas a casa, e sim, a manutenção do bem estar de todos os dependentes que aquele contexto possui.

O cenário exposto acima, se aproxima muito da realidade trazida pelas entrevistadas, em que Isabela se declarou como a principal e maior parte do tempo única cuidadora de sua filha recém nascida nesse período. No caso de Marilda, que também tinha um filho, no período de adoecimento da sua família foi responsável por cuidar, não só de si mesma e exclusivamente de seu filho, como também de seu marido. E no caso de Júlia, ela declarou que desempenhava muitas atividades de cuidado com seus irmãos mais novos em idade escolar.

O acúmulo de atividades, quando se trata de mulheres, está diretamente interligado a atividades de cuidado. Como demonstrado acima, a realidade de todas as quatro mulheres encontra-se perpassada, em diferentes níveis, por atividades de cuidado, que são compulsoriamente atribuídas a elas.

Abaixo, são demonstrados trechos das falas das estudantes do curso de pedagogia, no que tange o eixo 2:

Quadro 17: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de pedagogia enquadradas no eixo 2

Curso de Pedagogia	
Eixo 2: desafios impostos pelo ensino remoto emergencial	
Entrevistada:	
Juliana	<p>“[...] eu sempre gostei muito de estudar [...] com o EaD tudo era difícil, até ter vontade de estudar era difícil”</p> <p>[...] eu não me sentia motivada em sentar na cadeira e só olhar para o computador por horas, era desanimador [...]</p>
Isabela	<p>[...] eu achei que não iria conseguir terminar meu TCC, porque antes da pandemia eu já dificuldade pra escrever [...] eu já me sentia sozinha porque meus colegas de turma maioria já tinham terminado o TCC deles, e a gente acaba perdendo o contato né, e na pandemia eu fiquei ainda mais sem a presença e ajuda dos colegas”</p>
Marilda	<p>“Estudar pra mim, era assim, primeiro meu filho, depois eu. [...] Ele ficou muito perdido com as aulas ead, e eu tinha que ajudar ele [...] de madrugada, depois que ele dormia, ou quando eu acabava de ajudar ele, às vezes eu tinha um tempo pra estudar [...]</p>

	<p>“[...] nossa foi assim, muito difícil, era um curso que eu gostava sim, mas eu não consegui mais continuar daquele jeito, e eu acabei ficando só até 2020”</p> <p>“[...] eu tentava de verdade arrumar tempo pra estudar durante o dia, mas eu estava sempre cansada, e quando conseguia um tempo, menor que fosse, eu queria descansar ou ficar com meu filho umpouquinho [...]”</p> <p>“[...] eu acabei tendo que pegar as madrugadas pra estudar algumas vezes, mas eu não conseguia ficar muitas horas, porque o sono batia e depois eu já não conseguia mais estudar [...]”</p>
Julia	<p>“ [...] eu acho que eu tive uma condição confortável de estudo, porque eu tinha internet na minha casa, e apesar de ter sempre alguma outra coisa pra fazer, eu tinha meu espaço [...] mas eu vi também que eu não sirvo pra estudar <i>online</i> [...] quando agente tá em casa, a gente sente vontade de fazer tudo menos estudar, e foi o que acontecia muitas vezes.”</p>

Fonte: elaborado pela autora

De acordo com o exposto, visualiza-se que os desafios impostos durante esse período são diversos e são de diversos cunhos. Foram relatadas dificuldades no sentido de o contexto como um todo ser um período de desmotivação, além de o isolamento ter sido agravante para tal.

Em outros casos, foi apresentada a dificuldade como consequência do acúmulo de trabalho, no caso específico de Marilda, que teve empecilhos para dedicar-se a seus estudos por priorizar os estudos de seu filho, ou seja, o cuidado com terceiros, acima dos cuidados consigo mesma.

Uma ocorrência frequente, para além das estudantes do curso de Pedagogia, foi o discorrido sobre a dificuldade de um tempo específico para estudos, o que apareceu em diversas falas, inclusive nos relatos de Marilda, em que ela expôs sobre encontrar tempo apenas durante as madrugadas.

Quadro 18: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de pedagogia enquadradas no eixo 3

Curso de Pedagogia	
Eixo 3: segregação de gênero a partir dos trabalhos de cuidado	
Entrevistada:	
Juliana	<p>“[...] durante meu relacionamento, o meu ex sempre tinha falas machistas de que lavar, cozinhar e passar era a minha obrigação, e eu deveria ser grata a ele [...]”</p> <p>“[...] na pandemia o que já era difícil piorou, porque o comportamento do meu parceiro sempre foi esse, mas com a pandemia, eu passei a ser mais cobrada ainda [...]”</p>
Isabela	<p>“[...] eu cuidava da minha filha maior parte do tempo sozinha [...]”</p> <p>“Ser mãe é muito cansativo [...] eu passei muitas horas acordada de madrugada,</p>

	<p>enquanto meu marido descansava [...]”</p> <p>“Eu que fazia tudo, [...] ele ajudava algumas vezes, pra eu tomar um banho, fazer a comida, mas não passava disso [...]”</p> <p>“[...] eu sempre trabalhei muito, fiz muitas coisas ao mesmo tempo, mas a pandemia foi a época mais difícil pra mim, com certeza [...]”</p>
Marilda	<p>“[...] desde pequena a gente aprende a cuidar da casa, as fazer as coisas que precisa, mas a mulher sempre acaba fazendotudo [...] tinha dias que eu não conseguia nem almoçar direito de tanta coisa pra fazer [...]”</p> <p>“[...] era casa pra cuidar, comida pra fazer, aí a criança tinha um monte de tarefa, que eu tinha que ajudar [...] nossa, tanta coisa ao mesmo tempo [...]”</p> <p>“[...] e era tudo sozinha né, o que complica mais ainda [...]”</p>
Julia	<p>“Minha mãe ficava em casa, mas ela tinha que trabalhar, não tinha outro jeito, eu tinha que ajudar ela [...]”</p> <p>“As vezes minha mãe trabalhava de manhã até a noite, e eu acabava tendo que fazer</p>

comida, ajudar meus irmãos nas tarefas, essas coisas, o que tomava bastante tempo [...]”

Fonte: elaborado pela autora

No eixo 3, são demonstradas as experiências das mulheres entrevistadas, de acordo com as suas perspectivas a partir de questões sobre a divisão de trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, e as suas impressões de modo geral, sobre como o gênero atua diretamente em atividades cotidianas.

A entrevistada Juliana, traz uma experiência de vida carregada por abusos, ao que relatou que no início da pandemia, estava em um relacionamento, que julgava como abusivo, e que as falas de seu parceiro, eram nitidamente machistas, que apresentavam um discurso como se ela fosse a única responsável pelos cuidados com a casa, e por não estar desempenhando atividades remuneradas naquele período, era tratado como se fosse uma obrigação sua atuar única e exclusivamente em função da manutenção da casa e do bem estar de seu companheiro.

Todas as entrevistadas do curso de Pedagogia, declararam que as atividades de cuidado com a casa eram feitas por elas, ou por outras mulheres da família, como é o caso de Júlia, já que em sua residência, o trabalho era responsabilidade prioritariamente de sua mãe.

Conforme os relatos, observa-se claramente um padrão em que as mulheres da casa são as responsáveis pelo cuidado doméstico, e por atividades de cuidado como um todo, e os homens aparecem como auxiliares, como é representado por Isabela, que expressa que seu marido dava suporte a ela apenas por tempo suficiente para que ela fizesse o cuidado básico consigo mesma, como tomar banho, ou ainda, outras atividades domésticas, como o preparo da comida.

Outro padrão observado também de acordo com as falas, foi o acentuamento de problemas já existentes antes da pandemia, em que em muitos momentos, as mulheres relataram que já eram responsáveis por maior parte do trabalho de cuidado antes, mas que com a pandemia, se sentiram mais sobrecarregadas e com menos suporte ainda.

Quadro 19: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de Ciências Sociais enquadradas no eixo 1

Curso de Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura)	
Eixo 1: acúmulo de atividades geradoras de sobrecarga	
Entrevistada:	
Patrícia	<p>“[...] antes da pandemia, eu sentia que eu tinha mais tempo [...] eu comecei ter muito problema com insônia e com ansiedade por conta da quantidade de coisas que eu tinha que resolver diariamente”</p>
Geovana	<p>“Como professora, a gente sabe como é a rotina, levar trabalho pra casa, essas coisas [...] mas na pandemia todo o trabalho ficou em casa [...] além de que eu tive que ser a professora do meu filho, porque ele estava em uma fase de muita dificuldade na escola, e eu tinha que ser esse suporte [...]”</p> <p>“[...] eu que sempre cuidei da casa, mas entre fazer o meu trabalho, ajudar meu filho cuidar da casa ... eu não tava mais aguentando, de verdade [...] e os professores na pandemia trabalhavam 24 horas por dia, atendendo pais, elaborando atividade, gravando vídeos, nossa, foi um desgaste danado.”</p>

De acordo com o exposto pelas estudantes do curso de Ciências Sociais, referente ao eixo 1, nota-se o surgimento de novos pontos de discussão, como conforme o exposto por Patrícia, que relata que com o acúmulo de trabalho, em todos os vieses, gradualmente, resultou em um adoecimento psíquico.

De acordo com pesquisas realizadas, os impactos da pandemia, vão além de aspectos financeiros, e de contaminação, pois esse período foi também determinante na saúde mental das pessoas, em especial das mulheres, que foram o público mais afetado a partir de uma prevalência maior de estresse, depressão e ansiedade (Souza, Souza, Patriciano, 2020).

A partir do demonstrado pela entrevistada, fica evidente que a pandemia agravou a quantidade de atividades desempenhadas por ela, além de trazer uma ausência de tempo, fazendo com que seu tempo fosse insuficiente para o cumprimento de todas as tarefas designadas a ela.

Durante a pandemia, o adoecimento da mulher se tornou muito recorrente, tanto por questões como violências múltiplas, mas também como resultado da permanência do homem dentro de casa e a divisão desigual dos trabalhos domésticos (Souza, Souza, Patriciano, 2020).

O discurso de Geovana traz também uma nova nuance para as discussões, em que ela levanta o ponto de vista das mulheres professoras durante a pandemia. Assim como o ensino superior, o ensino remoto emergencial também foi aplicado ao ensino básico, de modo com que o preparo de aulas, provas e atividades foram todos realizados de casa, unindo assim, com as demais tarefas realizadas em seio doméstico (Pessoa; Farias, 2021).

Em conformidade com uma pesquisa realizada por Pessoa e Farias (2021), com professoras que atuaram na educação básica durante a pandemia, encontrou-se como resultados que apontam que “[...] o ensino remoto provocou um cenário de desordem, de acúmulo de tarefas, maior do que o cotidiano de trabalho presencial, o que não nega que essa sobrecarga já se fazia presente [...]”.

Tal desordem provém em grande parte, pelas obrigações impostas pela capacitação constante dos professores do ensino básico para obterem conhecimento e domínio de novas ferramentas e tecnologias nunca utilizadas anteriormente, bem como o fato de todos os aspectos da vida estarem inseridos em um único ambiente, trazendo assim opressão a essas mulheres (Pessoa; Farias, 2021).

Quadro 20: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de Ciências Sociais enquadradas no eixo 2

Curso de Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura)	
Eixo 2: desafios impostos pelo ensino remoto emergencial	
Entrevistada:	
Patrícia	<p>“[...] eu não tinha a menor vontade de estudar, eu não via sentido [...] no início eu até tentei me dedicar mais, participar mais, só que eu não conseguia, me exigia muito até fisicamente conseguir assistir aulas, e depois cansada de trabalhar o dia todo na frente do computador, a última coisa que eu queria era continuar na frente do computador [...]”.</p> <p>“O EaD pra mim significou um tempo perdido honestamente, porque eu não conseguia aprender [...]”</p>
Geovana	<p>“Entre meu trabalho, que exigia que eu ficasse horas no computador ou no celular, ajudar meu filho, cuidar da casa, enfim, meus estudos ficaram em último lugar, infelizmente, porque eu gostava bastante do curso, mas eu não consegui dar o meu melhor [...]”</p> <p>“Era desgastante demais, depois de um dia tão cansativo, ainda ter que entrar pra</p>

	<p>assistir as aulas, e os professores ajudavam a gente, passavam atividades pra ajudar com o conteúdo, mas era muito difícil conseguir, sei lá, pelo menos meia hora pra sentar e ler um texto [...]”</p> <p>“Eu quase cheguei no meu limite e me custou muito concluir essa faculdade [...]”</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaborado pela autora

É possível observar nas falas trazidas pelas estudantes, como o ensino remoto afetou diretamente em seus desempenhos, em especial, como uma desmotivação. As duas entrevistadas, são mulheres que desempenhavam atividade de trabalho remunerado também remotas, o que de acordo o narrado por elas, tendia a causar situações de desgaste extremo ter que trabalhar durante o dia todo pelo computador, e depois seguir no computador para realizar as demandas universitárias.

Uma das inúmeras problemáticas do *home office* durante tal período, foi a ausência de interação e troca de experiências com colegas, além de uma unificação da vida pessoal com a vida profissional, pelo fato de ter-se atividades de cunhos diversos em um único espaço, e também se tratou de um processo de tempo extremamente limitado para momentos de lazer e descanso (Maia; Bernardo, 2020).

Portanto, entende-se pela realidade manifestada pelas duas entrevistadas, que o ensino remoto, aliado ao *home office*, se tratou de um período de opressão, em que a atividade de trabalho remunerada, se sobrepôs às atividades de estudos, e também de distração, descanso e lazer, levando a um desgaste no sentido psicológico e físico.

Quadro 21: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de Ciências Sociais enquadradas no eixo 3

Curso de Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura)	
Eixo 3: segregação de gênero a partir dos trabalhos de cuidado	
Entrevistada:	

<p>Patrícia</p>	<p>“Antes da pandemia, eu tinha ajuda de uma conhecida da minha família, que me dava uma mão em casa, e isso ajudava bastante, mas durante a pandemia, eu pedi para que ela parasse com os trabalhos, porque eramuito arriscado, a contaminação e tudo mais.”</p> <p>“Eu e minha filha que cuidamos da casa, de modo geral [...] mais eu do que ela, mas ela fazia uma parte [...] mas sempre foi assim, eu sempre fiz maior parte do trabalho quando era casada.”</p>
<p>Geovana</p>	<p>“Meu marido me ajudava em casa, só que com coisas poucas sabe [...] a gente não tinha muito bem uma divisão, ele me ajudava às vezes quando eu pedia [...]”</p> <p>“Eu me sentia incapaz quando não conseguia auxiliar meu filho, meus alunos ou meu marido e no final do dia sobrava serviço de casa pra fazer e tinha que ainda fazer a comida, quando dava tempo eu estudava o que conseguia [...].</p>

Fonte: elaborado pela autora

É importante destacar algumas questões referentes às falas expostas acima, fazendo recortes imprescindíveis com relação a pandemia. De acordo com Guimarães e Hirata (2020), a carga horária exacerbada de trabalho das mulheres, mesmo antes da pandemia, já era fruto

de obrigações socialmente impostas, mas que durante o período pandêmico se multiplicou pelo aparecimento de outros cuidados. Nas palavras de Guimarães e Hirata (2020, p.262),

“[...] no que concerne às mulheres, suas atividades domésticas e de cuidado aumentaram ainda mais com a multiplicação das responsabilidades já desigualmente distribuídas, às que se somaram a educação escolar das crianças e adolescentes (com interrupção do funcionamento presencial de creches e escolas, e organização do cotidiano no domicílio, *pari passu* com os seus encargos de trabalho profissional, quando existentes.”

Com esse retrato demonstrado pelas autoras, é facilmente perceptível como as entrevistadas podem ser inseridas nessa realidade, uma vez que passaram por um aumento significativo de trabalho, com um suporte mínimo e ainda iniciaram um processo de desempenho de outros cuidados que antes não faziam parte da rotina, como o cuidado com a educação dos filhos, variável presente na vida de ambas as mulheres em discussão.

Nos relatos de Patrícia foi possível observar também outra questão importante para debate, a terceirização do trabalho doméstico. De acordo com as discussões propostas por Guimarães e Hirata (2020), o trabalho doméstico terceirizado avança no sentido de ir contra a compulsoriedade e gratuidade do serviço desempenhado pelas “donas de casa”. Contudo explicitam que ainda permanece os padrões de invisibilidade do papel social da mulher, em que ela é inserida no mercado do cuidado quase que de modo automático.

Abaixo serão expostas as discussões realizadas a partir das falas das estudantes do curso de direito:

Quadro 22: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de Direito enquadradas no eixo 1

Curso de Direito	
Eixo 1: acúmulo de atividades geradoras de sobrecarga	
Entrevistada:	
Ana Clara	“Eu compreendo que eu tinha alguns privilégios em relação aos demais estudantes, até da minha sala mesmo, mas mesmo assim com essa organização de

	<p>estudos da pandemia, reuniões <i>online</i> e cuidado com a casa, e em algumas situações eu me senti perdida [...] e acabava desmotivada”</p> <p>“[...] Em meio a tantos acontecimentos diversos, eu perdia prazos de trabalho e atividades, o que não acontecia com frequência antes da pandemia [...]</p>
<p>Melissa</p>	<p>“Meu pai cobrava o porquê de algumas coisas não terem sido feitas em casa enquanto ele trabalhava, eu explicava que tudo estava acumulando, mas ele não entendia, porque pra ele eu só estudava [...].</p>

Fonte: elaborado pela autora

Em ambos relatos, as mulheres demonstraram que se sentiram de fato prejudicadas pelo ensino remoto, e pela organização do ensino em virtude da pandemia como um todo. As estudantes relataram que a mudança de rotina, e a saída de uma zona de conforto criada para elas em prol de seus estudos, fez com as suas graduações se tornassem mais difícil do que anteriormente.

É possível notar também que as nuances do trabalho doméstico como uma atividade feminina aparece mais adiante em suas falas, em que Ana Clara expõe que suas dificuldades eram resultantes de um acúmulo de trabalhos que antes da pandemia não eram seus, e no discurso de Melissa, expressa de forma nítida a cobrança do pai, a figura masculina presente em sua residência, pelo cuidado com a casa e demais atividades.

Ainda que nas duas situações se trate de jovens mulheres com condições financeiras favoráveis, e com um nível de privilégio acima da média, como reconhecido por elas mesmas, não pode-se descartar os desafios impostos a elas por esse período, e conseqüentemente como resultante de uma constante opressão de gênero.

Quadro 23: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de Direito enquadradas no eixo 2

Curso de Direito	
Eixo 2: desafios impostos pelo ensino remoto emergencial	
Entrevistada:	
Ana Clara	[...] Eu me sentia totalmente deslocada e sem compreensão das aulas em algumas disciplinas [...] a falta do contato diário e dos diálogos me deixa apreensiva [...]"
Melissa	<p>"Eu sentia que em algum momento eu iria somente ligar a câmera e esperar a aula passar, porque eu não conseguia compreender ou acompanhar o que acontecia toda semana, era muita coisa acontecendo ao mesmo tempo, nessas ocasiões eu somente chorava, porque me sentia perdida"</p> <p>"Mesmo tendo esse conforto, muitas matérias que eu podia antes lidar com os professores diretamente, trocar uma ideia, ter uma proximidade, [...] no ensino remoto eu sentia que era impossível expressar corretamente meu ponto de vista e minhas dúvidas"</p> <p>"Ah, por mim a faculdade suspendia aquelas aulas, ninguém conseguia de fato"</p>

acompanhar as aulas, pois a todo momento alguns de nós tinha que lidar com o vírus, familiares doentes, o medo do contágio e muitas mortes, entre outras coisas horríveis"

Fonte: elaborado pela autora

Diferentemente das entrevistadas dos outros cursos, as estudantes do curso de direito apresentaram um diferencial, em que são mulheres sem filhos, sem cônjuges, e que declararam possuir tempo de estudo destinado aos trabalhos e demandas da universidade.

Entretanto, em conformidade com os relatos, evidencia-se alguns desafios perpassados pela trajetória acadêmica das estudantes, em que a falta de contato com os colegas de classe, e docentes fizeram com o período pandêmico fosse dificultado, sendo que para elas se tratava de um momento essencial para a aprendizagem.

Além disso, elas expressam também sobre como a pandemia afetou diretamente o psicológico dos indivíduos, criando instabilidade e dificuldade para lidar com todas as demandas ao mesmo tempo, por conta das inúmeras mortes contabilizadas diariamente, o medo da contaminação e o luto constante.

Quadro 24: trechos das entrevistas com as estudantes do curso de Direito enquadradas no eixo 3

Curso de Direito	
Eixo 3: segregação de gênero a partir dos trabalhos de cuidado	
Entrevistada:	
Ana Clara	“Com a pandemia cada vez mais as funções eram distintas, meu pai achava que ele tinha que somente ajudar em algumas coisas e o restante era função de mulher, óbvio quenão era nessas palavras, porém era o que suas atitudes diziam [...]”

Melissa

[...] como as aulas eram virtuais criou-se a falsa sensação de que seria fácil, logo na primeira semana minha casa ficou desestruturada, a maioria de nós estávamos em home office e acumulou trabalho, faculdade e principalmente serviço de casa, todo dia um grande tempo meu e da minha mãe era gasto com a arrumação de casa"

"Olha eu sei que para outras pessoas essa época foi bem pior, mas era impossível lidar com tudo, o meu pai fazia algumas coisas dentro de casa, mas eu e minha mãe que fazíamos tudo [...]"

“Chegou a um momento que disse que não faria mais nada, eu surtei mesmo, pois se todos nós tínhamos a mesma carga horária de trabalho porque a divisão do serviço tinha que ser diferente?"

Fonte: elaborado pela autora

Como demonstrado pelo quadro 23, que refere-se ao eixo 3 da pesquisa, e centralizam os relatos das entrevistadas, que se alinham diretamente com a temática proposta por tal eixo, podem ser feitas algumas discussões pertinentes.

A estrutura familiar de ambas as estudantes do curso de direito são bem similares, bem como a distribuição desigual de tarefas. No caso de Ana Clara, ela demonstrou por meio de sua fala que seu pai desempenhava a menor parte dos serviços de cuidado, e ainda explicitava em suas ações que o cuidar da casa era um trabalho feminino.

No caso de Melissa, ela foi mais enfática em expor a desigualdade do trabalho realizado dentro de casa, uma vez que ela e sua mãe eram as responsáveis pelo cuidado

doméstico de forma integral enquanto tinham que lidar com suas demais demandas, de trabalho e de estudo.

Ambas expressam que dentro de suas residências, os pais, aqui no caso, os homens, possuíam uma visão de que o seus papéis no cuidado com a casa, era o de meros ajudantes ou auxiliares, o que é fruto da cultura disseminada socialmente, de que os trabalhos domésticos são qualidades de natureza feminina. A realidade apresentada por elas, manifesta uma nítida opressão, tanto a elas, quanto a suas mães, nesse contexto.

Feitas tais exposições, é importante trazer para a discussão o referencial teórico marxista, aqui em questão o materialismo histórico dialético e suas categorias. Utilizando o conceito de totalidade, que é explicitado por Tonet (2013, p.115),

[...] significa um conjunto de partes, articuladas entre si, com uma determinada ordem e hierarquia, permeadas por contradições e mediações e em constante processo de efetivação. Sua importância metodológica está fundada exatamente no fato de ser uma categoria que caracteriza a realidade em si mesma

Durantes as análises propostas aqui, embasou-se durante todo o processo no conceito de totalidade, em que serviu de suporte para entender como as partes se articulam para formar um todo, em que a realidade concreta das entrevistadas foi trazida justamente para compreender quais são essas partes e quais suas implicações no todo, ou seja, a vida concreta dessas mulheres.

É importante destacar também que a totalidade não se trata de uma abordagem que engloba necessariamente, tudo que compõe toda a realidade dos indivíduos sujeitos da pesquisa, mas sim, as relações, questões materiais mais relevantes para a compreensão do fenômeno pesquisado (Santos *et. al.*, 2018).

Pensando ainda na totalidade, é importante perceber a contraditoriedade presente em tal conceito, assim como a sua incorporação nas análises. Coelho (2010, p.10), expõe que “[...] a parte ao mesmo tempo revela e esconde o todo, e o todo não aparece como tal na parte”, o que se aproxima das análises realizadas na presente pesquisa, em que as partes foram as mulheres entrevistadas em específico, as suas subjetividades, que serviram para compreender um todo, ou seja, a realidade desafiadora do ensino remoto, aliado ao acúmulo de trabalho doméstico e a sobrecarga das mulheres nesse período.

Entretanto, se tratando de contraditoriedade, foi utilizado tal conceito de modo a não trazer a realidade de uma única mulher como uma verdade absoluta, e sim, tratá-la como um

dado válido, que a partir das junções de todas as partes que compõem tal realidade, tem-se então um agrupamento de fatores em comum entre as realidades apresentadas, que se tornam assim padrões.

No método materialista também é necessário que se tenha a compreensão de que a investigação inicial parte da realidade como ela é, e posteriormente os dados são analisados de modo crítico para visualizar se esses conceitos servem para explicar a realidade, tendo assim a superação da aparência (Marx, 2008).

Os dados obtidos por meio das análises, expressam que o período pandêmico, pode ser considerado um momento em que as mulheres foram de fato afetadas diferentemente, e em alguns casos de forma mais agravada. A partir da amostra escolhida para as entrevistas foi possível observar, que em grande parte dos casos, as mulheres tiveram sua realidade perpassada pela junção de trabalho remunerado, trabalho doméstico e ensino remoto aliados ao mesmo tempo, gerando acúmulo de trabalho.

É importante pontuar que todas as mulheres entrevistadas foram prejudicadas, em diferentes medidas, e de diferentes formas, mas conforme os relatos, existem nuances que interferem diretamente na construção ou ausência desses desafios ou dificuldades.

Por meio das entrevistas foi possível verificar uma relação direta entre as condições financeiras de cada uma e o seu nível de dificuldade enfrentada, em que em alguns casos o trabalho remunerado não se tratava de uma necessidade, como no caso de 2 entrevistadas que viviam com os pais, e tinham suporte financeiro integral, desempenhavam atividade remunerada, mas por uma questão de independência ou aprendizagem.

Nesses casos foi observado a partir das falas de cada uma, que o desempenho das atividades acadêmicas foram prejudicadas, mas no sentido de interferências na concentração, falta de disposição, acúmulo de atividades, e desorganização da rotina proveniente das mudanças trazidas pela pandemia.

Ainda que o caso das entrevistadas em questão, tenha sido afetado pelo trabalho doméstico, ao que tiveram que desempenhar mais atividades desse cunho do que anteriormente, se difere do cenário de maior parte das mulheres que atuam no mercado de trabalho para prover para seu sustento e de modo complementar ou integral da renda de suas famílias.

Aliado a isso, integra-se aqui, as situação de cuidado de terceiros, em que as mulheres que declararam serem casadas e com filhos, trouxeram por meio de seus discursos ainda mais demandas que essa realidade pandêmica proporcionou, como os cuidados básicos diários

como alimentação e organização da rotina, como também o amparo contínuo nos estudos dos filhos, isso tudo ainda em um contexto com nenhum suporte dos cônjuges.

Nota-se também que o cuidado doméstico é em todos os casos levantados, realizado e visto como uma atividade exclusivamente feminina, em que as mulheres que possuem cônjuges são as principais propiciadoras dos trabalhos de cuidado, no caso das entrevistadas que moravam com os pais, denunciaram que as suas mães eram quem mantinham o lares, e ainda nos casos em que havia atuação de uma trabalhadora remunerada em casa, se tratava de uma mão de obra feminina.

Fica evidente, que o trabalho de cuidado de terceiros representou de fato um papel crucial no acúmulo de trabalho para as mulheres, ao passo que os estudos, e atividades acadêmicas foram deixados em segundo plano, dificultando assim, em maioria dos casos a permanência dessas mulheres na universidade.

Portanto, tendo em mente os objetivos estabelecidos pela pesquisa, pode-se entender que o período pandêmico afetou de forma significativa a trajetória dessas mulheres, criando e acirrando ainda mais desafios, e isso se deve ao fato da extensa história da designação do trabalho de cuidado às mulheres, visto que em todos os casos há a presença de tais trabalhos, que conseqüentemente atuam diretamente no acúmulo de trabalho, e na redução de tempo para os estudos.

Aparece também uma relação direta com a classe social, em que possibilita de fato maior conforto, e inclusive traz a existência de uma possível terceirização do trabalho de cuidado, que é a realidade de algumas das entrevistadas, sendo assim, imprescindível fazer tal recorte para entender qual a lógica e as determinações que compõem a realidade dessas mulheres e suas dificuldades.

A partir das entrevistas e dos apontamentos feitos a partir do referencial teórico adotado foi possível ter uma maior dimensão de como a universidade se organizou para atender os estudantes, mas ainda de forma mais profunda, foi evidenciado com especificidade como as relações, a estruturação familiar, a classe social, renda e principalmente nesse caso, o gênero, precisam ser entendidos para compreender de fato quem são essas estudantes a partir de suas posições na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada de forma bibliográfica, por meio da revisão de literatura sobre as principais categorias do trabalho, pode-se ter como considerações, que o período pandêmico representou de fato um acirramento de questões como o trabalho doméstico não remunerado, que gera uma conseqüente exploração em vistas do desempenho da função como dom ou aptidão natural, além da exploração da mão de obra terceirizada da mulher, ao se considerar o trabalho doméstico, ou seja, de cunho de cuidado em geral como essencial.

Assim, no caso da mulher universitária, para compreender se houve dificuldades (entendendo-as assim, como empecilhos em um nível mais elevados), ou desafios, é necessário obter um conhecimento mais aprofundado do local que essa mulher está inserida, fazendo recortes de gênero, raça, e classe para tal. As mulheres, em sua categoria geral, são afetadas pelo capitalismo e o patriarcado, mas não de forma homogênea, há, conforme os recortes feitos, um acentuamento dos empecilhos enfrentados em cada caso específico.

Nota-se pela queda no ingresso na Universidade, que as mulheres já passaram por um percalço nesse período, sendo até um certo retrocesso levando em consideração o árduo caminho passado para que houvesse a reversão dos índices de mulheres inseridas na Universidade. Ainda cabe apontar, que mesmo com toda a inserção no ensino superior, as mulheres passam por dificuldades referentes a empregos de qualidade e bem remunerados e de prestígio.

A mulher privilegiada financeiramente, possui de fato uma posição mais confortável, e pode até mesmo adquirir a mão de obra da mulher pobre para suprir suas demandas de cuidado. Portanto, não é possível entender a pandemia, sem realizar os recortes de classe, e até mesmo raça, apenas priorizando o gênero dessas mulheres, mas é imprescindível o inserir como marcador geral, visto que todas as mulheres estão em desvantagem em determinadas medidas.

Conforme levantado por meio das entrevistas, observa-se diversas características que se relacionam diretamente com as categorias principais da pesquisa realizada de forma inicialmente de bibliográfica, como as questões de recortes feito por meio do gênero, a sobrecarga de trabalho de cuidado, e as dificuldades e desafios enfrentados pelas mulheres por conta das inúmeras tarefas diárias.

Com as entrevistas foi possível compreender a realidade de tais mulheres durante o contexto pandêmico, de uma forma mais abrangente e específica, visto que por meio de suas histórias observou-se o aparecimento das condições que fizeram com que os desafios fossem instaurados em suas vidas.

A partir do relatado, não é possível colocar todas as mulheres em um mesmo nível de sofrimento ou de desvantagem, pois cada uma possui determinações em suas realidades muito específicas que as tornam mais ou menos, e em diferentes medidas, suscetíveis ou propensas a maiores dificuldades, por isso, as hipóteses de se pensar em desafios, e não apenas dificuldades, se fez presente nas análises.

Os desafios são entendidos como questões que são fruto de uma condição muito específica, e em muitos casos, uma condição mais amena em comparação com casos extremos, que se traduzem como a dificuldade ou a impossibilidade de estudar por fatores mais atenuantes, como o fato de ter que realizar suporte financeiro integral a família ou o cuidado com os membros de sua residência, e ainda sofrer com abusos e opressões constantes.

As questões de classe são muito aparentes pelo discurso das entrevistadas, em que se nota uma nítida diferença de acordo com a renda de cada entrevistada, isso se deve ao fato de que o aspecto financeiro possibilita uma maior gama de oportunidades e acesso que em alguns casos é proveniente de terceiros, como os pais, e em outros é de origem da própria pessoa fazendo assim com que se tenha ainda maiores empecilhos, maior desgaste físico e mental, além de ter um tempo reduzido.

É nítido que as questões referentes ao cuidado estão entrelaçadas de forma muito contundente na realidade dessas mulheres, e de fato, pode-se concluir que sim, a divisão desigual de trabalho afeta e afetou o grupo de mulheres sujeitos da pesquisa de forma direta e latente, influenciando diretamente nas suas condições de permanência, e na qualidade dessa permanência durante suas graduações.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, T. M. C. de; ZANELLO, V. (org.). **Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas**. Brasília: Oab Editora, 2022. 509 p. Disponível em: <https://www.oab.org.br/publicacoes/pesquisa?termoPesquisa=panoramas#modal-publicacao>. Acesso em: 9 Fev. 2023.
- ALVES, A. C. F.; ALVES, A. K. S. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. *In: SEMINÁRIO CETROS - Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social*, 4, 2013, Fortaleza. **Anais**. Itaperi: UECE, 2013, p. 113-121. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17225-08072013-161937.pdf. Acesso em: 02 set. 2022.
- ALVES, B. M.; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 6.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 77 p.
- ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, 527 p.
- BALTIERI, C. **Trajetória, Dificuldades, e Permanência das mulheres no Ensino Superior**. 2022. 45 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/217391>. Acesso em: 18 Jan. 2023.
- BARBOSA, R. M.; MONTINO, M. A. MULHER UNIVERSITÁRIA: Dificuldades e superações para concluir o Ensino Superior. **Revista MultiDebates**, Tocantins, v. 4, n. 6, p. 170-182, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/305>. Acesso em: 10 Fev. 2022.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.
- BATISTA, M. S. S. **Materna na pandemia: experiências de mulheres mães universitárias em tempos de covid-19**. 2021. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/29925/1/2021_MilenaSashaSantosBatista_tcc.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.
- BELLO, L. Mulheres negras e o racismo. desafios e possibilidades na educação. *In: XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA*, 15., 2015, Mar del Plata. **Colóquio**. Mar del Plata: Cigu, 2015. v. 2, p. 1-17. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136122/101_00229.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 9 Mar. 2022.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 125-156, abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/cp/about/#about>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BHATIA, A. Mulheres e COVID-19: cinco coisas que os governos podem fazer agora. **ONU Mulheres**. 30 mar. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-e-covid-19-cinco-coisas-que-os-governos-podem-fazer-agora/>. Acesso em: 02 set. 2022.

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados**, v. 59, n. 3, p. 719-754, set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcOs/?lang=pt> Acesso em: 14, fev. 2023.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades: Limites da Democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, pp. 63-165. 2018.

BLAY, E. A. Trabalho Industrial x Trabalho Doméstico: a Ideologia do trabalho feminino. **Fundação Carlos Chagas**, 1975.

BLAY, E. A.; CONCEIÇÃO, R. R. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**, n. 76, p. 50-56, 1991. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1054>. Acesso em: 08 set. 2022.

BORIS, G. D.; CESIDIO, M. de H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012&lng=es&nrm=iso.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República: Casa civil. seção 7, Brasília, p. 1-7, 20 dez. 1996.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 fev. 2023.

BRASIL; MINISTÉRIO DO TRABALHO; AMPARO AO TRABALHADOR. **Qualificação Social e Profissional: Análise de Indicadores Seleccionados do Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015**. Nota técnica. 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/NTqualificacaoSocialProjetao.pdf>. Acesso em 14 Fev. 2022.

BRASIL. **Portaria nº 343**, 17 de março 2020. Diário Oficial da União. seção 1, Brasília, p.39-40, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 26 Ago. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória nº 934**, de 1 abr. 2020. Normas excepcionais sobre a duração do ano letivo. Diário Oficial da União, Brasília, 1 abr. 2020. Seção 1, p. 39. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141349#:~:text=E%20que%20as%20referidas%20dispensas,Fisioterapia%2C%20cumpridas%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20previstas>. Acesso em: 26 Ago. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e dá outras providências. Brasil: Diário Oficial, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. Portal. **Mulheres são maioria em universidades e cursos de qualificação**, 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/03/mulheres-saomaioria-em-universidades-e-cursos-de-qualificacao>. Acesso em: 16 jan. 2017.

BRASIL. **Portaria Normativa**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília-DF, Dez. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 20, Dez. 2022

CAMARGO, E. P. de. **O Método Materialista Histórico-Dialético em pesquisas do campo da política educacional: limites e possibilidades**. 2018. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2656>. Acesso em: 1 abr. 2022.

CARDOSO, M. R. G.; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 1-14, 25 maio, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001. http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

CARLOTO, C. M.; GOMES, A. G.. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, n. 105, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/KfWB5wmLstzBpvWjkKOYOpO/abstract/?lang=pt#> Acesso em 2 fev. 2022.

CASTRO, E. **PROINCA - Recepção de Calouros da UEMS será por meio de Eventos Virtuais**. 2021a. Disponível em: <http://www.uems.br/noticias/detalhes/proinca-recepcao-de-calouros-da-uems-sera-em-evento-s-virtuais-113447>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CASTRO, E. **Com a gravidade da pandemia, Comitê de Biossegurança da UEMS/CG altera recomendações**. Disponível em:

<http://www.uems.br/noticias/detalhes/com-a-gravidade-da-pandemia-comite-de-biosseguranc-a-da-uemscg-altera-recomendacoes-122127>. 2021b. Acesso em: 15 fev. 2023.

CNE (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO). **Reexame do Parecer CNE/CP nº 15**, de 6 de outubro de 2020, que tratou das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Parecer CNE/ CP nº 19/2020. 2020. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN192020.pdf?query=2020. Acesso em: 17 Nov. 2022.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 276 p., 2018.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COSTA, A; MELLO, I. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1999.

COSTA, N.; DIEGUEZ, P. Feminismo em revista: a União Universitária Feminina nas páginas do periódico *Jornal das Moças* (década de 1950). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 1, n. 79, p. 69-86, 2021. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/189941>. Acesso em: 24 set. 2021.

CUKIER, A. De la centralité politique du travail: les apports du féminisme matérialiste. *In*: BIDET, A., GALERAND, E., KERGOAT, D. **Analyse critique et féminismes matérialistes**, 2016, p. 151-173. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-du-genre-2016-3-page-151.htm>. Acesso 5 Abr. 2022.

DATAFOLHA; FORÚM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil (3ª Edição)**. 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em 8 Ago. 2022.

DATAPOPULAR; INSTITUTO AVON. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. 2015. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contr-a-mulhe-r-no-ambiente-universitario-data-popularinstituto-avon-2015/>. Acesso em: 15 Ago 2022.

D'ÁVILA NETO, M.I. **O autoritarismo e a mulher**: O jogo da dominação macho-fêmea no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980

DIAS, É.; PINTO, F. C. F. A Educação e a Covid-19. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 108, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mjDxhf8YGdk84VfPmRSxzcni/?lang=pt#> Acesso em 10 Fev. 2022

DUARTE, D. A. Pandemia e precarização do trabalho: um catalisador de vulnerabilidades.

Revista Laborativa, v. 10, n.1, p. 144 -154, abr./2021. Disponível em:

<http://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa> Acesso em: 15 jan. 2022.

ENGELS, F; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**, Editora Civilização Brasileira, 1984.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021

FEDERICI, S. **O ponto zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FISCHER, R. M. B. Mídia e educação da mulher: Uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. **Revista Estudos Feministas**, v.9, n.2, p.586-599, 2001.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/4tZBgz3WNxbf5dX4qdyKOJJ/abstract/?lang=pt> Acesso em 15 fev. 2023

FOSSÁ, M. I. T. **Proposição de um constructo para análise da cultura de devoção nas empresas familiares e visionárias**. 2003. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GATTIBONI, R. de C. K. A construção dos direitos humanos das mulheres. *In*: Congresso Internacional de Direitos humanos, 2021, Coimbra. Congresso. 2021, Coimbra: Sev, 1. v. 6, p. 1-9. Disponível em:

<https://trabalhoscidhcoimbra.com/ojs/index.php/anaiscidhcoimbra/article/view/614>. Acesso em: 9 Mar. 2022

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007

Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> Acesso em 28 dez. 2021

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL; FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL; PROEC - DAE. **Edital Nº057 / 2020- Auxílio**

para **Acesso Emergencial à Internet**. 2020a. Disponível em:

http://www.uems.br/assets/uploads/editais/da315692d0c28526dcc2c3ca3bd57c34/1_da315692d0c28526dcc2c3ca3bd57c34_2020-09-01_08-44-34.pdf. Acesso em: 15 de Set. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL; FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL; PROEC - DAE. **Edital Nº 062/2020 dos Alunos Contemplados com Auxílio para Acesso Emergencial à Internet**. 2020b.

Disponível em:

http://www.uems.br/assets/uploads/editais/da315692d0c28526dcc2c3ca3bd57c34/1_da315692d0c28526dcc2c3ca3bd57c34_2020-09-01_08-44-34.pdf. Acesso em: 15 de Set. 2022.

GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/tPvR4dWz5GzGCgn4c6GCZHp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 ago. 2022

GUEDES, O. de S.; DAROS, M. A. O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético. **Serviço Social em Revista**, v. 12, n. 1, p. 122–134, 2009. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10053>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GUILLAUMIN, C. Práctica del poder e ideia de Naturaleza. In. FALQUET, J.; CURIEL, O. (Orgs.) **El patriarcado al desnudo: tres feministas maerialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu**. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. **O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades**. Cotia: Ateliê Editorial, 2020.

GUIMARÃES, N. A. Gênero e trabalho. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p.145-146, 1 ago. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/78XyPvMG5cbqnfYKWLcnJBJ/?lang=pt>. Acesso em: 8 Fev. 2020.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 1, p. 151-180, jun. 2011. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/2238-38752011v117>. Acesso em: 1 abr. 2022.

GUIMARÃES, N. A. Casa e mercado, amor e trabalho, natureza e profissão: controvérsias sobre o processo de mercantilização do trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 25, n. 46, p. 59-77, abr. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/pNktSF8L6RzvQ5gCjWGvXsS/?lang=pt&format=pdf>

GUSSO, H. L. *et al.* Ensino Superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, n. 10, p. 1-27, 27 jul. 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/8yWPh7tSfp4rwtcs4YTxtfr/?lang=pt>. Acesso em:

HIRATA, H. Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 25-40, abr. 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.003>. Acesso em: 1 abr. 2022.

HIRATA, H. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14-27, 13 jun. 2018. Disponível em:
<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552> Acesso em: 4 jan. 2023

HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do *care*. São Paulo: Atlas S.A, 2012. Disponível em:
chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4120827/mod_resource/content/2/Zelizer%20%282012%29%20CuidadoCuidadoras_Cap1.compressed.pdf. Acesso em 08 set. 2021.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, A. O. *et al.* **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais: FGV Editora, 2008. p. 263-278. Acesso em:
chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/346000/mod_resource/content/0/HIRATA.%20KERGOAT.%20Divisao%20sexual%20do%20trabalho%20profissional.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, 595-609, set./dez. 2007. Disponível:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2022.

HODGES, C. *et al.* Diferenças entre o aprendizado online e o ensino remoto de emergência. **Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia**, Virginia, v. 2, n. 1, p. 1-2, 01 fev. 2020. Disponível em:
<https://escribo.com/revista/index.php/escola/article/view/17>. Acesso em: 22 Set. 2022.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 50, n. 129, p. 285-303, ago. 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/abstract/?lang=pt> Acesso em : 10, Fev. 2023.

IBGE. **Tabulações avançadas do censo demográfico** : resultados preliminares. 1970. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225483>. Acesso em: 16 Set. 2022.

IBGE. **Censo demográfico: 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade**. 1980. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772>. Acesso: 16 Set. 2022.

IBGE. Censo demográfico 1991 : agregado por setores : resultados do universo : Brasil. 1991. Disponível:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=293715>. Acesso em: 16 Set. 2022.

IBGE. Censo demográfico : 2000 : educação : resultados da amostra. 2000. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=786>. Acesso em 16 Set. 2022.

IMPrensa UEMS. Reitores do CRIE e Governo de MS se reúnem para deliberar medidas preventivas ao coronavírus (Covid-19). 2020a. Disponível em:

<http://www.uems.br/noticias/detalhes/reitores-do-crie-e-governo-de-ms-se-reunem-para-deliberar-medidas-preventivas-ao-coronavirus-covid-19-190005>. 2020. Acesso em: 15 fev. 2023.

IMPrensa UEMS. Contra fake news, Secretária Estadual de Saúde lança site sobre coronavírus. Disponível em:

<http://www.uems.br/noticias/detalhes/contra-fake-news-secretaria-estadual-de-saude-lanca-site-sobre-coronavirus-113035>. 2020b. Acesso em: 15 fev. 2023.

IMPrensa UEMS. CERNA/UEMS publica Nota Técnica sobre situação da Covid-19 na população indígena de Aquidauana/MS. 2021. Disponível em:

<http://www.uems.br/noticias/detalhes/cernauems-publica-nota-tecnica-sobre-situacao-da-covid-19-na-populacao-indigena-de-aquidauanams-144806>. Acesso em: 15 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico, Microdados, 2010. Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=987&t=ibge-divulga-indicadores-sociais-ultimos-dez-anos&view=noticia> Acesso em: 29 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Divulgação especial: mulheres no mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101641.pdf>. Acesso em 29 de set. 2021.

IPEA. A violência contra a mulher. Nota técnica. 2020. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190215_tema_d_a_violencia_contra_mulher.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

IPEA; ONU - MULHERES. Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil. Nota Técnica nº75. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, 2020. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10077/1/NT_75_Disoc_Vulnerabilidades%20das%20Trabalhadoras%20Domesticas.pdf. Acesso em: 5 Abr. 2022.

INEP. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Diretoria de Estatísticas Educacionais** (Deed), 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em 2 Abr. 2022.

INEP. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior 2019: notas estatísticas. Diretoria de Estatísticas Educacionais**, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em 2 Abr. 2022.

KAPLAN, A.M. HAENLEIN, M. Higher Education and the Digital Revolution: About MOOC, SPOCs, Social Media, and the Cookie Monster. **Business Horizons**, 59, 441-450, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2016.03.008> Acesso em 15 fev. 2022

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos, 1981.

LYCARIÃO, D.; ROQUE, R.; COSTA, D.. Revisão Sistemática de Literatura e Análise de Conteúdo na Área da Comunicação e Informação: o problema da confiabilidade e como resolvê-lo. **Transinformação**, v. 35, p. 22-27, 2023.

LUKACS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAIA, F. L.; BERNARDO, K. A. da S.; BRIDI, M. A. As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia COVID 19. *Norus*, Curitiba, v. 8, n. 14, p. 8-39, ago./dez. 2020. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/348053901_AS_CONFIGURACOES_DO_TRABALHO_REMOTO_DA_CATEGORIA_DOCENTE_NO_CONTEXTO_DA_PANDEMIA_COVID-19. Acesso 22 Set. 2023.

MALTA, D. C. *et. al.* A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 1-13, Jun. 2020
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/VkvxmKYhw9djmrNBzHsvrxr/?lang=pt>
Acesso em: 15 Mar. 2022

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed., São Paulo: Atlas S.A, 2003. 310 p. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india. Acesso em: 02 set. 2022.

MARKUS, G. **Marxismo e Antropologia: o conceito de “essência humana” na filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUES, M. C. XAVIER, K. R. L. A Gênese do Movimento Feminista e sua Trajetória no Brasil. *In: SEMINÁRIO CETROS*, 6., 2018, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza, 2018. v. 6, p. 1-14.

MARTINS, A. C. L. *et al.* O (não) lugar das mulheres na universidade. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 340-360, 31 dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/VkvxmKYhw9djmrNBzHsvrxr/?lang=pt> Acesso em: 15 fev. 2023.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad.: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da econômica política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978

MARX, K. **Miséria da Filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, K. O método da economia política. *In*: FERNANDES, Florestan (Orgs.). **Marx e Engels**: história. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 409-417. (Coleção Grandes Cientistas Sociais 36)

MATTA, C. M. B. DA .; LEBRÃO, S. M. G.; HELENO, M. G. V.. Adaptação, rendimento, evasão e vivências acadêmicas no ensino superior: revisão da literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n.3., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/mJmJYN5OLBpBKVLmNLnfdp/abstract/?lang=pt#> 10 Jan 2023

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Microdados do Censo da Educação Superior, 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 02 set. 2022.

MEC. CNE. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. **Parecer CNE/CP Nº: 5/2020**. 2020 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/85201-parecer-cp-2020#:~:text=Parecer%20CNE%20FCP%20n%C2%BA%205,da%20Pandemia%20da%20COVID%2D19>. Acesso em 13 Jul. 2022.

MEC. CNE. Prorrogação do prazo a que se refere o artigo 60 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, para implantação de instituições credenciadas e de cursos autorizados, em razão das circunstâncias restritivas decorrentes da pandemia da COVID-19. **Parecer CNE/CP Nº 10/ 2020**. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECPN102020.pdf. Acesso em: 14 Fev. 2022.

MEC; INEP. **Censo da Educação Superior 2021**. Divulgação dos resultados. 2021. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 15 set. 2022

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Edital nº 121/2019 processo seletivo das instituições de Ensino Superior (IES) para participação na operação de julho/2020 - Operação "loboguará" do Projeto Rondon**. 2019. Disponível em: <https://vlex.com.br/vid/edital-n-121-2019-859930995>. Acesso em: 11 Jan. 2023

MINISTÉRIO DA SAÚDE; SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. **Boletim Epidemiológico Especial Doença pelo Coronavírus COVID-19, nº44**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2021/boletim_epidemiologico_covid_44.pdf/view Acesso em: 25 Ago. 2022

OLIVEIRA, C. B. F. Maternidade, universidade e pandemia. **Mães queescrivem**, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://maesqueescrivem.com.br/maternidadeuniversidade-e-pandemia/>. Acesso em: 09 out. 2022.

ONU MULHERES. Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta. **ONU Mulheres**, mar. 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/ONU-MULHERESCOVID19_LAC.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. Dialética Singular-particular-universal: implicações do método Materialista Dialético para a Psicologia DIALÉTICA SINGULAR-PARTICULAR-UNIVERSAL: IMPLICAÇÕES DO MÉTODO MATERIALISTA DIALÉTICO PARA A PSICOLOGIA. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 362-371, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>. Acesso em: 1 abr. 2022.

PEREIRA, S. de O. G.; NUNES, J. B. A presença das mulheres no Ensino Superior e o papel das políticas de permanência das universidades federais brasileiras.. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23378>. Acesso em: 01 Jan. 2022

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.

PIRES, A. Covid 19 y la educación superior en Brasil: usos diferenciados de las tecnologías de la comunicación virtual y las desigualdades educativas. **Educación**, Lima, v. 30, n. 58, p.

83-103, enero, 2021. Disponível em:
www.scielo.org.pe/pdf/educ/v30n58/2304-4322-educ-30-58-83.pdf. Acesso em: 21 out. 2021.

QUEIROZ, T. UEMS prorroga atendimento remoto em todas as Unidades

Universitárias. 2020a. Disponível em:

<http://www.uems.br/noticias/detalhes/uems-prorroga-atendimento-remoto-de-4-a-17-de-maio-em-todas-as-unidades-universitarias-131249>. Acesso em: 15 fev. 2023.

QUEIROZ, T. UEMS antecipa recesso acadêmico para período de 4 a 17 de maio.

2020b. Disponível em:

<http://www.uems.br/noticias/detalhes/uems-antecipa-recesso-academico-para-periodo-de-4-a-17-de-maio-134333>. Acesso em: 15 fev. 2023.

QUEIROZ, T. UEMS segue com atividades administrativas remotas em Janeiro/2021. Disponível em:

<http://www.uems.br/noticias/detalhes/uems-segue-com-atividades-administrativas-remotas-em-janeiro2021-112407>. 2021. Acesso em: 15 fev. 2023.

RIBEIRO, A. I. M. Mulheres educadas na colônia. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RODRIGUES, N. T.; ARAÚJO, Wécio Pinheiro. A acumulação primitiva à luz da crítica feminista. **Revista Problemata**, Paraíba, v. 10, n. 4, p. 498-507, 1 jan.

2019. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7856612.pdf> Acesso em: 6 Jan 2023

ROBAINA, C. R. de S. **O conceito de contradição em Hegel e seu desdobramento na obra de Marx**. 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2911?mode=full> Acesso em 27 set. 2020.

RODRIGUES, G. Reuniões do Projeto Rondon são adiadas e novos prazos publicados. 2020. Disponível em:

<http://www.uems.br/noticias/detalhes/reunioes-do-projeto-rondon-sao-adiadas-e-novos-prazos-publicados-113034>. Acesso em 7 Abr. 2022.

ROSA, E. UEMS suspende aulas de português para estrangeiros. Disponível em:

<http://www.uems.br/noticias/detalhes/uems-suspende-aulas-de-portugues-para-estrangeiros-092249>. 2020. Acesso em: 15 fev. 2023.

ROSEMBERG, F. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 4, n. 107, p. 7-40, jul. 1999. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/Cn3jPxxZDYnFbDVCXDOZNGL/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 13 Mar. 2022.

SEDHAST/MS. Dispõe sobre a suspensão dos prazos de inscrição no Programa Vale Universidade Indígena, previsto na RESOLUÇÃO SEDHAST Nº 212, DE 2 DE MARÇO

DE 2020, em razão da pandemia mundial do COVID-19, declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS, visando a prevenção do contágio da doença. **Resolução Normativa SEDHAST/MS nº 217**. 2020. Disponível em: <https://www.coronavirus.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Normativa-SEDHAST-MS-n%C2%BA-217-DE-23-DE-MAR%C3%87O-DE-2020.pdf>.

Acesso em: 19 Jan. 2022.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528 p.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMPAIO, R. C; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021.

SANTOS, F. M. dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 383-387, maio, 2012. Disponível em : <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qeXn8fqTsLOJ:https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/download/291/156&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul. - dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>. Acesso em 1 out. 2023

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **O trabalho e a vida das mulheres na Pandemia**. 2021. Disponível em: <https://mulheresnapandemia.sof.org.br/>. Acesso em: 02 set. 2022.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). “Sem parar. O Trabalho e a Vida das Mulheres na Pandemia”. Relatório, 30.07.2020. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>. Acesso em 5 fev. 2022.

SAVIANI, D. Introdução. In: SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1991.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, C. P. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 134, p. 34-51, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dQkkhqYS3WDkMNX3N44JCKf/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2021.

SILVA, J. M. S. *et.al.* A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO E A SOBRECARGA DA MULHER-MÃE NA PANDEMIA. **Feminismos**, v. 8, n. 3, p. 149-161, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>
Acesso em: 05 Mar. 2021

SILVA JÚNIOR, J. R. Entrevista com Prof. João dos Reis Silva Júnior. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 4, n. 3, p. 746–753, set./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653081>. Acesso em: 25 out. 2021.

STAMATTO, M. I. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil: 1549-1910). In **Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2. 2002. Disponível em: <https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf>. Acesso 16 Mai. 2022.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TOZONI-REIS, M. F. de C. O Método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação. **Revista Simbo-Lógica**, São Paulo, v. 12, n. 17, p. 67-84, Fev, 2020. Disponível em: https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/o_metodo_materialista_historico_e_dialetico.pdf. Acesso em: 8 Jan. 2023.

TRAGTENBERG, M. A delinquência acadêmica. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 2, n. 14, jul. 2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40630> Acesso em 6 Abr. 2022

TRAGTENBERG, M. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

UEMS. **Portaria UEMS N.º 016**, de 13 de março de 2020. 2020a. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/noticias/0a8f0e9999cad632100b07888b284c79/1_0a8f0e9999cad632100b07888b284c79_2020-03-15_10-05-58.pdf. Disponível em 12 Fev. 2022.

UEMS. **Portaria UEMS N.º 018**, de 16 de março de 2020. 2020b. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/noticias/3db71afa7ad1b2625da9fe62630c2ec8/1_3db71afa7ad1b2625da9fe62630c2ec8_2020-03-15_22-26-00.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022

UEMS. **Relatório Anual de Gestão das Unidades Universitárias da UEMS**. Unidade Paranaíba, Edição 2020. 2020c. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/proap/planejamento/1_2021-05-13_11-28-43.pdf. Acesso em 17 Jan. 2023.

UEMS. **Guia de Retomada Gradual de Atividades Presenciais na UEMS**. 2021a. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/noticias/b9f60d1525bd2e9971c10a76b2e28eb6/1_b9f60d1525bd2e9971c10a76b2e28eb6_2021-09-15_17-55-23.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023

UEMS. **Relatório Anual de Gestão das Unidades Universitárias da UEMS**. Unidade Paranaíba, Edição 2021. 2021b. Disponível em:

http://www.uems.br/assets/uploads/proap/planejamento/1_2021-05-13_11-28-43.pdf. Acesso em 17 Jan. 2023.

URUE, R. **UEMS constitui Comitê Multidisciplinar de Ações de Urgências e Emergências em Saúde.** 2020a. Disponível em: <http://www.uems.br/noticias/detalhes/-uems-constitui-comite-multidisciplinar-de-acoes-de-urgencias-e-emergencias-em-saude-100558>. Acesso em: 15 fev. 2023.

URUE, R. **Em votação histórica, UEMS aprova Proposta para Aulas Remotas.** Disponível em: <http://www.uems.br/noticias/detalhes/em-votacao-historica-uems-aprova-diretrizes-para-aulas-remotas-160634>. 2020b. Acesso em: 15 fev. 2023.

URUE, R. **Confira a Lista de Cursos da UEMS que retomam aulas remotas no dia 15/06.** Disponível em: <http://www.uems.br/noticias/detalhes/confira-a-lista-de-cursos-da-uems-que-retomam-aulas-remotas-no-dia-1506-094017>. 2020c. Acesso em: 15 fev. 2023.

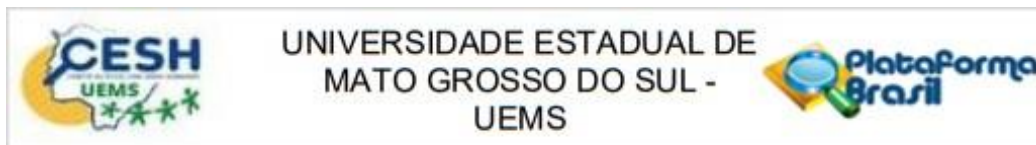
URUE, R. **CRIE-MS aprova Planejamento de Ações para 2022.** 2021 Disponível em: <http://www.uems.br/noticias/detalhes/crie-ms-aprova-planejamento-de-acoes-para-2022-105828>. Acesso em: 15 fev. 2023.

YANAGUITA, A. I. As políticas educacionais no Brasil nos anos 1990. *In: XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Íbero-Americano de Política de Administração da Educação*, 2011, São Paulo. **Cadernos ANPAE**. Niterói - RJ: ANPAE, 2011. v. 10. p. 1-13. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0004.pdf> Acesso em 7 Dez. 2022.

ZANELLO, V. **Saúde Mental, gênero e dispositivos.** Cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018

APÊNDICES:

Parecer favorável do comitê de ética em pesquisa:



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MULHERES, PANDEMIA E ENSINO SUPERIOR: um estudo sobre os desafios de permanência de mulheres nos cursos de graduação da UEMS, Unidade de Paranaíba/MS, durante o período pandêmico

Pesquisador: Estefani Gabrieli Alves De Souza

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 64684822.7.0000.8030

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.886.533

Apresentação do Projeto:

Prezado (a) pesquisador (ora) a pesquisa apresenta informações básicas da pesquisa atendendo o preenchimento da área temática (Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, item 3.3.a); assinaturas (Norma Operacional CNS Nº 001 de 2013, item 3.3.a) e campos de preenchimento (Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, item 3.3.a). A apresentação está adequada às solicitações do comitê.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos primários e secundários foram adequados à metodologia e os critérios de inclusão e exclusão foram detalhados no projeto original, TALE e TCLE conforme Norma Operacional CNS nº 001 de 2013, item 3.4.1.4

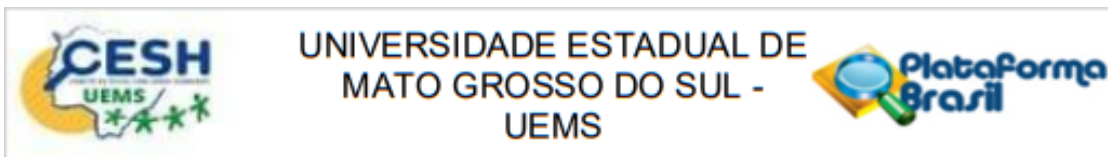
Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os "Riscos" e "Benefícios" solicitados no projeto, TALE e TCLE foram adequados e reestruturados ao público envolvido, adequando-se à Resolução CNS nº 466 de 2012, item II.22

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa atendeu alterações acerca da Metodologia, Cronograma; Orçamento; Critérios de inclusão; Critérios de exclusão; Riscos; Benefícios e Divulgação do resultado da pesquisa. Incluindo todas as alterações no projeto e TALE e TCLE, conforme indicações.

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351, Bloco A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 5.886.533

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O Termo Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e TALE atenderam as alterações solicitada;

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CESH/UEMS, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510 de 2016, na Resolução CNS n.º 466 de 2012 e na Norma Operacional n.º 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO em virtude do (a) pesquisador(a) ter atendido as recomendações do parecer anterior. Conforme orientações das resoluções vigentes que regem a ética em pesquisa com seres humanos:

* O pesquisador deve comunicar qualquer evento adverso ou alteração feita na pesquisa, imediatamente ao Sistema CEP/CONEP;

** O pesquisador deve apresentar relatório final ao Sistema CEP/CONEP, via notificação na Plata-forma Brasil.

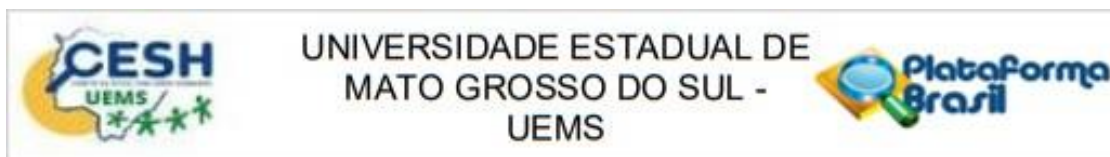
DURANTE A PANDEMIA CAUSADA PELO SARS-CoV-2, CONSIDERAR:

Solicitamos aos pesquisadores que se atentem e obedeçam às medidas de segurança adotadas pelos locais de pesquisa, pelos governos municipais e estaduais, pelo Ministério da Saúde e pelas demais instâncias do governo devido a excepcionalidade da situação para a prevenção do contágio e o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).

As medidas de segurança adotadas poderão interferir no processo de realização das pesquisas envolvendo seres humanos. Quer seja no contato do pesquisador com os participantes para coleta de dados e execução da pesquisa ou mesmo no processo de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido-TALE, incidindo sobre o cronograma da pesquisa e outros.

Orientamos ao pesquisador na situação em que tenha seu projeto de pesquisa aprovado pelo CEP e em decorrência do contexto necessite alterar seu cronograma de execução, que faça a devida "Notificação" via Plataforma Brasil, informando alterações no cronograma de execução da

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351 4 Bloca A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br



Continuação do Parecer: 5.886.533

pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2042609.pdf	01/01/2023 18:45:45		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_Estefani_0101.docx	01/01/2023 18:41:28	Estefani Gabrieli Alves De Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_0101.pdf	01/01/2023 18:40:53	Estefani Gabrieli Alves De Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_0101.pdf	01/01/2023 18:40:18	Estefani Gabrieli Alves De Souza	Aceito
Outros	Roteiro_entrevista.pdf	31/10/2022 12:43:24	Estefani Gabrieli Alves De Souza	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_compromisso_assinado.pdf	31/10/2022 12:38:32	Estefani Gabrieli Alves De Souza	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termo_de_anuencia.pdf	31/10/2022 12:36:34	Estefani Gabrieli Alves De Souza	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada.pdf	31/10/2022 12:35:41	Estefani Gabrieli Alves De Souza	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DOURADOS, 10 de Fevereiro de 2023

Assinado por:
alessandra aparecida vieira machado
(Coordenador(a))

Endereço: : Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, Caixa postal 351, Bloco A, sala 11, piso superior
Bairro: Cidade Universitária de Dourados - MS **CEP:** 79.804-970
UF: MS **Município:** DOURADOS
Telefone: (67)3902-2699 **Fax:** (67)3902-2364 **E-mail:** cesh@uems.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA



TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "MULHERES, PANDEMIA E ENSINO SUPERIOR: um estudo sobre os desafios de permanência de mulheres nos cursos de graduação da UEMS, Unidade de Paranaíba/MS, durante o período pandêmico", sob a coordenação e a responsabilidade da Pesquisadora Estefani Gabrieli Alves de Souza, e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de 10 / 2022 a 02 / 2023, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Paranaíba/MS, 31 de outubro de 2022.

Nome – cargo/função
Sheila Aparecida Villa Rosa
Portaria "P"/UEMS nº 393 de 03/09/2016
Gerec/Uems Paranaíba

Roteiro de entrevista semiestruturada:

MULHERES, PANDEMIA E ENSINO SUPERIOR: um estudo sobre os desafios de permanência de mulheres nos cursos de graduação da UEMS, Unidade de Paranaíba/MS, durante o período pandêmico

Pesquisadora responsável: Estefani Gabrieli Alves de Souza

ROTEIRO ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

Parte 1 – Identificação Pessoal

1. Qual sua idade?
2. Qual seu estado civil?
3. Você tem filhos?
4. Em caso afirmativo, são crianças em idade escolar?
5. Você desempenha alguma atividade remunerada? Trabalha fora de casa?
6. Você é responsável ou parcialmente responsável pela renda de sua família?
7. Qual a sua cor segundo IBGE?
8. Qual sua Renda Familiar segundo o IBGE?
9. Cidade onde mora?
10. Zona Urbana ou Rural?
11. O que te motivou a ingressar na universidade?
12. Quantas pessoas antes de você na sua família ingressaram no Ensino Superior?
13. Quantas dessas pessoas eram mulheres?
14. O seu cônjuge possui uma graduação, cursa ou cursou algum curso de ensino superior?
15. Você trabalha fora de casa ou desempenha alguma atividade remunerada?
16. Quem na sua residência desenvolve a maior parte das atividades domésticas?

Parte 2 – Ensino Remoto e Pandemia

1. No processo de ensino do(s) filho(s), você desempenhou algum papel durante a pandemia? Qual?
2. Durante a pandemia, você foi responsável diretamente pela tutela de alguém (pais, tios, filhos, sobrinhos, etc.)
3. Como você caracteriza o período de ensino remoto de acordo com a sua experiência?
4. Durante o período pandêmico, você possuía algum horário específico dedicado aos estudos?
5. Você considera que houve mudanças no desempenho das atividades domésticas durante o pandemia?"
6. Você consideraria que possuiu uma rede de apoio durante esse período?
7. Durante a pandemia, você realizou alguma participação em projetos de pesquisa, ensino ou extensão?
8. Neste período, você realizou estágios (obrigatórios ou não obrigatórios)?
9. Como você diria que se configura a distribuição de tarefas em sua casa?
10. Como a sua instituição de ensino se organizou para se ajustar às demandas criadas pela pandemia?
11. A respeito do seu próprio processo de ensino. Em caso de dúvidas a respeito dos conteúdos de seu curso, de que forma você buscava solucioná-las?
12. Como você avalia a suas condições de permanência na universidade antes da pandemia? E durante?
13. Quais seriam os pontos positivos que você destacaria a respeito do Ensino Remoto Emergencial?
14. Quais seriam os pontos negativos que você destacaria a respeito do Ensino Remoto Emergencial?

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE):**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Nome completo da participante: _____

CPF: _____

RG: _____

Telefone/ Celular ou e-mail: (___) _____

A Sra./Srta está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa “MULHERES, PANDEMIA E ENSINO SUPERIOR: um estudo sobre os desafios de permanência de mulheres nos cursos de graduação da UEMS, Unidade de Paranaíba/MS, durante o período pandêmico” cuja pesquisadora responsável é Estefani Gabrieli Alves de Souza.

O objetivo principal do trabalho consiste em investigar por meio da realização de entrevistas de que forma o período da pandemia afetou ou dificultou a permanência de mulheres nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, especificamente na unidade universitária de Paranaíba/MS, cidade de realização da pesquisa

A Sra./Srta. está sendo convidada pelo fato de possuir as características necessárias para que contribua para que os objetivos da pesquisa sejam alcançados, como o fato de pertencer ao grupo específico (mulheres), e ser aluna de algum dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na unidade universitária de Paranaíba/MS, durante o período pandêmico (a partir de março de 2020), e ter enfrentado desafios em desempenhar as atividades acadêmicas durante esse período.

A Sra./Srta. possui total liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer momento da pesquisa, sem nenhum tipo de penalização. Além disso, é assegurado o seu direito de pedir mais esclarecimentos e informações no decorrer de todo o processo, assim como se recusar a responder qualquer uma das perguntas.

Durante todo o processo, você está autorizada a fazer perguntas relacionadas a pesquisa, e outros questionamentos, por exemplo, sobre como as informações serão utilizadas e qual a importância de sua participação para a pesquisa. Para que todas as suas dúvidas sejam esclarecidas, adianto que você terá total liberdade para se expressar, bem como demonstrar contentamento e/ou descontentamento.

O consentimento para início das entrevistas será obtido por meio da autorização concedida pelo participante (ou seu responsável legal) através de assinatura de termo de consentimento equivalente a cada caso, e você poderá ter acesso a esse documento durante qualquer etapa da pesquisa. É incentivado que caso aceite, a participante guarde uma cópia de tal documento.

Caso aceite, sua atuação consiste em participar de entrevistas com a pesquisadora responsável, que terão a duração entre 1 hora e 1 hora e 30 minutos, e caso necessário, você será convidada para uma segunda entrevista para mais esclarecimentos com a mesma duração máxima da anterior.

A entrevista será feita a partir de perguntas de acordo com suas experiências de vida, relativas ao seu período pandêmico, com relação aos desafios encontrados para que as atividades e demandas exigidas pela universidade fossem cumpridas. Serão realizadas perguntas a respeito das dificuldades ou desafios encontrados, que vieram a interferir em seus estudos, de modo a apontar a origem de tais problemas.

As entrevistas serão realizadas a partir do modelo não-estruturado, que consiste em perguntas que servem para guiar a conversa de forma mais aberta, deixando o entrevistado mais livre para responder da forma que se sentir mais a vontade. Inicialmente busca-se compreender o perfil das entrevistadas, além de entender o melhor de seus desafios enfrentados. A interpretação dos dados obtidos será feita por meio da Análise de conteúdo, em que se procura realizar uma conexão entre o discurso e as características de cada indivíduo. Além disso, na interpretação, será feita a divisão entre os períodos antes e durante a pandemia, entendendo também as entrevistadas conforme o seu curso de graduação que realizam/realizavam.

É assegurado às entrevistadas acesso ao teor do conteúdo da pesquisa a ser realizada, dados obtidos, e interpretações feitas. Cabe mencionar também, que mesmo após o aceite, caso considere necessário, você poderá ter acesso as perguntas que serão feitas, para que consiga realizar uma tomada de decisão consciente.

Como forma de registro, serão feitas gravações de áudio durante as entrevistas, para posterior detalhamento, análise e interpretação das falas presentes nas entrevistas que servirão

para compor a dissertação da pesquisadora, e futuras publicações. É garantia do participante a confidencialidade e privacidade, de modo com que tais gravações não serão divulgadas em nenhum momento, ainda que haja a impossibilidade de exclusão.

Por se tratar de uma pesquisa realizada por meio de entrevistas com seres humanos, apresentam possíveis riscos, como: cansaço, aborrecimento, constrangimento ou desconforto ao ter que responder os questionamentos feitos pela pesquisadora. São possíveis eventuais danos, com relação ao aspecto psíquico e moral das participantes, dada a natureza sensível e particular dos questionamentos.

Para minimizar possíveis danos causados às participantes, as entrevistas serão realizadas em sua própria instituição de ensino, além de ser assegurado que podem deixar de responder qualquer questionamento, realizar quantas pausas julgarem necessárias entre as perguntas, ou até mesmo retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa.

A pesquisa pode trazer como benefício para os participantes, maior reconhecimento de suas próprias realidades, levando a possíveis reflexões positivas que os auxiliem na construção de suas identidades.

Se julgar necessário, a Sra./Srta. dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. Além disso, você pode ter acesso ao termo assinado por você no momento em que quiser, e você pode realizar a leitura e releitura quantas vezes acreditar necessário. Solicito que você guarde uma cópia digital de tal documento para a sua segurança.

Garantimos à Sra. Srta., quando e se necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Tal ressarcimento é de responsabilidade da pesquisadora, mediante a comprovação de tais imprevistos geradores de despesas.

Asseguramos a Sra./Srta. o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/índiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário. Ainda serão garantidas formas de assistências que forem necessárias para a sua participação (tradutor de linguas estrangeiras, intérprete de libras, etc.)

Garantimos a Sra./Srta. a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica, em que a Sra./Srta. não será identificada em nenhuma etapa de registros, bem como é

assegurado o acesso aos resultados obtidos com a pesquisa, sendo eles divulgados em meios de comunicação acessíveis ao público entrevistado.

A Sra./Srta. pode entrar em contato com a pesquisadora responsável, Estefani Gabrieli Alves de Souza, a qualquer tempo para informação adicional por meio do contato de e-mail: gabiestefani99@gmail.com.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas vias, que serão assinadas em todas as suas páginas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)/Srta, ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Paranaíba/MS, _____/_____/_____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

Termo de Assentimento (TALE)**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Nome completo da participante: _____

CPF: _____

RG: _____

Telefone/ Celular ou e-mail: (____) _____

Você está sendo convidada para participar da pesquisa chamada “MULHERES, PANDEMIA E ENSINO SUPERIOR: um estudo sobre os desafios de permanência de mulheres nos cursos de graduação da UEMS, Unidade de Paranaíba/MS, durante o período pandêmico”, que está sendo realizada pela pesquisadora Estefani Gabrieli Alves de Souza.

A pesquisa tem o propósito de realizar entrevistas para entender melhor como a pandemia pode ter afetado seu processo de ensino em um dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, especificamente na unidade universitária de Paranaíba/MS, cidade de realização da pesquisa.

Você está sendo convidada por ter o perfil considerado dentro do tema a ser pesquisado, ou seja, por ser mulher e por ter cursado a sua graduação na universidade mencionada durante o período da pandemia (a partir de março de 2020).

Ao aceitar participar da pesquisa, você tem todo o direito de desistir de sua participação, em qualquer momento, sem nenhuma punição ou prejuízo a você. Além disso, você possui o direito de fazer perguntas para tirar suas dúvidas durante todo o processo, e também não precisa responder o que não se sentir confortável.

Durante as etapas da pesquisa, você possui o direito de fazer qualquer pergunta que achar importante. Para autorizar a sua participação, você assinará o presente termo,

declarando que compreendeu e concorda com os termos, além da assinatura de seu responsável legal.

Caso aceite, você participará de entrevistas, em que a pesquisadora fará perguntas sobre a sua vida com relação ao período da pandemia, especialmente as dificuldades que de algum modo atrapalharam seus estudos. O modelo de entrevista será o chamado "não-estruturado", em que a pesquisadora possui um roteiro escrito anteriormente, mas que não precisa ser seguido à risca, podendo surgir mais perguntas, e deixar a entrevistada mais tranquila para falar livremente.

As entrevistas terão o tempo máximo de 1 hora e trinta minutos e espera-se que apenas uma entrevista seja necessária para responder as questões. Caso precise, você será chamada para mais uma entrevista para que a pesquisadora tire as dúvidas restantes, que terão a mesma duração máxima que a entrevista inicial, e também será opcional, você podendo negar a participação.

As entrevistas serão feitas para entender melhor o seu perfil e a suas dificuldades naquele período. As informações serão interpretadas de forma teórica, em que serão usados métodos científicos para compreender cada caso das entrevistadas, levando em consideração o antes e o durante a pandemia, e também vendo as diferenças entre cada curso.

Você poderá ter acesso ao conteúdo das perguntas para saber se sente confortável em responder e concordar em participar de forma consciente, assim como terá acesso as interpretações e resultados que forem alcançados pela pesquisadora. Os resultados serão divulgados, sem identificá-la, em meios de comunicação científicos acessíveis a seu acesso.

Durante as entrevistas, serão utilizadas gravações de áudio, para registrar, mas a sua privacidade e segurança são garantidas, visto que a pesquisadora assinará um termo se responsabilizando por não fazer nenhuma divulgação do conteúdo, ainda que haja a impossibilidade de exclusão.

É possível que você sinta alguns incômodos, como: cansaço, aborrecimento, constrangimento ou desconforto, por se tratar de perguntas sobre sua vida particular. Para que você se sinta mais confortável as entrevistas serão feitas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, por ser um local de seu conhecimento, além de que você poderá não responder as perguntas que não se sentir à vontade, além de fazer pausas caso necessário, ou até mesmo deixar desistir de participar.

Participar da pesquisa pode ser positivo para que você consiga compreender melhor sua realidade assim como refletir sobre suas dificuldades. Você possui a liberdade de consultar quem achar necessário antes de confirmar a sua participação.

Você possui a garantia de que terá a quantia que gastou para participar devolvida a você, caso opte por desistir ou apresente uma justificativa e comprovante para tal. Além disso, você terá direito a assistência caso sofra algum dano, além de assegurar a sua privacidade e sigilo, em todas as etapas da pesquisa, assim como, no processo de divulgação dos resultados. Caso seja o seu preciso, você terá a assistência que necessitar para participar da pesquisa, como por exemplo, (tradutor de línguas estrangeiras, intérprete de libras, etc.).

O seu consentimento será feito por meio da assinatura do presente termo, tanto por você, quanto por seu responsável legal, afirmando que você entende a proposta das entrevistas e os riscos e benefícios envolvidos. Esse documento assinado pode ser consultado por você para que seja feita a leitura e releitura, quantas vezes você sentir vontade para se sentir segura. Peço que você guarde uma cópia digital dos documentos consigo para sua segurança.

Você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável, Estefani Gabrieli Alves de Souza, a qualquer tempo para mais informações e esclarecimentos por meio do contato de e-mail: gabiestefani99@gmail.com.

Este documento (TALE) foi elaborado em duas vias, que serão assinadas em todas as suas páginas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)/ Srta., por seu representante legal, e pela pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

Paraná/MS, _____, de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

CONSENTIMENTO PARA O RESPONSÁVEL LEGAL

Nome completo do responsável: _____

CPF: _____

RG: _____

Telefone/ Celular: (____) _____

Eu, _____
entendi os objetivos e os riscos envolvidos, e autorizo a participação de
_____, que
se encontra sob minha responsabilidade.

Assinatura da participante:

Assinatura do responsável:

Assinatura da pesquisadora responsável:

_____.

Paranaíba/MS, _____ de _____ de 20____.